

REVISTA MENSAL

RN / ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XVI • N.º 163 • ABRIL/85 • CR\$ 2.500

FLÁVIO NOVAES



AS 100 MAIORES EMPRESAS

416

A entrega mais rápida de Natal.



**NA CASA
JÚNIOR, VOCÊ
COMPRA
AGORA, E SÓ
COMEÇA A
PAGAR
60 DIAS APÓS
A COMPRA.**

**Casa
Júnior**

Rua Cap. Mor Gouveia, 1472
Tel.: 231-4232

ESTADO

ICM, a par e passo com a economia do RN	8
Transportes na frente com o ISS	19
A opção quase única dos consórcios	26
Na política, os frutos de uma luta sem trégua	29
Pioneiro fala do comércio da Ribeira	33
Para mutuários do BNH, solução ainda tarda	38
As mudanças de hábito na Semana Santa	40
Empregados e patrões da Imprensa numa só sede	41
TV Ponta Negra: ainda uma incógnita	43
Dois programas agrícolas ao abandono	44
Em maio, a primeira metalúrgica do Estado	45
Continua a luta ao fim da década da mulher	47
UFRN: a necessidade de dinheiro e mudanças	50
Os inúmeros problemas da Biblioteca Pública	52
Lambe-lambe: profissional em extinção	57
A deficiente assistência médica infantil em Natal	58
Na arte, o problema é expor	61



O perfil econômico do Rio Grande do Norte

ARTIGOS

Manoel Barbosa	25
Garibaldi Filho	46
Economia	68
Esporte	70

SEÇÕES

Homens & Empresas	4
Cartas & Opiniões	6
Cultura	66
Agenda do Empresário	69

HUMOR

Cláudio	65
---------------	----

FOTOGRAFIA

João Maria Alves

CAPA

Flávio Novaes

Mais uma vez, e ainda detendo a exclusividade, **RN/ECONÔMICO** publica duas listagens da maior importância para a análise global do quadro econômico do Estado: a das 100 maiores empresas em arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e a das 100 maiores do Imposto Sobre Serviço (ISS). Somente a consulta das duas relações já possibilita uma inferência sobre quais os setores que apresentaram maior índice de crescimento no ano de 1984, e a quantas andam os cofres públicos tanto do Rio Grande do Norte,

quanto da Capital. O volume de informações econômicas, entretanto, não se encerra com as listagens; as matérias referentes aos dois impostos e às empresas que encabeçam ambas as listas, complementam com dados significativos os assuntos, tanto do ponto de vista das próprias Secretarias responsáveis pelas relações, quanto do ângulo dos empresários contribuintes. O resultado desse trabalho, o leitor pode acompanhar a partir da página 8. Com a certeza de estar descortinando o perfil da economia estadual.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XVI • N.º 163 • ABRIL/85 • CR\$ 2.500

DIREÇÃO

DIRETOR/EDITOR: Marcelo Fernandes de Oliveira

DIRETORES: Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira

REDAÇÃO

DIRETORA DE REDAÇÃO: Josimey Costa

PRODUÇÃO

Mônica Bertolotti

ARTE

Joselino Wanderley

REVISÃO

Jóis Alberto

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO:

Moacir de Oliveira

FOTOCOMPOSIÇÃO: Antônio José D. Barbalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

GERENTE COMERCIAL: Vanda Fernandes de Oliveira

GERENTE DE ASSINATURAS: Antônio Emídio da Silva

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada

em assuntos sócio/econômicos do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC n.º 08.286.320/0001-61 — Endereço: Rua São Tomé, 421 — Natal (RN) — Fone: 222-4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 2.500. Preço da assinatura anual: Cr\$ 20.000. Preço do exemplar atrasado: Cr\$ 3.000. Consulta ao arquivo memória: Cr\$ 10.000.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.

«CREDIBILIDADE»

— A saúde da rede bancária norte-americana está abalada. Nada menos de 800 bancos integram uma lista negra apelidada de «relação dos bancos problemáticos». Somente no ano passado, 71 bancos faliram nos Estados Unidos. A desconfiança é crescente. Crescentes também são os empréstimos mal-feitos, constituindo transações de retorno duvidoso. No Brasil, insistentes boatos de insolvência continuam rondando o mercado.

○ ○ ○ ○ ○ ○

TÉCNICAS RURAIS

— O Banco do Nordeste do Brasil vai aplicar, este ano, Cr\$ 3,5 bilhões em atividades de pesquisa, difusão tecnológica e treinamento, contemplando 91 projetos em execução nos Estados nordestinos. São pesquisas e difusão de ovinos, caprinos e bovinos, além de experiências realizadas com sorgo, milho, soja, mandioca, algodão, xerófilas, jobo e cunhã. Ao Rio Grande do Norte, serão destinados Cr\$ 230 milhões.

○ ○ ○ ○ ○ ○

TRANSBRASIL

— Com uma frota atual de 15 jatos 727, três «Wide-boeing» 767 e um 707 cargueiro, a Transbrasil está preparando-se para modernizar essa frota, com a encomenda de três «Boeing» 737-300, a mais nova versão deste aparelho. A empresa pretende ampliar seus vôos internacionais e aprimorar os serviços de terra e bordo.



Marcos César: problema com trolebus

DESEMPREGO

— Com a absorção do Projeto Sertanejo pelo Projeto Nordeste, haverá dispensa em massa de profissionais técnicos dos serviços de nível universitário. Corre uma versão, não confirmada, que indica o aproveitamento somente de profissionais da área de ciências agrárias. Preocupados, os Secretários da Agricultura de todos os Estados da Região Nordeste estão propondo a manutenção do Projeto Sertanejo. E mais: que as ações do Nordeste passem ao comando do Ministério da Agricultura. Temem os senhores secretários que o Projeto

Nordeste, da forma como vem sendo conduzido, acabe praticando velhas políticas com as mesmas deficiências. Como se observa, a fusão dos programas especiais previstos pelo Nordeste não foi devidamente planejada.

○ ○ ○ ○ ○ ○

ÔNIBUS

— O forte interesse de outras regiões pela utilização dos ônibus elétricos (trolebus) pode atropelar o projeto do Prefeito Marcos César Formiga de implantar esse novo serviço na área de transporte coletivo. Além de Natal, disputam recursos junto ao



COSERN sob nova perspectiva

BNDES, com a mesma finalidade, as cidades de Goiânia, Fortaleza, Curitiba, Cuiabá, Belém, Belo Horizonte, São Paulo, São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Preto, Campinas, Rio Claro e Santos. Araraquara já tem 80 por cento dos passageiros transportados por trolebus.

○ ○ ○ ○ ○ ○

ENERGIA

— A Cosern, como as demais concessionárias do Norte e Nordeste, pode sair do sufoco com a nova política energética a ser praticada pelo Ministério das Minas e Energia. Aureliano Chaves promete atender a todas as necessidades do setor, desde que lhe sejam apresentadas as prioridades regionais.

○ ○ ○ ○ ○ ○

POUPANÇA

— A Poupança Banorte atingiu a marca de Cr\$ 500 bilhões de recursos do público poupador. A expansão dos depósitos em Caderneta de Poupança traduz o comportamento do grande público que, por não entender nada de mercado de capitais, prefere a poupança livre, de liquidez garantida e isenta de Imposto de Renda.

○ ○ ○ ○ ○ ○

FISCO

— O Governo de Pernambuco está criando uma Delegacia Especializada em Crimes de Sonegação Fiscal, subordinada à Secretaria de Segurança Pública, que aplicará a Lei 4.729, assinada há 20 anos por Castelo

Branco, que prevê cadeia para os infratores. O Estado deseja recuperar parte da receita sonegada — Cr\$ 300 bilhões anuais, a preços de hoje.

○ ○ ○ ○ ○ ○

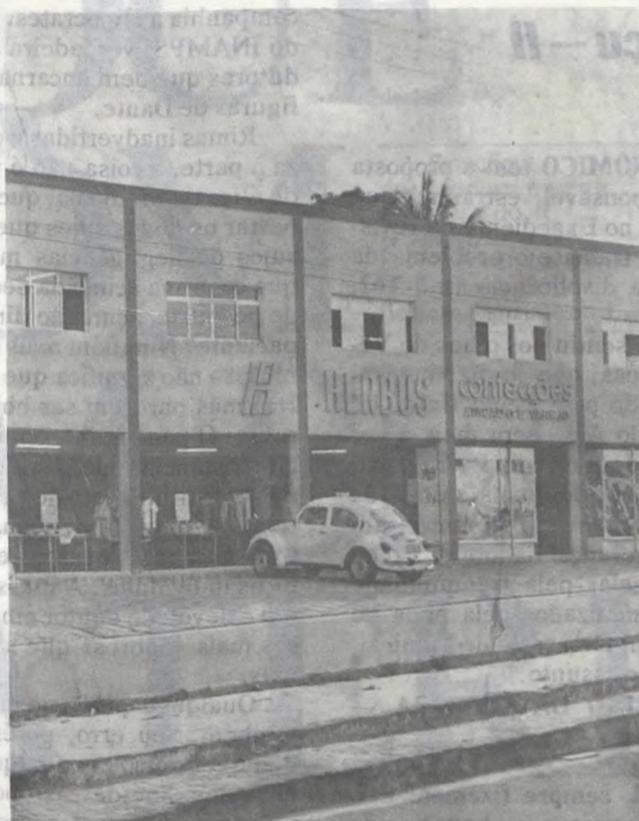
PROPAGANDA

Excelente o Manual Síntese do Programa de Treinamento para Proprietários de Pequenas Empresas Comerciais, que integra o «Projeto Mercúrio». Do seu **módulo 1**, transcrevemos a mensagem dirigida aos anunciantes que veiculam sua propaganda através de revistas: “Através de publicação também periódica, a revista procura dar cobertura ampla, detalhada e analítica aos fatos já divulgados pelos jornais. Seus leitores são mais tranquilos, têm mais tempo para sua leitura, podendo as propagandas serem mais longas e abrangentes”.

○ ○ ○ ○ ○ ○

MERCADO TRANQUILO

— Não se deve esperar grandes mudanças no início do novo Governo. Para os investidores, existe apenas um apurado cuidado quanto ao tipo de aplicação. E onde aplicar. O caso Sul-brasileiro ensinou que taxas «convitativas» podem tirar o sono de muita gente, mesmo que se esteja especulando com dinheiro público. Resultado: os bancos oficiais estão por cima da carne seca. Um balanço das aplicações nos últimos trinta dias, indica elevada preferência pelas aplicações em Letras de Câmbio. Da mesma for-



Herbus com estande de 50 m²

ma, ninguém deve alimentar esperanças de ver as taxas de juros baixarem. Boa vontade não falta à nova equipe econômica, mas só isso não basta para fazer cair a inflação. E o desemprego? Continuará, infelizmente. É impossível um milagre. Um dado: no cálculo da taxa de desemprego, não conta o desempregado que desistiu de procurar trabalho. Incrível, não? Outro dado que não pode ser desprezado: o novo Superministro, Francisco Dornelles, defende a manutenção da política (monetarista) econômica aplicada por Delfim Netto.

○ ○ ○ ○ ○ ○

HERBUS NA FENIT

— O grupo Herbus Confeccões novamente estará presente na 30.ª Feira

rísticas e outros. E entre entraves e sugestões apresentadas, são curiosos registros do tipo: “Falta de fotografos nos pontos de interesse turístico”.

○ ○ ○ ○ ○ ○

EXPORTAÇÃO

— 326 mil e 188 toneladas de produtos diversos foram exportadas pelo Rio Grande do Norte no período janeiro/novembro do ano passado, somando 37.512 dólares (Cr\$ 156,8 milhões). Dentre os produtos básicos, semi-manufaturados e manufaturados destacaram-se os fios de algodão cru singelo, fios de algodão retorcidos, scheelita, castanha de caju sem casca, tantalita, couro bovino, sisal e cordéis, cordas e cabos de sisal. Os Estados Unidos continuam os principais consumidores de nossos produtos entre os blocos econômicos, seguidos da Comunidade Econômica Européia.

○ ○ ○ ○ ○ ○

ALADI — O Acordo de Alcance Parcial n.º 1 entre Brasil e Argentina, no âmbito da ALADI, cuja vigência expirava no final do ano passado, foi prorrogado até 30 de junho vindouro. As modificações que foram estabelecidas pela Argentina e pelo Brasil nas respectivas listas de concessões tarifárias, bem como as retiradas de produtos de ambos os lados, encontram-se na Associação dos Exportadores do Rio Grande do Norte ou na FIERN para qualquer consulta das empresas exportadoras.

○ ○ ○ ○ ○ ○

RADIOGRAFIA

— A Emproturn, em março último, distribuiu um relatório resultante de uma mesa redonda com os profissionais do turismo. Os dados apresentados acabam por dar um retrato da situação de Natal nessa área, dentro dos aspectos de hotelaria, bares, restaurantes, agência de viagens, transportes, atrações tu-

Barragem do Açú — II

Sr. Redator,

Porque sei que RN/ECONÔMICO tem a proposta de fazer um jornalismo responsável, estranhei que Mônica Bertolotti, que figura no Expediente da revista como Chefe de Produção, tratasse o problema da Barragem do Açú com tanta displicência (n.º 162, março/85).

É que o desespero que ela sentiu nos olhos do Vereador Aduauto Legítimo Barbosa, que se diz «mensageiro do 3.º Mundo, iluminado pelo Reino Unido de Portugal para salvar o povo do Açú» tem mais a ver com sua saúde do que com a segurança da Barragem.

Embora não seja um técnico, dou mais crédito às autoridades e aos técnicos que já se pronunciaram exaustivamente sobre a segurança da obra. Como açuense, também me cabe zelar pela tranquilidade dos meus conterrâneos, traumatizados pela onda de desinformação a que vem se juntar a carta de Mônica.

Sugiro uma matéria sobre o assunto.

Abraço amigo de — **CELSO DA SILVEIRA — JORNALISTA — NATAL-RN.**

• **Jornalismo responsável, sempre fizemos. E é preciso esclarecer que não exercemos nenhum tipo de censura sobre a seção «Cartas & Opiniões», onde foi publicada a carta de Mônica Bertolotti. Que, da mesma maneira que o leitor, pediu esclarecimentos, que nos comprometemos a dar em propícia ocasião.**

Abordagem oportuna

Sr. Redator,

Quero parabenizar RN/ECONÔMICO pela matéria de capa da última edição (n.º 162, março de 1985), quando a revista abordou muito oportunamente a questão dos problemas na Justiça do Rio Grande do Norte, que há muito vinham merecendo mais atenção dos setores responsáveis pela penúria financeira que se abate sobre os condutores da máquina judiciária. RN/ECONÔMICO uniu-se às vozes que pedem justiça.

Atenciosamente, — **MAURO CÉSAR PRAXEDES DE MOURA — NATAL-RN.**

Erro médico

Sr. Redator,

Hipócrates, se vivo estivesse, certamente estaria rubro de indignação, se não preferisse voltar à cova para revirar-se como determina a praxe. Isto é, se cova ele tivesse. Porque, diante dos descabros que acometem a Medicina atualmente, o remédio é não tomar remédio algum, caso não haja intenção de fazer

companhia a Hipócrates. Adoecer é nascer precisando do INAMPS, verdadeira canoa de Caronte, com condutores que bem encarnariam a mais imaginativa das figuras de Dante.

Rimas inadvertidas e em estado de extrema pobreza à parte, a coisa não é para divertir. Onde o código de ética da Medicina, que hoje apenas serve para acobertar os dedos sujos que se apóiam em outros dedos sujos de negligências médicas? Onde o sacerdócio, que colocava acima da doença, acima da oportunidade de pesquisa, acima do dinheiro a condição humana do paciente? Ninguém mais sabe.

Isso não significa que não há médicos conscientes. Há, mas parecem ser hoje a exceção que confirma a regra. O paciente — o número, o caso. A doença — a circunstância que não dói, não causa sofrimento, não constitui objeto de pesar a não ser para os familiares que vivem a pequena tragédia. A especialização transformou as pessoas em órgãos com históricos clínicos individuais. A massificação da profissão converteu o devotado doutor em contador com vários interesses mais «nobres» que salvar vidas de animais racionais.

Qualquer profissional pode errar. Um médico, também. Seu erro, porém, é mais profundo do que qualquer outro em qualquer área. Seu erro pode custar vidas. Seu descaso, pode pôr a perder mais esperanças que a mera compreensão consegue suportar. Sua cumplicidade com os erros de seus iguais, em nome de uma intangível ética, pode azeitar com mais eficiência as engrenagens da impunidade que qualquer falha da Justiça — **ROSÂNGELA ALVES DE MACÊDO — NATAL-RN.**

Falando de sexo

Sr. Redator,

Fiquei surpresa ao constatar a visão que a juventude natalense ainda tem sobre sexo. A não ser que seja somente fachada pois, caso contrário, estamos com um atraso de décadas em relação a outros centros. Expressões do tipo «poucas virgens», «marido bonito», «eu quero me guardar para meu marido», eu pensei que não ouviria mais, e acabei lendo logo na revista RN/ECONÔMICO de março passado. Eu acho que já é hora dos jornais e revistas da cidade tratarem com mais profundidade e seriedade desse assunto, que já deixou de ser tabu na maioria das publicações nacionais, e assim, quem sabe, os nossos jovens tenham um posicionamento mais esclarecido com relação ao assunto. Afinal de contas, até a televisão já fala de sexo com todas as letras das palavras «proibidas» antigamente. RN/ECONÔMICO e os jornais da cidade precisam se atualizar. — **MARIA APARECIDA S. PEREIRA — PONTA NEGRA — NATAL-RN.**

Cartas e opiniões para: Redator RN/Econômico, Rua São Tomé, 421 — Cidade Alta — Natal-RN.

FIQUE COM UM BEM DA TERRA.

Ser cliente do Bandern é vestir a camisa do RN. É valorizar o RN. É colaborar para que os bens da terra fiquem aqui mesmo.

Para que isso aconteça, fique com o Bandern.

Nada mais justo.



NOVO ENDEREÇO

O Serviço de Atendimento ao Assinante de RN/ECONÔMICO existe para atendê-lo. Utilize-o para comunicar mudanças de endereço, eventuais atrasos na entrega, renovação de assinatura, etc. Entre em contato com RN/ECONÔMICO pelos telefones 222-4722 ou 222-8517. Envie correspondência para Rua São Tomé, 421,

Centro. Natal-RN.
Serviço de Atendimento ao Assinante.



Endereço Anterior:

Bairro: _____

Cidade: _____

Estado: _____

CEP: _____

Caro assinante: Se você mudou de endereço, envie-nos este cupom, comunicando o seu novo domicílio, para RN/ECONÔMICO

Novo Endereço:

Bairro: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Os exemplares chegarão em seu endereço após o dia 30 de cada mês.

ICM, um imposto que hoje indica a realidade do RN

REPORTAGEM: ALUÍSIO LACERDA

Quando o agrônomo Haroldo Bezerra foi indicado para ocupar a Pasta da Fazenda Estadual, há dois anos, muitos achavam que aquele não era o homem certo para o posto certo. Estavam enganados. Do ponto de vista do fisco estadual, a máquina não emperrou e o comportamento da receita tem-se mostrado o mais aproximado da realidade vivida pelos Estados nordestinos. O processo de recuperação, a exemplo de todas as unidades da Federação, teve início em maio do ano passado. Em termos de Nordeste, por exemplo, a região experimentou, em janeiro do corrente ano, um crescimento real de 5,3 por cento, apesar de não possuir uma máquina arrecadadora eficiente. O Rio Grande do Norte, em termos de arrecadação de ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias), apresentou um crescimento real (acima da inflação), entre janeiro de 1984 e janeiro último, em torno de 250,4 por cento. É o nono colocado no mês de janeiro/85 e o décimo-quinto nos últimos doze meses.

Como o ICM representa o principal sustento das finanças estaduais, essa evolução provoca algumas escaramuças, principalmente no seio do funcionalismo público estadual. Apoiados por deputados estaduais os servidores passam a pressionar o Governo por melhores salários. A partir daí, o controlador do Tesouro Estadual, que não é um político — embora procure o diálogo — começa a enfrentar dificuldades. Em contrapartida, os Estados pressionam a União: querem uma urgente reforma tributária. Como a

forma de cobrança do ICM acaba sempre beneficiando os Estados produtores, quem importa quase tudo o que consome acaba saindo prejudicado. Pressões também são exercidas pelas Prefeituras Municipais, que exigem alterações na distribuição do ICM municipal.

PROPOSTAS — Enquanto a reforma tributária não vem, muitos defendem a necessidade de uma lei complementar que discipline a legislação tributária brasileira e estabeleça normas para complementar

cantes e combustíveis líquidos e gasosos; da Taxa Rodoviária Única, bem como de qualquer outro tributo com participação das Prefeituras Municipais.

Nesse aspecto, Estados e Municípios estão de mãos dadas, uma vez que não agradam os mecanismos administrativos adotados para a efetiva transferência, devido ao espaço de tempo decorrido entre o recebimento da arrecadação e o seu efetivo repasse. Com 15 anos de vigência — dizem — o nosso Código

Tributário reduziu os Estados e Municípios à dependência total da União.

RN/ECONÔMICO, mais uma vez, publica com exclusividade as relações das 100 maiores empresas arrecadadoras do Imposto sobre Circulação de Mercadoria — ICM — e das 100 maiores do Imposto Sobre Serviços — ISS — e juntas numa só edição. Por si sós, as listagens são capazes de retratar a realidade econômica do Estado e da Capital. As reportagens sobre o assunto, aliadas a essas relações, complementam com informações inéditas esse quadro. Nos boxes, matérias com as empresas líderes de cada listagem.

EMPRESÁRIOS LOJISTAS — A pressão sobre o Tesouro Estadual não fica reduzida apenas aos pedidos de professores, magistrados e o funcionalismo em geral. Os empresários lojistas têm colocado também suas reivindicações. Tudo começou quando o Governo do Estado de Santa Catarina, atendendo reivindicação da classe.

assinou um decreto em 1983 que isentou do ICM os acréscimos sobre as vendas a prazo. Em janeiro deste ano, pelos mesmos motivos, foi a vez do Rio Grande do Sul. A medida, segundo documento encaminhado ao Governador José Agripino pelos lojistas natalenses, reveste-se de fundamental importância para os pequenos e médios lojistas de todo o Brasil, que não mantêm entidades financeiras em suas lojas. Para demonstrar a exata dimensão da relevância do pleito conseguido pela classe lojista de Santa Catarina e do

aquilo que foi possível fazer através do substitutivo Passos Porto, votado recentemente, elevando o Fundo de Participação dos Estados de 11% para 14%. Outros querem a criação de um conselho nacional de fiscalização da transferência de recursos tributários da União para os Municípios, cuja função é exercer a fiscalização da transferência dos Fundos de Participação dos Municípios e Rodoviário Nacional; dos Impostos Territorial Rural, Único sobre Minerais, Único sobre Energia Elétrica e Único sobre lubrifi-



Nilson Rocha ...



... e a Guararapes

Guararapes, segundo lugar cativo na relação do ICM

Exibindo estatísticas que mostram um crescimento de 8% durante o último ano em relação a 1983, tendo registrado um lucro de 166% superior ao mesmo período — o que implica num faturamento de 42 bilhões de cruzeiros em '84 — a indústria de confecções Guararapes vem demonstrando um fôlego empresarial visivelmente anti-recessivo e figura entre as primeiras empresas em arrecadação do ICM. Isto lhe possibilita operar com uma estabilidade de pessoal relativa e conviver com planos de contínua expansão.

Há quase 20 anos instalada em Natal, onde dispõe atualmente de duas unidades de produção em funcionamento, a empresa emprega em média 3 mil e 500 pessoas, e projeta para o 2.º semestre desse ano a conclusão e entrada em funcionamento da 1.ª etapa da unidade de fabricação de malhas, que será instalada em Extremoz, empregando inicialmente 200 funcionários. A conclusão definitiva da fábrica está prevista para o próximo ano, empregando 500 pessoas.

Ao justificar o crescimento da empresa como sendo o “aproveitamento da disponibilidade do mercado”, produzindo em consonância com a demanda, o vice-presidente Nilson Rocha analisa a con-

juntura econômica, em termos de escoamento da produção, como fruto de uma precariedade até meados de '84, repercutindo num final de período correspondente a um «alívio», em termos de faturamento. Quanto ao aclamado movimento e recuperação possibilitado pelo incremento das exportações, no último exercício, admite ser “muito difícil exportar”, devido às condições de mercado exigidas.

Em termos estaduais, ao contrário do que se alardeia, e embora haja “uma certa tendência de não se dar valor ao que é produzido na terra”, Nilson Rocha credita a credibilidade da Guararapes ao “comportamento sério da empresa” como fabricante de roupas, salientando o desuso de artifícios tais como a sonegação de impostos, descartando o ganho ilícito.

SEMPRE A INFLAÇÃO — Em termos de infra-estrutura, a Guararapes conta hoje, além das duas unidades de produção em Natal e uma em Fortaleza, com uma fábrica de malhas e matéria-prima em São Paulo. Esta unidade centraliza, ainda, o escritório de vendas para os Estados do Sul-Sudeste, potencialmente os mercados consumidores da produção de 50 mil peças/dia, escoada através das 130 lojas Riachuelo em todo o

País, que têm 100% de capital Guararapes, além de deterem com exclusividade a exploração comercial da marca Pool, registrada pela Guararapes.

O mercado estadual representa em números aproximados, 5% de todo o consumo, embora em termos de produção a fatia seja maior (em torno de 30 mil peças/dia). Nilson Rocha explica o desempenho comercial da empresa no próprio nascedouro, em função do porte do parque industrial e da capacidade consumidora da população.

Certo do ressurgimento econômico do País — “dada a disposição do Governo em adotar medidas antiinflacionárias” — o vice-presidente da Guararapes admite ser difícil conciliar o combate à inflação com a reativação econômica, como vem sendo preconizado pelo novo Governo. Defende, como medida preliminar, que “é preciso aprender a conviver com a inflação”. Exemplificando, conta que, “para obedecer aos seus (da inflação) caprichos, nós primamos pela velocidade”, e teoriza que, quanto mais rápido gira o capital, menor será o efeito inflacionário.

Sob o prisma “produzir e vender rápido, e voltar ao processo”, desafia as tradicionais teorias econômicas e ainda aponta como técnica de sobrevivência empresarial o estímulo ao pessoal, que ganha por produção. O que, salvo improvável engano simulado, tem produzido ótimos frutos — a julgar pelo desempenho favorável da Guararapes, no último período analisado, e ao longo dos anos.

Rio Grande do Sul, isentando do ICM a parcela de acréscimo nas vendas a prazo, foi elaborado o exemplo hipotético que segue:

ria dos pequenos empresários lojistas. Igualando as condições e regras de venda entre os pequenos e médios lojistas os dois Estados (Santa

Os benefícios decorrentes dessa medida, segundo o documento, são múltiplos: "Entendemos deva ser o Governo o agenciador do bem comum, através da materialização do benefício social. Por benefício social entendemos a garantia do emprego para quem trabalha e a colocação para quem está desempregado. O Estado, além do mérito de manter e até ampliar as possibilidades de absorção de mão-de-obra, diminuindo as tensões sociais, terá um substancial incremento de sua receita tributária, uma vez que, isentando-se do ICM os acréscimos nas vendas a prazo, existirá a natural possibilidade de uma diminuição nas prestações a nível de consumidor. Na verdade, o efeito positivo indireto da medida será bem maior, para a arrecadação, que os recursos que deixarão de ser recolhidos por ocasião da isenção".

Mas o grande beneficiado seria mesmo o consumidor, que teria fácil acesso aos artigos cujos preços lhe são proibitivos. Para o comerciante varejista, estaria assegurada uma concorrência mais justa e o incremento em seu capital de giro, possibilitando assim a expansão de suas atividades. □

LOJAS QUE POSSUEM FINANCEIRAS PRÓPRIAS	
Custo da Mercadoria	Cr\$ 135.000
Acréscimo p/despesas e lucros (30%)	40.500
Preço de venda "à vista"	175.500
Acréscimo p/pagamento em 8 vezes	92.664
TOTAL GERAL DA VENDA	268.164
ICM incidente s/ Cr\$ 175.500	29.835
% do ICM s/o preço de "à vista"	17%
LOJAS QUE NÃO POSSUEM FINANCEIRAS PRÓPRIAS	
Custo da Mercadoria	Cr\$ 135.000
Acréscimo p/despesas e lucros (30%)	40.500
Preço de venda "à vista"	175.500
Acréscimo p/pagamento em 8 vezes	92.664
TOTAL GERAL DA VENDA	268.164
ICM incidente s/ Cr\$ 268.164	45.588
% do ICM s/o preço de "à vista"	26%
ICM pago a maior p/esse varejista	15.753
% do ICM pago a maior pelo consumidor, em relação ao justo valor	52.8%

Pelo exemplo acima, ocorre uma substancial modificação de alíquota entre aqueles que possuem financeiras próprias e os que não as possuem, prejudicando a grande maio-

Catarina e Rio Grande do Sul) não só demonstraram sensibilidade político-administrativa como também não saíram prejudicados, argumenta Alberto Lima, assessor do CDL.

1º Lugar, a melhor recompensa.

J. Resende

Móveis e Eletrodomésticos.

MAIS BARATO IMPOSSÍVEL

Rua Dr. Barata, 187 — Ribeira — Tel.: 222-4363
 Av. Rio Branco, 608 — Cidade Alta — Tel.: 222-2908
 Av. Cel Estevam, 2008 — Dix-Sept Rosado — Tel.: 223-2726



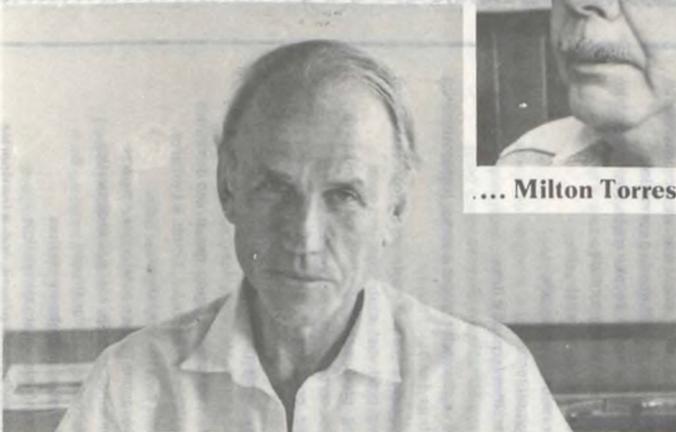
... Murilo Tavares (Usina Estivas) ...



... Fernando Camaroti (Bompreço) ...



... Milton Torres (Souza Cruz) ...



... Johannes Rohnstock (Moinho Natal) ...



... Geraldo Medeiros (Nordestão) ...

!info

computadores



No próximo ano estaremos nesta lista.

Esse é o ideal de uma empresa que tem pouco tempo de mercado, mas que leva à sério o seu trabalho e acredita no potencial da informática no desenvolvimento geral do Estado.

R. FELIPE CAMARÃO, 595 — CIDADE ALTA
NATAL-RN — TELS.: (084) 222-3308 — 222-4118



Verbatim® © cyrus

S!D

INFORMÁTICA S.A.

AS 100 MAIORES CONTRIBUINTES DO ICM NO RIO GRANDE DO NORTE — CAPITAL — ANO BASE: 1984

Nº DE ORDEM		RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE ECONÔMICA	RECOLHIMENTO ICM		%
				1984	1983	
84	83					84/83
01	01	Confecções Guararapes S/A	Confecção de roupas e agasalhos em geral	4.688.942.014	1.261.826.814	271,6
02	03	Natal Industrial S/A	Moagem de trigo	3.878.901.054	1.091.073.416	255,5
03	02	Alpargatas Confecções Nordeste S/A	Confecção de roupas e agasalhos em geral	3.296.135.560	1.113.150.753	196,1
04	05	Companhia de Cigarros Souza Cruz	Comércio atacadista de cigarros	2.657.773.665	402.833.245	559,8
05	15	Supermercados Nordeste	Comércio varejista (supermercados)	1.563.234.238	206.834.264	655,8
06	04	Bompreço S/A — Supermercados do Nordeste	Comércio varejista (supermercados)	1.534.133.642	465.776.774	229,4
07	07	Cia. de Financiamento da Produção — CFP	Comércio atacadista de algodão arbóreo e herbáceo	1.138.914.968	351.060.252	224,4
08	14	Granorte Veículos e Peças Ltda.	Comércio varej. de veic. a motor, peças e acess. (concessionários)	984.865.015	212.544.083	364,3
09	06	Cia. Brasileira de Alimentos — COBAL	Comércio varejista (supermercados)	941.464.661	359.669.026	161,8
10	12	Companhia Brasileira de Distribuição	Comércio varejista (supermercados)	925.705.273	221.114.486	318,7
11	11	Divemo S/A — Dist. Potiguar de Veículos e Motores	Comércio varejista de veic. a motor, peças e acess. (concessionário)	890.545.186	237.320.173	275,3
12	19	Revend. de Com. Varej. dos Prod. AVON	Comércio varejista de artigos de perfumaria e cosméticos	858.286.342	188.830.232	354,5
13	10	Natal Veículos e Peças S/A	Comércio varejista de veic. a motor, peças e acess. (concessionário)	740.511.314	256.336.706	188,8
14	09	Indústria e Comércio José Carlos S/A	Comércio atacadista de café torrado e moído	727.877.813	282.187.640	157,9
15	20	Queiroz Oliveira Comércio Ind. Ltda.	Comércio varejista de material de construção	637.735.129	164.692.215	287,2
16	—	S/A Fiação Borborema	Fiação de algodão cor natural ou alvejado	627.167.292	207.699.769	202,0
17	16	Lojas Americanas S/A	Comércio varejista (supermercados)	615.333.003	206.294.729	198,3
18	21	Indústria Jossan S/A	Fabricação de telas, arames farpado e liso	596.351.769	153.807.563	287,7
19	26	L. Cirne e Cia. Ltda.	Comércio varejista de pneumáticos e câmaras	537.977.862	118.469.728	354,1
20	17	Distribuidora de Automóveis Seridó S/A	Comércio varejista de veic. a motor, peças e acess. (concessionário)	525.190.956	203.449.874	158,1
21	82	Cisaf Comercial e Ind. de Fibras S/A	Beneficiamento de fibras de sisal	522.308.200	25.114.154	1.979,7
22	18	Marpas S/A	Comércio varejista de veic. a motor, peças e acess. (concessionário)	503.855.505	199.082.704	153,1
23	13	Galvão Mesquita Ferragens S/A	Comércio varej. ferrag. prod. met. mat. const. em geral	479.670.187	215.539.966	122,5
24	23	Importadora Comerc. de Madeiras Ltda.	Comércio varej. ferrag. prod. met. mat. const. inclus. madeira	468.895.061	142.436.162	229,2
25	35	Medeiros e Paiva Ltda.	Comércio atacadista de cereais e art. de armazéns	457.513.426	85.467.055	435,3
26	25	R. Gurgel Ltda.	Comércio varej. ferrag. prod. metal, mat. const. em geral	409.259.959	132.483.673	208,9
27	24	Trevo Indústria e Comércio Ltda.	Comércio atacadista de cimento e artef. de cimento	393.545.732	140.336.281	180,4
28	29	Lojas Brasileiras S/A	Comércio varejista (supermercados)	359.076.261	109.957.414	226,6
29	83	Dresser do Brasil Ltda.	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos	348.771.728	24.415.659	1.328,5
30	60	Hughes Tool do Brasil Equip. Ind. Ltda.	Comércio varejista de máq. apar. e equip. exc. p/uso doméstico	343.373.749	46.527.474	638,0
31	40	Distribuidora de Caramelos Natal Ltda.	Comércio varej. chocolates, doces, balas, bomb. e similares	314.525.831	66.464.289	373,2
32	37	J. Resende Comércio S/A	Comércio varej. móveis e eletrodomésticos	271.856.113	80.710.594	236,8
33	30	Comercial Alcides Araújo Ltda.	Comércio varejista de roupas feitas e confecções em geral	250.377.525	108.596.894	130,6
34	47	Sociedade Anônima White Martins	Com. varej. máq. aparelhos e equip. exc. p/uso doméstico	241.510.642	58.587.867	312,2
35	50	Sistemática — Silveira Soc. Técnica Mat. Inst.	Comércio varejista de material de construção	237.045.410	57.711.544	320,9
36	33	Casa Júnior Comercial Ltda.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	230.443.053	89.352.575	157,9
37	36	Comercial A. M. de Góis Ltda.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	228.023.098	83.782.353	172,2
38	38	Marcosa S/A Máquinas e Equipamentos	Comércio varej. máq. equip. mec. p/agric. ind. e transportes	227.744.291	80.219.609	183,9
39	28	Camisaria União Ltda.	Comércio varej. de roupas feitas e confecções em geral	220.207.906	110.945.577	98,5
40	—	Nova Nordeste Comercial Ltda.	Comércio varejista de cimento	209.701.664	—	—
41	51	Herbus Confecções Ltda.	Confecções de camisas, camisetas, paletós, calças, pijamas e cuecas	204.874.872	57.148.660	258,5
42	32	Radir Pereira e Cia.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	194.686.589	94.171.052	106,7

43	41	Walter Pereira Liv. e Papelaria Ltda.	Comércio varej. papel, impressos e artigos de escritório	192.067.848	66.461.587	189,0
44	—	Revend. Amb. Autônomos de Salinas Ltda.	Comércio varej. artigos perfumaria e cosméticos	191.850.166	—	—
45	48	Soriedem S/A Confeções	Confeções de camisa, camisetas, paletós, calças, pijamas e cuecas	171.521.527	57.991.675	195,8
46	59	F. Alves Neto e Cia.	Comércio varej. de veic. a motor, peças e acessórios	165.831.346	46.839.571	254,0
47	68	Halliburton e Inco do Brasil Com. Ind. Ltda.	Comércio atacadista prod. extrativos de origem mineral	164.020.184	38.327.022	327,9
48	39	Droguistas Potiguares Reunidos Ltda.	Comércio atacadista produtos farmacêuticos	161.963.715	67.832.521	138,8
49	54	Codif — Cia. Distribuidora de Ferragens	Comércio varej. ferrag. prod. met. mat. construção em geral	158.331.363	52.433.132	202,0
50	31	Salustino Veiculos S/A	Comércio varej. veic. a motor, peças e acess. (concessionário)	155.615.996	84.064.551	85,1
51	79	Aganor Gases e Equipamentos S/A	Comércio varej. art. n/especificados ou n/classificados	154.233.593	27.912.408	452,6
52	45	Matias e Filhos Ltda.	Comércio varej. roupas feitas e confeções em geral	152.976.652	59.570.202	156,8
53	27	Agrimex — Agro-Industrial Merc. Excelsior	Comércio varejista de cimento	151.597.083	117.296.142	29,2
54	46	Trigueiro e Cia.	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos	151.437.611	59.159.297	156,0
55	56	Sorvane — Sorvetes e Prod. Alim. do NE S/A	Comércio atac. de sorvetes, picolés e art. pertinentes	148.724.230	50.835.509	192,6
56	—	Marisa Lojas Varejistas Ltda.	Comércio varej. de roupas feitas e confeções em geral	136.731.539	—	—
57	43	Cyro Cavalcanti	Comércio varej. de peças e acessórios para veículos	135.104.472	63.474.797	112,8
58	69	Promotora de Vendas S/A	Comércio varej. de móveis e eletrodomésticos	133.645.769	38.302.161	248,9
59	—	Sabina Modas Comércio Ltda.	Comércio varej. de roupas feitas e confeções em geral	132.431.966	—	—
60	42	Porcino Irmãos Comercial Ltda.	Comércio varej. de móveis e eletrodomésticos	130.300.718	67.219.107	93,8
61	77	Corepe — Comercial e Repres. Gerais Ltda.	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos	129.158.579	30.217.768	327,4
62	61	Irmãos Oliveira e Cia.	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos	128.291.604	41.873.522	206,4
63	63	Lima Borges Tecidos S/A	Comércio varejista de tecidos e fios têxteis	124.143.528	41.118.143	201,9
64	—	Rev. dos Prod. Notre Dame Cosméticos	Comércio varejista de artigos de perfumaria e cosméticos	123.509.000	—	—
65	—	Lojas Riachuelo S/A	Comércio Varejista de roupas feitas e confeções em geral	120.971.002	66.676.718	81,4
66	52	Comercial José Lucena Ltda.	Comércio varej. de ferrag. prod. met. mater. construção em geral	118.724.623	54.966.923	116,0
67	49	M. D. Melo Comércio e Indústria Ltda.	Com. varej. de louças, cristais, vidros, espelhos, molduras	112.740.355	57.767.780	95,2
68	55	J. Olímpio e Cia. Ltda.	Comércio varej. de móveis e eletrodomésticos	111.059.333	52.100.479	113,2
69	65	Lundgren Tecidos S/A Casas Pernambucanas	Com. varej. de tecidos, artefatos de tecidos, etc.	110.891.706	39.276.678	182,3
70	81	J. Motta Indústria e Comércio S/A	Secagem, salga, curtimento e outros prep. de cour. e peles	110.119.770	25.407.166	333,4
71	64	Potiguar Veiculos Ltda.	Com. varej. de veic. a motor, peças e acess. (concessionários)	107.715.872	39.821.210	170,5
72	75	F. S. Vasconcelos e Cia. Ltda.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	107.439.338	31.417.159	242,0
73	93	Unipetrol — Sup. de Serviços de Petról. Ltda.	Comércio varejista de outros prod. químicos n/espec. ou n/classif.	104.797.719	20.138.982	420,4
74	86	Empesca S/A — Const. Navais Pesca e Exportação	Preparação da lagosta	104.681.156	23.266.060	349,9
75	78	UBM — União Brasileira de Mineração S/A	Comércio atacadista de produtos químicos	101.354.505	28.770.282	252,3
76	62	Tecidos Lira de Oliveira S/A	Comércio atacadista de tecidos	96.971.959	41.123.038	135,8
77	—	Supermercados São José S/A	Comércio varejista (supermercados)	96.574.496	—	—
78	—	Companhia Atlantic de Petróleo	Comércio atacadista de combustíveis e lubrificantes	92.234.086	18.582.683	396,3
79	74	Baroid Pigmina Indústria e Comércio Ltda.	Comércio atacadista de produtos extrativos de origem mineral	92.058.644	32.718.554	181,4
80	57	Luiz Cavalcanti Comércio Ltda.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	91.809.015	48.111.838	90,8
81	87	Organização e Dist. Pelicano Ltda.	Comércio atacadista de cigarros	88.614.961	23.155.829	282,7
82	76	Abraão Otoch e Cia. Ltda.	Comércio varej. de tecidos, artefatos de tecidos, etc.	87.231.882	30.540.332	185,6
83	67	J. Cabral Fagundes e Cia. Ltda.	Comércio varej. de produtos farmacêuticos e afins	85.749.994	38.834.128	120,8
84	—	Cooperativa Central do RN Ltda.	Cooperativa de algodão	84.652.873	6.038.101	1.302,0
85	—	CIC — Centro Industrial de Confeções Ltda.	Comércio atacadista de artigos de vest. e de uso pessoal	84.291.783	36.703.901	129,7
86	84	Wancorel — Wanderley Com. e Repres. Ltda.	Comércio atacad. de cereais e artigos de armazéns	83.012.246	24.352.125	240,9
87	91	Odontomédica — Industrial e Farmacêutica S/A	Com. varej. de aparelhos, utens. inst. e matl. méd. cirúrg. e dentár.	82.458.764	21.175.634	289,5
88	90	Carrilho e Medeiros Ltda.	Comércio varejista de pneumáticos e câmaras	80.620.410	22.000.716	266,4
89	—	Casas José Araújo S/A	Comércio varejista de tecidos e fios têxteis	79.833.628	15.002.210	432,1
90	44	Moinho de Ouro Indústria e Comércio Ltda.	Torrefação e moagem de café	75.777.339	63.249.303	19,8
91	85	Manuel Bezerra de Souza	Comércio varejista de calçados	74.493.020	23.494.541	217,1
92	—	Arlindo Cabral e Cia. Ltda.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	74.272.365	4.250.999	1.647,2
93	—	Agência São Luiz Ltda.	Comércio varejista de peças e acessórios p/veiculos	73.941.852	14.954.556	394,4
94	99	Cirúrgica Natal Ltda.	Comércio varej. de aparelh. utens. inst. e matl. méd. cirúrg.	72.701.376	18.741.493	282,6
95	—	Superatacado de Estivas e Cereais Ltda.	Comércio atacadista de cereais e artigos de armazéns	71.067.119	6.713.765	958,5
96	70	Luiz Veiga e Cia. Ltda.	Torrefação e moagem de café	66.282.418	37.821.835	75,2
97	—	Magnus Comércio e Representação Ltda.	Comércio atacadista de cereais e artigos de armazéns	65.797.381	7.390.887	790,3
98	—	Argilas e Minérios Nordestinos S/A — ARNOSA	Bentonita	65.595.394	8.746.838	649,9
99	—	Rio Center Comercial Ltda.	Com. varej. de roupas feitas e confeções em geral	63.539.595	10.837.745	486,3
100	97	César Comércio e Representação Ltda.	Com. varej. de máq. e equip. mecânicos p/agric. ind. e transp.	62.996.969	18.774.759	235,5

100	44	Algor — Augustina Nogueira P. Grandjean Ltda.	Comércio varej. de artigos de vest. e de uso pessoal	50.436.822	15.067.838	122,1
		Paula Irmãos Comercial Ltda.	Comércio varej. de artigos de vest. e de uso pessoal	53.278.031	32.884.231	2,3

AS 100 MAIORES CONTRIBUINTES DO ICM NO RIO GRANDE DO NORTE

— INTERIOR —

ANO BASE: 1984

Nº: DE ORDEM		RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE ECONÔMICA	RECOLHIMENTO ICM		%
				1984	1983	
84	83					84/83
01	01	Usina Estivas S/A	Fabricação de açúcar, álcool e melação	5.108.692.111	1.775.561.949	187,7
02	04	Algodoeira São Miguel	Beneficiamento de fibra de algodão	1.520.043.974	423.909.886	258,6
03	03	Cia. Açucareira Vale do Ceará Mirim	Fabricação de açúcar, álcool e melação	1.107.692.811	554.003.129	99,9
04	02	Destilaria Baía Formosa S/A	Fabricação de produtos químicos derivados de petróleo	994.336.794	807.127.883	23,2
05	09	Sperb do Nordeste S/A — Indústria Têxtil	Fiação de algodão cor natural ou alvejado	944.797.743	180.297.562	424,0
06	05	Teka — Tecelagem Kuehnrich S/A	Beneficiamento de fibras de algodão	718.187.365	259.524.539	176,7
07	39	Cisaf — Comércio e Indústria de Fibras S/A	Beneficiamento de fibras de sisal	522.308.200	39.052.787	1.237,4
08	17	Sebastião Felipe Mendonça	Comércio varejista (supermercados)	505.966.044	80.415.376	529,2
09	10	Sanbra — Soc. Algodoeira do NE Bras. S/A	Beneficiamento de fibra de algodão	502.990.025	175.571.438	186,5
10	—	Destilaria Outeiro S/A	Fabricação de álcool p/fins carburant. e out. prod. químicos	459.959.829	114.558.583	301,5
11	06	Cooperativa Agro-Pecuária São Tomé Ltda.	Cooperativa de algodão	437.630.634	231.800.401	88,8
12	07	Radir Pereira e Cia.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	422.759.808	204.771.900	106,5
13	49	Usibrás — Usina Bras. de Óleos e Cast. Ltda.	Beneficiamento de amêndoa de caju	395.535.375	28.087.415	1.308,2
14	—	Poty Refrigerantes Ltda.	Fabricação de refrigerantes	376.646.011	2.432.774	15.369,8
15	—	Teka do Nordeste S/A	Malharia e fabricação de artefatos de malha	375.420.970	66.995.226	460,4
16	14	Sulfabril Nordeste S/A	Confeção de camisas, camisetas, paletós, calças, pijamas e cuecas	345.994.502	118.674.410	191,5
17	—	Agicam — Agro-Industrial do Camaratuba Ltda.	Fabricação de álcool p/fins carb. e out. prod. químicos	333.496.726	183.022.465	82,2
18	—	Santorres Comércio S/A	Comércio varej. de veic. a motor, peças e acess. (concessionário)	251.376.454	47.983.667	423,9
19	—	Fiação de Algodão Mocó S/A — FAMOSA	Fiação de algodão cor natural e alvejado	246.039.490	—	—
20	11	J. Vilani Veículos e Peças Ltda.	Com. varej. de veic. a motor, peças e acess. (concessionário)	238.371.201	145.508.793	63,8
21	34	S/A Mercantil Tertuliano Fernandes	Beneficiamento de fibras de algodão	237.367.955	46.356.230	412,1
22	20	Algodoeira Seridó Comércio e Ind. S/A	Beneficiamento de fibras de algodão	223.203.026	68.283.828	226,9
23	23	Cia. Brasileira de Distribuição	Comércio varejista (supermercados)	218.543.517	61.658.685	254,4
24	16	Mossoró Agro-Industrial S/A — MAISA	Fabricação de sucos de frutas e xaropes	218.387.257	82.883.101	163,5
25	27	Mendes e Cia.	Com. varej. de veic. a motor, peças e acess. (concessionário)	214.709.516	55.792.063	284,8
26	12	Cooperativa Regional Mista do Apodi Ltda.	Cooperativa de algodão	204.978.395	128.719.216	59,2
27	26	Potycrét — Produtos de Concretos Ltda.	Fabricação de pré-moldados e estruturas de cimento	196.973.264	57.061.252	245,2
28	29	Bonor — Indústria de Botões do Nordeste S/A	Fabricação de botões, fivelas e artefatos de chifre	196.060.880	54.032.464	262,9
29	19	Oeste Veículos Ltda.	Com. varej. de veic. a motor, peças e acess. (concessionários)	188.092.591	69.774.570	169,6
30	—	Texita — Cia. Têxtil Tangará	Fiação de algodão cor natural ou alvejado	186.462.208	—	—
31	13	Arnaldo Irmão e Filhos	Beneficiamento de fibras de algodão	176.674.252	124.246.802	42,2
32	—	Disvese Ltda.	Com. varej. de veic. a motor, peças e acess. (concessionário)	171.033.780	29.867.911	472,6
33	30	Itapetinga Agro-Industrial S/A	Fabricação de clínquer e cimento	154.897.331	53.321.594	190,5
34	18	Coop. Mista do Médio-Oeste Potiguar Ltda.	Cooperativa de algodão	154.778.175	78.421.168	97,4
35	25	Lúcio Silveira e Filhos	Comércio varejista artigos de armarinho	154.530.400	57.984.868	166,5
36	—	Povel — Porcino Veículos Ltda.	Com. varej. de veic. a motor, peças e acess. (concessionário)	145.869.997	48.205.660	202,6
37	36	Manoel de Holanda Rebouças	Comércio varejista pneumáticos e câmaras	143.534.064	43.855.984	227,3
38	—	Casa Esperança Ltda.	Comércio varejista de roupas feitas e confecções em geral	136.928.170	27.322.792	401,1
39	—	Mossoró Açúcar Ltda.	Com. atacad. cereais e artigos de armazéns	124.593.954	8.626.298	1.344,4
40	—	Severino Modesto e Cia. Ltda.	Secagem, salga, curtin. e out. preparos de couros e peles	117.282.202	13.574.105	764,0
41	31	Agro Knoll Ltda.	Algodão arbóreo e herbáceo	108.822.737	51.304.347	112,1
42	70	Abrahão Otch e Cia. Ltda.	Com. varej. tec. art. de tec. art. vest. conj. cama, mesa e banho	103.265.548	19.641.872	425,7

43	—	Inharé S/A	Beneficiamento de fibras de algodão	101.082.925	12.188.256	729,3
44	35	Lundgren Tecidos S/A — Casas Pernambucanas	Com. varej. tec. artef. de tec. art. vest. conj. cama, mesa e banho	97.793.187	45.121.366	116,7
45	74	José Brito	Torrefação e moagem de café	96.598.835	18.181.354	431,3
46	53	Cunha Duarte Ltda.	Comércio varej. armazéns, munições e artigos de pesca	94.737.287	27.395.834	245,8
47	79	Unipetrol — Suprimentos e Serv. em Pet. Ltda.	Com. varej. outros produtos químicos não esp. não classific.	94.680.565	16.042.572	490,2
48	40	M. Pereira Neto	Comércio atac. merc. em geral, exclus. prod. alimentícios	91.893.796	36.868.544	149,2
49	58	Motoeste — Motores, Peças e Acess. Oeste Ltda.	Comércio varej. veic. a motor, peças e acess. (concessionário)	85.417.034	24.335.898	251,0
50	32	Plásticos de Mossoró Ltda.	Fabricação de artigos de cama, mesa e banho	84.998.064	49.239.182	72,6
51	84	Torrefação e Moagem Ouro Branco Ltda.	Torrefação e moagem de café	82.162.290	15.323.922	436,2
52	45	Queiroz e Filhos Material p/Const. Ltda.	Comércio varejista de material de construção	79.106.217	31.809.063	148,7
53	51	Distribuidora de Alimentos Ltda.	Comércio varejista (supermercados)	78.719.245	27.529.315	185,9
54	86	Ceará Industrial S/A	Beneficiamento de fibras de algodão	78.265.312	15.008.074	421,5
55	46	Indústria e Comércio José Carlos S/A	Torrefação e moagem de café	77.538.738	31.129.222	149,1
56	62	Tarcílio Viana Dutra	Com. varej. tec. artef. tec. art. do vest. conj. cama, mesa e banho	76.803.195	23.503.748	226,8
57	—	Algodoeira Totoró Agro-Industrial Ltda.	Beneficiamento de fibras de algodão	75.920.473	33.033.375	129,8
58	—	Maisa Indústria e Comércio S/A	Maracujá	73.759.221	—	—
59	48	Indústria de Móveis Silvan S/A	Fabricação de mov. de madeira, vime e junco p/residência	68.942.498	29.072.817	137,1
60	60	F. Fernandes de Souza	Com. atac. de material elétrico de conjunto em geral	68.416.091	24.157.270	183,2
61	93	Sociedade Anônima White Martins	Com. varej. de máq. aparel. e equip. excl. p/uso doméstico	67.745.189	13.569.138	399,3
62	59	H. F. Pinto e Cia.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	65.225.383	24.231.633	169,2
63	43	Seridoense Servbem Ltda.	Comércio varejista (supermercados)	64.846.063	32.687.515	98,4
64	56	Agro-Técnica Máquinas e Motores Ltda.	Com. varej. máq. equip. mecân. p/agric. ind. e transportes	62.412.263	24.972.374	149,9
65	65	Comércio Arruda Câmara Ltda.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	61.484.069	23.147.341	165,6
66	81	Torrefação e Moagem Oeste Ltda.	Torrefação e moagem de café	60.893.400	15.784.463	285,8
67	68	Coop. Agrícola Mista Irrig. Itans-Sabugi	Cooperativa de algodão	60.030.427	20.869.235	187,7
68	64	M. Torres e Cia.	Comércio varejista de peças e acessórios p/veículos	59.637.012	23.390.329	155,0
69	—	Cinprovel — Com. e Ind. de Prod. Veg. Ltda.	Comércio atacadista algodão arbóreo e herbáceo	56.693.527	—	—
70	—	Amadeu Venâncio e Cia.	Comércio varejista de artigos de mercearia	55.958.538	16.977.905	229,6
71	97	Coop. Agropecuária de Itaú Ltda.	Cooperativa de castanhas de caju	55.549.556	12.832.832	332,9
72	—	Inharé Produtos Agrícolas Ltda.	Beneficiamento de fibras de algodão	54.358.389	17.813.976	205,1
73	87	Indústria e Comércio de Café Icla Ltda.	Torrefação e moagem de café	53.389.068	14.820.446	260,2
74	—	Manoel Ferreira Comércio S/A	Com. atacadista de armas, munições e artigos para pesca	52.958.036	29.685.989	78,4
75	83	UBM — União Brasileira de Mineração S/A	Comércio atacadista de produtos químicos	52.638.209	15.487.150	239,9
76	96	Brasinox — Brasil Inoxidáveis S/A	Utensílios de metal para uso doméstico	51.718.757	13.137.253	293,7
77	—	DCM — Comércio e Representações Ltda.	Comércio varejista de papel impressos e art. escritório	46.527.652	9.552.670	387,1
78	77	Indústria e Comércio Jahil Ltda.	Torrefação e moagem de café	46.371.025	16.924.700	174,0
79	78	Supermercado Pinheirão Ltda.	Comércio varejista (supermercados)	46.151.573	16.210.430	184,7
80	—	Jerônimo Dix Neuf Peças e Serviços Ltda.	Comércio varejista de peças e acessórios para veículos	44.739.578	11.582.864	286,3
81	82	Drogaria Rio Grande Ltda.	Comércio varejista de produtos farmacêuticos e afins	43.446.052	15.586.439	178,7
82	—	Garavelo — Indústria e Comércio de Óleos S/A	Produção de óleo de mamona	43.445.669	—	—
83	—	Jessé Freire Agro Comercial S/A	Com. varej. máq. e aparel. mecânicos p/agric. ind. e transportes	42.193.390	3.692.077	1.042,8
84	90	Distribuidora de Ferragens Seridó Ltda.	Com. varej. ferrag. prod. metalúrg. mat. const. em geral	41.339.377	14.065.250	193,9
85	—	L. G. Costa Atacadista	Comércio atacadista algodão arbóreo e herbáceo	41.035.200	—	—
86	61	Raros Agro-Ind. de Prod. Aromáticos S/A	Fabric. de concentrados aromáticos naturais e artificiais	39.513.192	23.791.952	66,1
87	—	S. Garcia de Medeiros Ltda.	Com. varej. de artigos de joalheria e relojoaria	39.297.954	12.568.849	212,7
88	—	Antônio Gonzaga Chimbinho	Comércio varejista de livros e material escolar	39.116.689	12.080.284	223,8
89	—	Coop. Agrícola Mista do Alto-Oeste Ltda.	Cooperativa de algodão	39.065.835	4.957.626	688,0
90	71	Torres e Menezes Ltda.	Comércio varej. de bicicletas, inclusive peças e acessórios	38.754.774	19.453.695	99,2
91	78	R. Benjamim e Cia. Ltda.	Com. varej. ferragens, prod. met. e material de const. em geral	37.463.348	12.705.899	194,9
92	75	Brejui Veículos e Peças Ltda.	Com. varej. veículos a motor, peças e acess. (concessionário)	36.995.361	17.778.503	108,1
93	57	Rafitex — Ráfia Têxtil Ltda.	Fab. de outros artef. têxteis produz. nas fiações e tec. n/espec. ou n/classific.	36.768.069	24.470.677	50,3
94	—	Comercial Djalma e Cia. Ltda.	Comércio atacadista de cereais e artigos de armazém	35.943.799	10.167.412	253,5
95	—	A Sertaneja Distribuidora de Autom. Ltda.	Comércio varej. de veic. a motor, peças e acess. (concessionário)	35.080.444	18.155.777	93,2
96	—	Baroid Pigmina Indústria e Comércio Ltda.	Comércio atacadista de produtos químicos	34.911.510	10.505.772	232,3
97	28	Coop. Agropecuária de Alexandria Ltda.	Cooperativa de algodão	34.430.370	55.527.722	(38,0)
98	37	Agrimex — Agro-Industrial S/A	Comércio varejista de cimento	33.912.679	42.753.030	(20,7)
99	85	Algril — Algodoeira Norte Rio Grandense Ltda.	Beneficiamento de fibra de algodão	33.436.622	15.057.636	122,1
100	44	Paula Irmãos Comercial Ltda.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	33.226.031	32.484.231	2,3

AS 100 MAIORES CONTRIBUINTE DO ICM NO RIO GRANDE DO NORTE

— ESTADO —

ANO BASE: 1984

Nº DE ORDEM		RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE ECONÔMICA	RECOLHIMENTO ICM		%
84	83			1984	1983	
01	01	Usina Estivas S/A	Fabricação de açúcar, álcool e melão	5.108.692.111	1.775.561.949	187,7
02	02	Confecções Guararapes S/A	Confecção de camisas, camisetas, paletós, calças e pijamas	4.688.942.014	1.483.147.069	216,1
03	04	Natal Industrial S/A	Moagem de trigo	3.878.901.054	1.091.073.416	255,5
04	03	Alpargatas Confecções Nordeste S/A	Confecção de camisas, camisetas, paletós, calças e pijamas	3.296.135.560	1.113.150.753	196,1
05	09	Companhia de Cigarros Souza Cruz	Comércio atacadista de cigarro	2.657.773.665	430.316.568	517,6
06	17	Supermercado Nordeste Ltda.	Comércio varejista (supermercados)	1.619.921.026	240.925.759	572,4
07	08	Bompreço S/A Supermercado do Nordeste	Comércio varejista (supermercados)	1.534.133.642	465.776.774	229,4
08	06	Algodoeira São Miguel S/A	Beneficiamento de fibras de algodão	1.520.043.974	503.887.660	201,7
09	15	Cia. Brasileira de Distribuição (Minipreço)	Comércio varejista (supermercados)	1.144.248.790	284.197.423	302,6
10	11	Cia. de Financiamento da Produção — CFP	Comércio atacadista de algodão arbóreo e herbáceo	1.138.914.968	351.060.252	224,4
11	07	Cia. Açucareira Vale do Ceará-Mirim	Comércio, fabricação de açúcar, álcool e melão	1.107.692.811	554.003.129	99,9
12	10	Cia. Brasileira de Alimentos — COBAL	Comércio varejista (supermercados)	1.056.309.650	387.688.506	172,5
13	05	Destilaria Baía Formosa S/A	Fabricação de álcool para fins carburantes	994.336.794	807.127.883	23,2
14	21	Granorte Veículos e Peças Ltda.	Comércio varejista de veículos a motor, peças (CONCESSION.)	984.865.015	212.544.083	363,4
15	26	Sperb do Nordeste S/A — Indústria Têxtil	Fiação de algodão natural ou alvejado	943.688.843	180.297.562	423,4
16	18	Divemo S/A — Dist. Potiguar de Veículos e Motores	Comércio varejista de veículos a motor, peças (CONCESSION.)	890.545.186	237.320.173	275,3
17	25	Revend. Com. Varejista de Produtos AVON	Comércio varejista de artigos de perfumaria e cosméticos	858.286.342	188.830.232	354,5
18	14	Indústria e Comércio José Carlos S/A	Comércio atacadista de café torrado e moído	805.416.551	313.316.862	157,1
19	16	Natal Veículos e Peças Ltda.	Com. varej. de veic. a motor, peças e acessórios (CONCESSION.)	740.511.314	256.336.706	188,9
20	12	Teka — Tecelagem Kuehnrich S/A	Beneficiamento de fibras de algodão	718.187.365	259.524.539	176,7
21	29	Queiroz Oliveira Com. e Indústria Ltda.	Comércio varejista de material de construção	637.735.129	164.692.215	287,2
22	—	S/A Fiação Borborema	Fiação de algodão cor natural ou alvejado	627.167.292	207.699.769	202,0
23	13	Radir Pereira e Cia.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	617.446.397	317.099.729	94,7
24	22	Lojas Americanas S/A	Comércio varejista (supermercados)	613.559.411	206.294.729	197,4
25	31	Indústrias Jossan S/A	Fabricação de telas arames farpados e liso	596.351.769	153.807.563	287,7
26	40	L. Cirne e Cia.	Comércio varejista de pneumáticos, câmaras e bebidas	537.977.862	118.469.728	354,1
27	23	Distribuidora de Automóveis Seridó S/A	Comércio varejista de veículos a motor, peças (CONCESSION.)	525.190.956	203.449.874	158,1
28	59	CISAF — Com. e Ind. de Fibras S/A	Beneficiamento de fibras de sisal	522.308.200	69.282.867	653,9
29	54	Sebastião Felipe Mendonça	Comércio varejista (supermercados)	505.966.044	80.415.376	529,2
30	24	Marpas S/A	Comércio varejista de veículos a motor, peças (CONCESSION.)	503.855.505	199.082.704	153,1
31	27	Sanbra — Soc. Alg. do NE Brasileiro S/A	Beneficiamento de fibras de algodão	502.990.025	175.571.438	186,5
32	20	Galvão Mesquita Ferragens S/A	Comércio varej. de ferragens, prod. metal e mat. const. em geral	479.670.187	215.539.966	122,5
33	33	Importadora Comercial de Madeiras Ltda.	Comércio varejista de material de construção	468.895.061	142.436.162	229,2
34	—	Destilaria Outeiro S/A	Fabricação de álcool para fins carburantes	459.959.829	114.558.583	301,5
35	49	Medeiros e Paiva Ltda.	Comércio atacadista de cereais e artigos de armazéns	457.513.426	85.467.055	435,3
36	19	Cooperativa Agropecuária de São Tomé Ltda.	Cooperativas de algodão	437.630.634	231.800.401	88,8
37	35	R. Gurgel Ltda.	Comércio varej. de ferragens, prod. metal e mat. const. em geral	409.259.959	132.483.673	308,9
38	—	Usibrás — Usina Bras. de Óleos e Cast. Ltda.	Beneficiamento de amêndoa de caju	395.535.376	28.087.415	1.308,2
39	34	Trevo Indústria e Comércio Ltda.	Comércio atacadista de cimento e artefatos de cimento	393.545.732	140.336.281	180,4
40	—	Poty Refrigerantes Ltda.	Fabricação de refrigerantes	376.646.011	2.432.774	15.369,8
41	—	Teka do Nordeste S/A	Malharia e fabricação de artefatos de malhas	375.420.970	66.995.226	460,4
42	42	Lojas Brasileiras S/A	Comércio varejista (supermercados)	359.076.261	109.957.414	226,6

43	92	Dresser do Brasil Ltda.	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos	348.771.728	46.545.793	649,3
44	39	Sulfabril Nordeste S/A	Confeção de camisas, camisetas, paletôs, calças, pijamas e cuecas	345.994.502	118.674.410	191,5
45	69	Hughes Tool Brasil e Equip. Indust. Ltda.	Comércio varej. máq. apart. e equip. exclusivo p/ uso doméstico	343.373.749	60.137.959	471,0
46	26	Agicam Agroindústria do Camaratuba Ltda.	Fab. de álcool p/ fins carburantes e out. prod. químicos	333.496.726	183.022.465	82,2
47	63	Distribuidora de Caramelos Natal Ltda.	Comércio varejista chocolates, doces, balas, bombons	310.658.139	66.464.289	367,4
48	57	Sociedade Anônima White Martins	Comércio varej. máq. aparelhos e equip. exclusivo p/ uso doméstico	309.255.831	72.157.005	328,6
49	53	J. Resende Comércio S/A	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	271.856.113	80.710.594	236,8
50	89	Santorres Comércio S/A	Comércio varej. veic. a motor, peças e aces. (CONCESSION.)	251.376.454	47.983.667	423,9
51	43	Comercial Alcides Araújo Ltda.	Comércio varejista roupas feitas e confecções em geral	250.377.525	108.596.894	130,6
52	—	Fiação de Algodão Moco S/A — FAMOSA	Fiação de algodão cor natural e alvejado	246.039.490	—	—
53	52	J. Vilani Veículos e Peças Ltda.	Com. varejista de veic. a motor, peças e aces. (CONCESSION.)	238.371.201	145.508.793	63,8
54	93	S/A Mercantil Tertuliano Fernandes	Beneficiamento de fibras de algodão	237.367.955	46.356.230	412,1
55	75	Sistemática — Silveira Mat. Inst. Ltda.	Comércio varejista de material de construção	237.045.410	57.711.544	310,7
56	47	Casa Júnior Comercial Ltda.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	232.533.976	92.583.223	151,2
57	51	Comercial A. M. de Góis Ltda.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	228.023.098	83.782.353	172,2
58	55	Marcosa S/A Máquinas e Equipamentos	Com. varej. máq. e equip. mecânico p/ agric. ind. e transportes	227.744.291	80.219.609	183,9
59	61	Algodoeira Seridó Comércio e Indúst. S/A	Beneficiamento de fibras de algodão	223.203.026	68.283.828	226,9
60	46	Potycrét — Produtos de Concretos Ltda.	Fabricação de pré-moldados e estrutura de cimento	221.726.550	94.175.732	135,4
61	41	Camisaria União Ltda.	Com. varej. de roupas feitas e confecções em geral	220.207.906	74.240.514	196,6
62	52	Mossoró Agro-Industrial S/A — MAISA	Fabricação de sucos de frutas e xaropes	218.387.257	82.883.101	163,5
63	77	Mendes e Cia.	Com. varej. veic. a motor, peças e aces. (CONCESSIONÁRIOS)	214.709.516	55.792.063	284,8
64	—	Nova Nordeste Comercial Ltda.	Comércio varejista de cimento	209.701.664	—	—
65	50	Lundgren Tecidos S/A — Casas Pernambucanas	Comércio varejista de tecidos, art. de tecidos, etc.	208.684.893	84.398.044	147,3
66	37	Cooperativa Regional Mista do Apodi Ltda.	Cooperativa de algodão	204.978.395	128.719.216	59,2
67	76	Herbus Confecções Ltda.	Confeção de camisas, camisetas, paletôs, calças, etc.	204.874.872	57.148.660	258,5
68	—	Unipetrol Suprimentos e Serv. em Petróleo Ltda.	Com. varejista de outros prod. quim. não especificados não clas.	199.477.684	16.042.772	1.143,4
69	80	Bonor — Ind. de Botões do NE S/A	Fábrica de botões, fivelas e artefatos de chifre	196.060.880	54.032.464	162,9
70	64	Walter Pereira Liv. e Papelaria Ltda.	Comércio varejista papel impressos e art. de escritório	192.067.848	66.461.587	189,0
71	—	Revend. Ambulante Autônomo de Salinas Ltda.	Comércio varejista artigos de perfumaria e cosméticos	191.850.166	—	—
72	86	Abraão Otoch e Cia. Ltda.	Comércio varejista de tecidos, artigos de tecidos, etc.	190.497.430	50.182.204	279,6
73	58	Oeste Veículos Ltda.	Com. varej. veic. a motor, peças e acessórios (CONCESSIONÁRIOS)	188.092.591	69.774.570	169,6
74	—	Texita — Cia. Têxtil Tangará	Fiação de algodão cor natural ou alvejado	186.462.208	—	—
75	30	Agrimex — Agro-Industrial S/A	Comércio varejista de cimento	185.509.762	160.049.172	15,9
76	38	Arnaldo, Irmão e Filhos	Beneficiamento de fibras de algodão	176.674.252	124.246.802	42,2
77	60	Soriedem S/A Confecções	Conf. de camisas, camisetas, paletôs, calças, etc.	171.521.527	57.991.732	195,8
78	—	Disvese Ltda.	Comércio varej. veic. a motor, peças e aces. (CONCESSIONÁRIOS)	171.033.780	29.867.911	472,6
79	—	Lojas Riachuelo S/A	Com. varej. de roupas feitas e confecções em geral	165.834.210	71.111.133	133,2
80	91	F. Alves Neto Ltda.	Comércio varejista veículos a motor, peças e acessórios	165.831.346	46.839.571	254,0
81	—	Halligurton Inco do Brasil Ltda.	Comércio atacadista de prod. extrat. de origem mineral	164.020.184	38.327.022	327,9
82	62	Droguistas Potiguares Reunidos Ltda.	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos	161.963.715	67.832.521	138,8
83	82	Codif — Cia. Distribuidora de Ferragens	Com. varej. ferragens, prod. metalúrgicos e mat. construção	158.331.363	52.433.132	202,0
84	44	Salustino Veículos S/A	Com. varej. veic. a motor, peças e aces. (CONCESSIONÁRIOS)	155.615.996	84.064.551	85,1
85	81	Itapetinga Agro-Industrial S/A	Fabricação de clinquer de cimento	154.897.331	53.321.594	190,5
86	56	Cooperativa Agric. Mista do M. Oeste Potiguar	Cooperativa de algodão	154.778.175	78.421.168	97,4
87	73	Lúcio Silveira e Filhos	Comércio varejista de artigos de armarinho	154.530.400	57.984.868	166,5
88	—	Aganor — Gases e Equipamentos S/A	Comércio varejista de artigos não esp. e não classificados	154.233.593	27.912.408	452,6
89	94	UBM — União Brasileira de Mineração S/A	Comércio atacadista de produtos químicos	153.992.714	44.257.432	247,9
90	70	Matias e Filhos Ltda.	Comércio varejista de roupas feitas e confecções em geral	152.976.852	59.570.202	156,8
91	72	Trigueiro e Cia.	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos	151.437.611	59.159.297	156,0
92	85	Sorvane — Sorvetes do Nordeste S/A	Comércio atacadista de sorvetes, picolés e art. pertinentes	148.724.230	50.835.509	192,6
93	—	Povel — Porcino Veículos Ltda.	Comércio varej. veic. a motor, peças e aces. (CONCESSION.)	145.869.997	48.205.660	202,6
94	95	Manoel de Holanda Rebouças	Comércio varejista de pneumáticos e câmaras	143.534.064	43.855.954	237,3
95	—	Casa Esperança Ltda.	Comércio varej. de roupas feitas e confecções em geral	136.928.170	27.322.792	401,1
96	—	Marisa — Lojas Varej. Ltda.	Comércio de varej. de roupas feitas e confecções em geral	136.731.539	—	—
97	66	Cyro Cavalcanti	Comércio varej. de peças e acessórios para veículos	135.104.472	63.474.797	112,8
98	—	Promotora de Vendas S/A — PROVIDAS	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	133.645.769	38.302.161	248,9
99	—	Sabina Modas Comércio Ltda.	Comércio varejista de roupas feitas e confecções em geral	132.431.966	—	—
100	36	Porcino Irmãos Comercial Ltda.	Comércio varejista de móveis e eletrodomésticos	132.270.177	67.219.107	96,8

COMPREENDIDA E APOIADA, A PEQUENA EMPRESA PODE MUDAR O QUÁDRO SOCIAL. PRINCIPALMENTE NESTA HORA DE CRISE.

As micro, pequenas e médias empresas constituem 95% do universo empresarial do País e respondem por 70% dos empregos e cerca de 40% do valor do produto nacional. Elas representam um papel de inquestionável importância nos sistemas econômicos baseados na livre iniciativa.

No âmbito industrial, além de sua alta importância como fator de produção e geradoras de tecnologia, as PME exercem também a função vital de supridoras de componentes, partes, insumos e matérias-primas. Do ponto de vista da complementação industrial, são fator básico para a existência e o desenvolvimento das grandes empresas. Essa tarefa de complementação é,

na verdade, o que dinamiza a economia e permite que a atividade industrial se reflita na vida dos cidadãos. Principalmente na distribuição de produtos - o elo de ligação entre a indústria e o consumidor - e nos essenciais serviços de apoio à produção industrial, como instalação, reparação e

conservação. São ainda fundamentais na distribuição de gêneros alimentícios em geral, produtos agropecuários e hortifrutigranjeiros. E responsáveis também pela prestação de inúmeros serviços à população relativos à higiene pessoal, cuidados com a saúde, assistência e manutenção do lar.

As PME têm melhores condições de gerar novos empregos, uma vez que o custo de criação de cada emprego para elas é menor que o das grandes empresas. Pelas suas características de atender mercados locais utilizando mão-de-obra e matérias-primas da região, são fator de descentralização das atividades econômicas, ao mesmo tempo em que permitem a fixação do homem, evitando-se o êxodo desnecessário.

Estimulam e ampliam a livre concorrência, representam o embrião para o surgimento das grandes empresas, e tornam viável uma das liberdades do indivíduo: exercer a iniciativa de produzir.

Parece mentira que, com essa folha de serviços, as micro, pequenas e médias empresas sejam tão incompreendidas.

Apesar de algumas benéficas medidas tomadas nos últimos anos pelo Governo, as pequenas empresas se debatem oprimidas pelo peso da burocracia, e da legislação fiscal, tributária, trabalhista, sanitária e ambiental, e pelas dificuldades e custos creditícios. Os programas de incentivo raramente são aproveitados pela pequena empresa, pois muitas vezes não consegue satisfazer os requisitos mínimos. Os impostos e exigências burocráticas, talvez suportáveis por uma grande empresa, muitas vezes são cargas terríveis que inviabilizam a pequena empresa. Para se registrarem, elas têm que despender recursos, por vezes superiores ao seu próprio capital.

E, para funcionarem, a quantidade de atos burocráticos que devem realizar está acima da capacidade de seu frágil aparelho administrativo. Todas essas dificuldades desestimulam a criação de novas empresas ou as condenam a viver na clandestinidade. E o medo de

serem descobertas inibe sua força criativa e impede sua expansão. Quando, em verdade, devidamente compreendidas e apoiadas, são elas que podem mudar o quadro social. Principalmente numa hora de crise como a que vivemos.

Se não quisermos ver sucumbirem a pequena e média empresa, essenciais à democracia econômica, é necessário despertar a percepção para uma nova mentalidade que motive autoridades e legisladores. Para eliminar os entraves que dificultam à sociedade brasileira aproveitar todo seu enorme potencial criativo e sua gigantesca vontade de trabalhar e produzir.

*A pequena empresa
deve ter um tratamento
diferenciado.*

MOVIMENTO NACIONAL PELA LIVRE INICIATIVA.

Os transportes continuam liderando a lista do ISS

A Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura do Natal acaba de divulgar, e RN/ECONÔMICO publica com exclusividade, a relação dos 100 maiores contribuintes do ISS (Imposto Sobre Serviços). A liderança, como pode-se observar, continua com as empresas de transportes coletivos. Destacam-se ainda as empresas de vigilância e de locação de serviços, seguidas de hospitais e hotéis. Uma surpresa: dentre as empresas gráficas, RN/ECONÔMICO ocupa o primeiro lugar, com um recolhimento que supera em Cr\$ 2,3 milhões a estatal Companhia Editora do Rio Grande do Norte.

Dos 2 mil e 600 contribuintes cadastrados, as cem maiores empresas recolheram 68,3 por cento do total de Cr\$ 3 bilhões e 198 milhões em 1984. A previsão para este ano é de Cr\$ 6 bilhões, segundo o Secretário Francisco Souza de Freitas Rego. Esses números poderiam ser bastante superiores, diz Rego, mas não é justa uma elevação maior da Unidade Fiscal de Referência (Cr\$ 70.200), que este ano sofreu um aumento de 170 por cento, bem abaixo dos 308% registrados em São Paulo, por exemplo.

QUEM CONTRIBUI — Há três classes de Imposto Sobre Serviços: o **ISS homologado**, recolhido pelas empresas, de acordo com o faturamento, até o dia 25 do mês subsequente; o **ISS dos profissionais autônomos**, recolhido em duas par-

celas, em 25 de março e 25 de junho de cada ano; e, o **ISS das sociedades de profissionais**, cuja conceituação não é muito bem entendida. Nesse caso, o imposto é devido pela sociedade "à razão de 2 UFR (Cr\$ 140.400) por mês, em relação a cada profissional habilitado sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal". Neste caso, é bom repetir, o imposto é recolhido por cada profissional, e seus componentes são pessoas físicas, habilitadas para



Francisco Rego e o ISS

o exercício da mesma atividade profissional, como: médicos, dentistas e veterinários; enfermeiros, protéticos, obstetras, fonaudiólogos e psicólogos; laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica; advogados ou provisionados; agentes da propriedade industrial; economistas; contadores, auditores, guardalivros e técnicos em contabilidade; engenheiros, arquitetos e urbanistas.

A necessidade dos profissionais serem da mesma atividade econômica, entretanto, "não é pacífico perante nossos tribunais, pois existem várias decisões no sentido de considerar também sujeita à alíquota fixa a sociedade de pluriprofissionais, aquelas em que seus integrantes exercem atividades diferentes, embora assumindo responsabilidade pessoal".

ALÍQUOTAS — A taxa básica é de 5 por cento, mas há variações. As empresas de ensino de qualquer natureza recolhem 4%; construção civil, 2%; serviços hospitalares e assemelhados, 4%; diversões públicas (com exceção de cinemas que recolhem 10%), 5%; e transportes, 4%. Variações ocorrem também nos casos de profissionais autônomos. O cálculo é feito com base na UFR (Cr\$ 70.200), a saber: 1,25 da UFR quando profissionais de nível superior (com menos de dois anos de formado, 0,75); quando profissionais de nível médio, 0,75; e profissionais não qualificados, 0,50.

De qualquer forma, o Imposto Sobre Serviços representa uma extraordinária fonte de receita para os municípios, desde que a máquina arrecadadora funcione. No caso de Natal, segundo Francisco Rego, há um mecanismo razoável de controle do tributo. Ademais, um convênio de cooperação técnica firmado com a Receita Federal permitiu um acompanhamento quase perfeito. Quanto à aplicação dos recursos arrecadados, há quem defenda uma destinação específica, mas em termos de Nordeste torna-se quase impossível.

REDISTRIBUIÇÃO — Enquanto isso, tramita no Congresso Nacional projeto de lei do Deputado sergipat-

Não troque de mulher. Troque de ambiente.

E bem provável que a melhor mulher do mundo esteja pertinho de você, todos os dias. E talvez você nem desconfie. Experimente fazer um convite a sua mulher para uma esticada no Tahiti. Vai ser uma tremenda lua-de-mel, independente dos anos de casados. E ela vai dar em dobro todo o prazer recebido.

MOTEL TAHITI
O paraíso é aqui

no José Carlos Teixeira, sugerindo que a receita do ISS se constitua no verdadeiro instrumento de redistribuição dessa parcela de renda pública, beneficiando as regiões mais carentes, ou seja, aquelas que dependem da prestação de serviços oferecidos pelas mais desenvolvidas. Dessa forma, segundo o projeto de lei, quando a prestação de serviço for interestadual, o tributo será recolhido não ao Município do prestador mas na Capital do Estado do destinatário do serviço, o que permitirá maior geração de empregos onde esta se faz mais premente. Um grande passo nesse sentido já foi dado com o Decreto-Lei 406/68, ao determinar que as empresas de construção civil devem tributo no local da prestação de serviços. □



Cidade do Sol ...

Mesmo entre os primeiros, os problemas são grandes

A despeito dos argumentos do seu diretor-geral, Eudo Laranjeiras, alegando tratar-se de "um engano", a Empresa de Transportes Cidade do Sol é a ponta-de-lança em matéria de arrecadação do Imposto Sobre Serviços — ISS — no ano de 1984, de acordo com a listagem divulgada pela Secretaria Municipal de Finanças. Referindo-se ao mesmo engano havido em '83, quando o posicionamento tinha sido elevado em função de falhas de computação — o que, efetivamente, foi constatado — o empresário protesta, mas mesmo assim a Transportes Guanabara cedeu-lhe a vez, ocupando agora o segundo lugar.

Afinal, a recuperação e ascensão do setor de transportes urbanos e interurbanos vem tomando de assalto as próprias previsões das empresas, declaradamente pertencentes a um dos setores mais atingidos com as sanções e exigências impostas pelo Governo à iniciativa privada. E o argumento em favor disso é esse ser um serviço de interesse da coletividade e fator decisivo para o desenvolvimento sócio-econômico dos conglomerados urbanos, num complexo não dissociado dos ou-

tros mecanismos de manutenção dos níveis de produção.

Apesar de todas as variantes de ordem estrutural do serviço, utilizado quase que obrigatoriamente pela população, Eudo Laranjeiras pondera que "houve um incremento realmente", mas não que justificasse a posição da Cidade do Sol na relação do ISS. Acrescenta que o crescimento da empresa, em termos reais, ocorreu apenas devido à linha inter-municipal, que passou a operar numa linha espe-



Eudo Laranjeiras: queixas

cial Natal-Eduardo Gomes, com o detalhe de que o imposto cobrado sobre o transporte inter-municipal decorre do ISTR (Imposto de Serviços de Transportes Rodoviários).

OFERTA × DEMANDA — Um dos empresários do setor a proclamar com maior insistência uma tomada de posição mais enérgica dos Governos Federal e Estadual no sentido de promoverem condições de melhora para o transporte coletivo, Eudo Laranjeiras exemplifica a boa "saúde" da empresa pelo fato de não ter havido demissões no período analisado, e um incremento nos últimos dois anos, da ordem de 20%, envolvendo frota e funcionários. Na totalidade, excetuados os veículos que circulam fora do perímetro urbano, a empresa conta hoje com 520 funcionários e 115 ônibus operando em Natal.

Como ele reconhece, "transporte é essencial", e, no período compreendido entre '81 e '84, não houve queda no movimento de passageiros, embora não tenha havido taxa real de crescimento. O movimento tem se mantido constante, praticamente a mesma média de '81, quando se registravam um trânsito de 300 mil passageiros/dia, média hoje estipulada em 320 mil passageiros/dia. Contudo, diz Eudo, a demanda não correspondeu à oferta, na medida em que "oferecemos melhores condições e maior número de ônibus, com acréscimo de novas linhas".



... e Emserv: na cabeça

Para ele, o ISS deveria ser revertido em prol dos usuários através da melhoria dos serviços, como construção de abrigos e manutenção de uma campanha tapa-buracos na cidade, com o que a taxa se tornaria "insignificante", desde que aplicada diretamente ao setor de transportes. O montante da tarifa, hoje, corresponde a 4% do preço da passagem, num ônus extra para o usuário, sem corresponder à expectativa de melhoria do setor.

VIGILÂNCIA SEMPRE — Se nos transportes sobram argumentos que apontam no sentido de um "arrocho" do setor em função da dependência de decisões públicas, nas empresas que prestam serviços de segurança e vigilância — das quais a Emserv (Empresa de Serviços e Vigilância Limitada), situa-se como 3.^a colocada nas listas de contribuidoras do ISS — a situação permanece estável, segundo declaração do diretor financeiro da empresa, Expedito Gomes de Azevedo. "O faturamento não aumentou, em relação ao ano anterior, em termos reais", diz ele, indicando que o mercado não aumentou a demanda e o aumento da arrecadação do Imposto Sobre Serviços decorreu dos reajustes normais dos contratos.

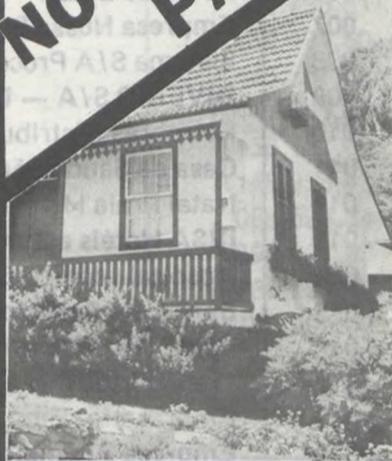
Hoje, a Emserv detém 60% do mercado — "até mesmo pelo pioneirismo", credits Expedito Azevedo — num montante de serviços prestados em bancos, empresas privadas, repartições públicas e

condomínios. O pessoal contratado, prestando serviço em Natal, chega a 740, do total de 1.210, em todo o Estado, entre vigilantes e pessoal de apoio. A rotatividade, atualmente, gira em torno de 4%, sendo que o maior índice de demissões aconteceu nos últimos dois anos devido ao cancelamento dos contratos de algumas Secretarias de Estado que empregavam mais de 100 vigilantes, sob a alegação de falta de recursos.

Alarmado com o último aceno do Governo na área da segurança nos órgãos públicos, que pretendem utilizar a Polícia Militar para vigilância e transporte de valores, Expedito Gomes questiona a interferência que isso representaria para o mercado, num decréscimo evidente de um setor que contribui com encargos sociais e impostos.

Admitindo a posição cômoda da empresa no rol geral de arrecadação do ISS — "não somos os primeiros porque temos serviço em todo o interior do Estado" — Expedito Azevedo constata que "o mercado já chegou a um ponto limite e parou", embora exiba os dados do faturamento nos últimos anos, suficientemente demonstradores do sólido posicionamento da empresa. Em '83, a Emserv arrecadou aproximadamente Cr\$ 1,5 bilhão, enquanto em '84 o faturamento atingiu um volume superior a 4 bilhões, numa performance reafirmada pelo número de contratos, 125 ao todo, entre bancos e empresas públicas e privadas.

**ECONOMIZE
COMPRANDO
NO ARMAZÉM
PARÁ**



Hoje, você quando pensa em construir, reformar, ampliar, a primeira idéia que ocorre é como gastar pouco e ter um material de qualidade. Então a solução aparece com o nome do **ARMAZÉM PARÁ**. Procure nos seguintes endereços: Loja 1, Av. Antônio Basílio, 180; Loja 2, Rua Almino Afonso, 40 e Loja 3, Av. Prudente de Moraes, 2007 ou pelo PABX 223-4977. Em cada uma delas, você vai encontrar uma empresa preocupada com o seu problema, pronta e em condições de lhe atender, dando orientação quanto a aquisição e aplicação do produto ideal para o seu caso, em particular. **ARMAZÉM PARÁ** mantém à disposição de seus clientes, uma equipe especializada, em condições de orientar e fornecer produtos de qualidade a preços *sem igual* na praça. Nosso slogan confirma a tradição — **ARMAZÉM PARÁ — O MUNDO BARATO DA CONSTRUÇÃO.**

ARMAZÉM PARÁ

**IMPORTADORA
COMERCIAL
DE MADEIRAS LTDA**

Rua Antônio Basílio, 180
PABX (084) 223-4977

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS — SEMFI
RELAÇÃO DOS 100 MAIORES CONTRIBUINTES DO ISS DO EXERCÍCIO DE 1984

N.º DE ORDEM	RAZÃO SOCIAL	IMPOSTO RECOLHIDO
001	Viação Cidade do Sol Ltda.	209.370.397,28
002	Transportes Guanabara Ltda.	189.169.458,68
003	Emp. de Serviços e Vigilância Ltda. — Emserv	159.771.751,22
004	Burroughs Eletrônica Ltda.	130.536.980,75
005	Datanorte — Cia. de Proces. de Dados do RN	123.689.212,90
006	Xerox do Brasil	89.243.457,45
007	Empresa Nossa Senhora Aparecida Ltda.	67.914.753,00
008	Sistema S/A Processamento de Dados	60.179.164,00
009	DIVEMO S/A — Dist. Potiguar de Veic. e Motores	56.966.839,54
010	Petrobrás Distribuidora S/A	53.157.070,59
011	Casa de Saúde São Lucas S/A	34.743.217,00
012	Natal Praia Hotéis (Reis Magos)	33.396.791,70
013	IRSA Hotéis e Turismo S/A (Ducal)	31.922.677,08
014	Hospital Médico-Cirúrgico S/A	31.420.688,88
015	Benhayon Participações S/C Ltda.	29.742.801,00
016	Valdemar Araújo e Cia. Ltda.	27.224.105,90
017	Transportes Pirangy Ltda.	26.913.562,00
018	Embrasel — Emp. Bras. de Loc. de Serv. Ltda.	26.388.122,00
019	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A	24.329.293,45
020	Transflôr Ltda.	22.858.407,00
021	SEQUIP — Serv. de Engenharia e Equip. S/A	22.699.687,00
022	Hotéis Othon S/A	22.611.100,78
023	Indústria Mecânica Stuart Ltda.	21.575.839,00
024	Marcosa S/A Máquinas e Equipamentos	20.998.758,00
025	Cristal Serviços Empresariais Ltda.	19.325.762,85
026	Auto Locadora Dudu Ltda.	19.283.500,03
027	Hotel Tirol Ltda.	18.901.954,00
028	Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros S/A	18.270.940,00
029	Norte Pesca S/A	18.151.419,00
030	Distribuidora de Automóveis Seridó S/A	16.111.367,63
031	Smith Intern. do Brasil Equip. e Serv. Ltda.	15.678.398,00
032	Ultra Vigilância Ltda.	15.591.075,50
033	Ess Vip — Emp. de Prest. de Serv. de Vig. Particular Ltda.	15.277.093,59
034	Dumbo Publicidade e Promoções Ltda.	15.155.788,30
035	Renocirne Ltda.	14.769.841,00
036	Marpas S/A	13.817.236,00
037	RN/Econômico Empresa Jornalística Ltda.	13.709.507,85
038	Construtora Flôr Ltda.	13.153.210,43
039	Embrasel Serviços de Vigilância Ltda.	13.103.537,00
040	Wirth Latina Máquinas e Fer. de Perfuração Ltda.	12.103.742,07
041	CIDA	11.793.736,04
042	Cia. Editora do Rio G. do Norte — CERN	11.450.669,00
043	M. D. Melo Comércio e Indústria Ltda.	11.384.763,72
044	EMSERG — Empresa de Serviços Gerais Ltda.	10.866.196,47
045	R. Gurgel Limitada	10.748.212,43
046	Indústria Gráfica União Ltda.	10.640.071,00
047	Cyro Cavalcanti	10.527.366,82
048	Coriolano de Medeiros Comércio Ltda.	10.384.612,12

N.º DE ORDEM	RAZÃO SOCIAL	IMPOSTO RECOLHIDO
049	Giusti e Companhia Ltda.	10.265.600,20
050	GRANORTE Adm. de Consórcios Ltda.	10.236.110,90
051	ENGEQUIP — Engenharia de Equipamentos Ltda.	9.412.523,00
052	Instaladora e Refrigeração Ltda.	9.242.651,23
053	Clima Artes Gráficas e Publicações Ltda.	8.862.049,85
054	Ultralimpo Empreendimentos e Serviços Ltda.	8.813.464,55
055	Lojas Cine-Foto Oeste Ltda.	8.230.187,79
056	Intermédica S/C Ltda.	8.155.385,95
057	SECISA — Souto Engenharia Com. e Ind. Ltda.	8.049.159,24
058	Agência Marítima Grumaré Ltda.	7.945.735,31
059	UBM — União Brasileira de Mineração S/A	7.852.494,60
060	Granorte Veículos e Peças Ltda.	7.445.851,58
061	Serviço Fed. de Proce. de Dados — SERPRO	7.441.640,00
062	Litoral NE Rede Hotelaria Ltda. (Natal Mar Hotel)	7.156.107,00
063	Natal Veículos e Peças S/A	7.145.958,43
064	Sociedade Anônima White Martins	7.086.598,34
065	ENARQ — Engenharia e Arquitetura Ltda.	6.895.631,99
066	Boscodiesel Ltda.	6.835.090,41
067	Cinemas Reunidos Ltda. — Cine Nordeste	6.767.390,00
068	César Comércio e Representações Ltda.	6.688.264,39
069	ITORN Ltda.	6.456.868,00
070	Construtora Mendes Carlos Ltda.	6.433.434,03
071	BCN Servel Ass. Sistemas e Métodos Ltda.	6.426.050,00
072	Sociedade de Educação Infantil de Natal (?)	6.385.184,00
073	Natal Service Ltda.	6.201.875,25
074	Organização Rotsen Representação Ltda.	6.134.509,50
075	F. Nunes (Tipografia Santa Cruz)	6.112.047,50
076	Centro de Patologia Clínica Ltda.	5.888.484,08
077	Salustino Veículos S/A	5.842.010,43
078	Casa de Saúde Petrópolis Ltda.	5.837.580,00
079	COI — Centro de Ortodontia Integrado Ltda.	5.833.204,80
080	Comercial Maquetti Natal Ltda.	5.765.305,84
081	Inst. de Endoscopia Digestiva de Natal Ltda.	5.580.603,60
082	Casa de Saúde Natal S/A	5.379.875,00
083	Tipografia Santo Antônio Ltda.	5.373.560,00
084	Genário Dantas e Cia.	5.273.015,07
085	Agência Marítima Ltda.	5.170.041,08
086	Construtora A. Gaspar Ltda.	5.096.872,79
087	Pronto Socorro e Clínica Inf. de Natal — PAPI	5.083.793,00
088	Clínica Santa Maria Ltda.	5.038.860,68
089	Cyro Cavalcanti	4.999.178,00
090	Representações Carvalho e Araújo Ltda.	4.851.334,25
091	Dobraferro Ltda.	4.711.375,82
092	Agência Aerotur Ltda.	4.658.750,00
093	Walfer Eletrônica e Serviços Ltda.	4.607.347,08
094	FARP — Freitas Aires Representações Ltda.	4.583.783,69
095	Banco Safra S/A	4.453.324,34
096	SAR — Casa de Hóspedes de Ponta Negra	4.408.567,80
097	Instituto de Radiologia de Natal	4.368.000,00
098	Uruassu Editora Gráfica Ltda.	4.233.171,70
099	Pax Viagens e Turismo Ltda.	4.182.606,00
100	Emp. Funerária São Francisco das Chagas Ltda.	4.127.710,33

A CHAVE DO TESOURO ESTÁ NO ELDORADO, O CONSÓRCIO NATALENSE.



O Consórcio Eldorado é o caminho que leva você do sonho à realidade do carro novo ou usado, de todas as marcas. Motos também. A álcool ou a gasolina. Parece um sonho mas não é. Afinal, o Consórcio Eldorado trabalha com duas maravilhas da vida moderna: o automóvel e a moto. Em três anos de atuação o Consórcio Eldorado já entregou a seus consorciados 862 veículos novos. O pioneirismo também faz parte do Eldorado. Pois, foi o primeiro Consórcio a criar grupos de carros usados, e o sucesso já é tanto, que em menos de 90 dias já lançou um terceiro grupo desta categoria. Além do mais o Eldorado é o único Consórcio local, que trabalha com todas as marcas, sem burocracias



e sem perda de tempo. As muitas solicitações já comprovam o sucesso. O Eldorado, nesses três anos, já formulou 18 grupos de consorciados, sendo 11 para carros novos, 3 para veículos usados, e 4 de motos, com aproximadamente 1.700 associados. Venha ao Eldorado. Fique à vontade em suas novas instalações com amplo estacionamento e exposição de veículos de todas as marcas, para sua maior comodidade. Quem compara fica com o Eldorado. Pois além de todas as vantagens oferecidas, o Consórcio estendeu aos seus clientes, a promoção da VW não aumentando o preço dos veículos dessa marca, durante o mês de março.



ELDORADO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

Av. Prudente de Moraes, 1108 — Tel.: 222-9246 — Tirol — Natal-RN.

O dever do povo

MANOEL BARBOSA

Está havendo um equívoco doloroso no posicionamento das esperanças atuais. O povo que sofre e, em particular, o Nordeste esquecido, estão, em boa parte, ainda no vício antigo e jogam suas fichas em pessoas, isto é, em políticos, quando o importante dos novos tempos não é exatamente o Governo, a pessoa que ocupa o Governo, o nome dos ministros e de chefetes, mas a vigência da normalidade constitucional.

Há quem se decepcione com nomes de ministros; muitos discutem nas esquinas e bares a tese do «continuísmo». Conferem-se nomes, aquilítam-se posições passadas e a conclusão é: tudo vai continuar a mesma coisa, o povo será do mesmo modo espoliado, o Nordeste permanecerá no esquecimento e fora das rubricas especiais.

Por falta de ação, a sociedade civil está esquecendo de si mesma.

Com o encerramento do chamado ciclo do autoritarismo, a modificação fundamental no País não é a de nomes ou de cargos mas a da estrutura institucional, com a possibilidade de progressiva prevalência da sociedade civil sobre o poder da tecnocracia que ditava leis e normas nos gabinetes e sob a sombra dos números e das estatísticas.

É evidente que os tecnocratas não vão sumir da administração pública, nem vão deixar de ter a sua participação — e a própria equipe econômica é composta de «delfins boys», cérebros egressos da escola monetarista, muitos discípulos de Delfim Neto e afins com suas teorias, como o próprio Dornelles. Mas não vão ser mais os sumos sacerdotes. Agora, vão ser fiscalizados e não terão mais o argumento da força para lhes dar suporte. Quando suas medidas não funcionarem poderão ser aliçados com facilidade pela insatisfação da sociedade civil.

Enfim, o que se questionava no período autoritário não era propriamente as pessoas, mas a impossibilidade de demover pessoas ou mudar ações pessoais. A sociedade civil foi relegada pelo fechamento do regime, que se oligarquizou e se elitizou em formas sempre acabadas e nunca densamente discutidas, mesmo quando em jogo temas passíveis de discussões.

O importante, agora, é se poder discutir; o importante, agora, não é que tudo tenha mudado com nomes e rótulos, mas que haja possibilidade de haver mudanças sempre que elas se façam necessárias. Mudanças pelo voto. Mudanças pela Constituinte. Mudanças da estrutura fundiária do Nordeste talvez pela aplicação de instrumentos que só existiam teoricamente — como o Estatuto da Terra, do Governo Castelo Branco — ou de aplicação de outros, como a Reforma Agrária.

O equívoco fundamental está em esperar pelo Governo, como antes.

Não. A responsabilidade pelo sucesso das instituições, num regime mais aberto, é da sociedade civil. É ingenuidade ou vício herdado do paterno-autoritarismo esperar tudo do Governo ou atribuir tudo a nomes, como se nomes ou pessoas fossem capazes de milagres e o simples fato de colocar estranhos em postos e cargos signifique mudança.

Cabe, agora, à sociedade civil, fiscalizar, exigir, cobrar — e, sobretudo, saber o que cobrar e como cobrar. Para isso, é preciso esclarecer-se, informar-se, conscientizar-se, para saber o que exigir, o que cobrar, de que participar, para não incorrer em modismos vãos, nem praticar «ismos» quaisquer por mera conveniência. É preciso, sobretudo, saber votar, para não guindar incompetentes a cargos importantes. É preciso ter consciência da importância do ato de votar e eleger.

Democracia é praticada de forma interativa. Por falta de costume, o povo, em particular o nordestino por estar muito mais desacostumado, mantém-se só como espectador, esperando a ação do Governo, discutindo continuísmo, possibilidades de sucesso ou fracasso. Mas é ele, o povo, nós todos da sociedade civil, que temos de agir, atuar, participar, informando-se, sabendo, não se deixando levar, para que as exigências, cobranças e imposições para mudanças — a força da opinião pública numa sociedade democrática — se realizem de forma eficiente. Não sendo assim, tudo continuará na mesma. Ou pior. Aí, os tecnocratas vão querer, de novo, dizer no ouvido dos militares que o povo não sabe mesmo escolher.

Consórcio, a opção quase única para comprar carros

Os freqüentes aumentos de preço têm inibido a venda de automóveis, principalmente na classe média que, tendo seus salários achatados a cada mês e sem a mínima condição de acompanhar os altos índices de inflação, desistem do sonho de comprar um carro, mesmo quando os preços começam a ser controlados. Embora uma pequena parcela venha lançando mão do recurso do carro usado, o preço deste também

vê como um bom negócio, principalmente numa época de crise como a atual. Ele afirma que o financiamento está praticamente impossível, porque tem chegado a mais de 400 por cento ao ano de juros, enquanto que o consórcio, apesar do reajuste mensal ser de acordo com o aumento do carro, em 1984 ficou em torno de 220 por cento, "um pouco abaixo da inflação".

No sistema de consórcio, as cotas

lham de acordo com as normas estabelecidas pela Receita Federal. A falta de profissionalização de quem trabalha com consórcio também é uma das causas dessa situação, diz, acrescentando que o Eldorado tem se preocupado com isso treinando o Departamento Comercial de Vendas de Consórcio para que este transmita a mensagem correta do que é um plano de consórcio, e não dê margem a mal-entendidos. Existe muita desinformação por parte dos funcionários e vendedores, justifica ele.

Mostrando-se interessado no crescimento do sistema, Sérgio Freire faz um apelo aos administradores para que o sistema de consórcio seja seguido corretamente e ganhe mais credibilidade. Falando do caso específico do Eldorado, que



Sérgio Freire: bom negócio ...



... se feito com seriedade

tem disparado em função da carência do automóvel novo. E ainda que o sistema de consórcio seja uma faca de dois gumes para uns, para outros é a única maneira de se adquirir um carro novo, especialmente para a classe média-alta, que também não vê condições de comprar um carro à vista e não quer optar pelo financiamento devido às altas taxas de juros exigidas.

Hoje, um Fusquinha zero quilômetro custa em torno de Cr\$ 15 a 16 milhões — e trata-se do carro mais barato. Quando um cidadão dispõe desse dinheiro, prefere investir no mercado financeiro, porque os juros de uma poupança, por exemplo, dariam para pagar a prestação de um consórcio. Esta é a explicação de Sérgio Freire, diretor do Consórcio Eldorado, há cinco anos trabalhando num ramo que

podem ser pagas entre 50 a 60 meses e, se antes era considerado um bom negócio, agora melhorou, disse Sérgio Freire, com a recente decisão do CIP (Conselho Interministerial de Preços) de controlar os preços dos carros. Mesmo que o carro seja um bem que tem mercado limitado, com apenas uma pequena parcela da população tendo condições de comprar, frisa.

SISTEMA BOM — O diretor da Eldorado considera o consórcio um bom sistema para o cliente, porque ele não se descapitaliza e a mensalidade está ao alcance de seu padrão, isso levando em consideração que esse cliente é da classe média alta. Se há casos de má fé por parte de algumas firmas que trabalham com consórcio (ver box), Sérgio acredita que os administradores não traba-

não tem encontrado problemas no ramo, ele coloca que a firma procura transferir, integralmente, qualquer promoção de preços adotados pelos fabricantes para os consorciados. Por exemplo, ao manter num mês a tabela de preços de um determinado carro para compra à vista, será mantida também a tabela para o consórcio.

CARRO USADO — Carro usado, um dos negócios que mais rendem no ramo do automóvel nos últimos tempos, também está conseguindo manter o seu consórcio e segundo Sérgio, esta foi uma maneira de dinamizar mais o mercado, que vem sendo reprimido pelo achatamento salarial. "E já tem muitos adeptos do consórcio de carros usados", observa.

Nesse sistema, o cliente adquire o

crédito, que dá direito a comprar qualquer carro, desde que tenha até 3 anos e seja entregue por um revendedor autorizado e credenciado pelo Consórcio. Para fixar o preço desse crédito, se leva em consideração o preço do carro novo, ou seja, 60 por cento do valor de um carro novo. A título de exemplo, o crédito de um Fusca hoje estaria em torno de 9 milhões de cruzeiros. Nesse caso, também é obedecido o reajuste normal do carro novo. Em termos concretos, a mensalidade atual está em torno de Cr\$ 200 mil, no caso já exemplificado de um Fusca.

Este tipo de consórcio está bastante procurado, garante Sérgio Freire, que está satisfeito com os resultados e diz porque: "Há clientes que, quando encerram a participação num grupo, entram logo noutra". □



Automóveis usados: a opção

Um negócio não tão bom se a firma não for confiável

Nem sempre consórcio pode ser um bom negócio. Esta é a conclusão a que deve ter chegado um grupo de consorciados do grupo Nordeste (ex-Granorte), que estão entrando com uma ação na Justiça, ou seja, ação de consignação em pagamento, que tem como objetivo fazer com que essa administradora de consórcio aceite o pagamento de mensalidades de cerca de dez consorciados, de acordo com o que foi estabelecido com o associado no início do negócio. O que aconteceu foi que a ex-Granorte ofereceu a alguns associados a possibilidade de entrar no consórcio, na desistência de outras pessoas, fixando que — no caso específico de João Wilson Almeida Régo, um dos lesados pela firma — as 11 prestações que o desistente deixou de pagar ficariam para ser pagas no final e sem reajuste. Esse trato, porém, não foi cumprido, e o Consórcio exigiu o pagamento da diferença, alegando de que o negócio fechado anteriormente não estava correto.

Sentindo-se lesado, João Wilson Régo deu entrada, através do

advogado Honório de Medeiros, com uma ação de consignação em pagamento, exigindo seus direitos e conseguindo a adesão de mais nove companheiros, que estavam na mesma situação. Embora apenas dez tenham entrado com a ação, João Wilson afirma que conhece mais de trinta pessoas na mesma situação — "alguns já receberam o carro através de lance, e outros, como eu, ficaram para receber no final e não receberam". João Wilson vê isso como um erro administrativo ou tentativa de ludibriar o associado, "e se foi um erro administrativo, eles têm de arcar com as responsabilidades desse erro, já que eles é que ganham para administrar esse Consórcio, e não os consorciados".

Diz, ainda, João Wilson, que o Consórcio Nordeste ("era Granorte e hoje é Nordeste, na tentativa de esconder a trambicagem que fizeram") alega que os consorciados estavam devendo, "mas como, se eles participavam da assembléia e dessa assembléia só pode participar quem está em dia com suas prestações"? Pergunta ele.

EM TRAMITAÇÃO — O advogado responsável já deu entrada com ação e no momento está esperando que o juiz obrigue a Granorte a receber as prestações sem os reajustes exigidos e, em seguida, será iniciada uma nova etapa, onde será tentada a efetivação do cumprimento do acordo entre a Granorte e os associados, afirma Honório de Medeiros.

Mas para o advogado, consórcio é um péssimo negócio, justamente porque o valor das prestações dos carnês é diretamente calculado a partir do índice do reajuste do preço dos automóveis, "e não há condições de se calcular o percentual desse aumento. O que acontece, normalmente, é você começar a pagar uma prestação pequena e terminar com uma altíssima". A prestação do consórcio é sempre 2% sobre o valor do automóvel, informa ele.

Além disso, justifica Honório, existe a diferença de parcela, que é um resíduo que poderá ser cobrado no momento em que nasce, mas que só é cobrado na liberação do carro, "porque aí é cobrado com juros e correção monetária".

Em síntese, João Wilson e Honório vêem, nessa situação imposta pelo ex-Granorte, "produto da má administração". Só que João Wilson, por seu lado, continua considerando consórcio um bom negócio, desde que seja administrado por pessoas sérias e idôneas.

A Sertaneja amplia lojas e inova venda de móveis

Sempre inovando sua estrutura no Estado, a A SERTANEJA muda mais uma vez para proporcionar maiores opções a seus clientes. A loja que ora está sendo fechada no Alecrim irá render em novos investimentos para as demais lojas no interior, com a ampliação das instalações e a melhoria dos locais. Outra grande novidade a ser trazida para Natal será lançada ainda este mês com exclusividade pela cadeia de lojas de Radir Pereira e Cia. Trata-se da venda de móveis fabricados no Sul do País pelas mais requintadas indústrias e ainda não vistos pelos natalenses.

NÃO SAI DO ALECRIM — A SERTANEJA não sairá do Alecrim, pois toda estrutura da loja da Presidente Bandeira será deslocada para a Antônio Basílio, e ainda há planos para a instalação de uma nova filial no coração comercial do bairro. Nesta edição, onde aparecem as 100 maiores empresas arrecadadoras de ICM, Radir Pereira e Cia. continua entre as primeiras colocadas, o que é motivo de orgulho para a empresa, ciente de que colabora de maneira expressiva para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Responsável em média por 550 a 600 empregos diretos e 100 indiretos, Radir Pereira e Cia. continua sendo a maior escola para as pessoas que pretendem se engajar no comércio, já tendo sido o início da carreira de muitos comerciantes hoje de renome não somente aqui no Estado, mas também na Paraíba, onde mantém lojas responsáveis pela boa colocação na lista das 100 maiores empresas arrecadadoras de ICM naquele Estado.



O mais novo design em móveis

TRADIÇÃO — Os anos comprovam a experiência e trazem uma tradição indispensável no



Radir: "uma escola"

comércio. Este é o exemplo de um pequeno negócio iniciado a princípio no ramo de tecidos pela família Pereira em 1922, através do comerciante Apropiano Pereira de Araújo na cidade de Currais Novos. Como todo bom negócio que deu certo, foi passado de pai para filho em 1938; e, em '58, se expandiu na Capital do Estado com a vinda do atual presidente da companhia, Sr. Radir Pereira.

Hoje, com 38 lojas espalhadas no Rio Grande do Norte e Paraíba, A SERTANEJA traz o que há de mais moderno em tecnologia, vendendo desta forma a imagem da terra lá fora, e investindo aqui mesmo no Estado, como sempre foi feito, desde o tempo em que quase todos os eletrodomésticos eram importados.



Carlos Alberto: Incomodando

POLÍTICA

Os frutos ásperos de uma luta sem tréguas no RN

A ascensão de Aluísio Alves ao Ministério da Administração Pública do Governo Tancredo Neves indica que o advento da Nova República começou a operar mudanças políticas também a nível estadual, deixando entrever sob que condições serão travadas as próximas eleições. O monopólio exercido pelo grupo Maia nos últimos doze anos — quando o mel do autoritarismo deixava os portadores de ilustres sobrenomes num eterno lamber os beiços de contentamento — começou a ser abalado e o quadro prenuncia-se ainda mais sombrio se consideradas as ameaças de defecção protagonizadas pelo Senador Carlos Alberto.

A verdade é que a estação da transição política tem feito florescer frutos bem mais ásperos que os aguardados pelo paladar dos Maia.

Ainda há algumas semanas, a opinião pública do Rio Grande do Norte assistiu a um verdadeiro festival de contradições montado em torno do episódio de afastamento do Prefeito Marcos Formiga da corrida rumo às eleições nas capitais, às quais o atual Prefeito se arrogava o direito de candidato natural.

Se é verdade que a temporada em Miami — há quem jure ter visto Formiga tropicalmente estendido sob o sol das Bahamas — «recuperou» as energias do Prefeito, conforme ele próprio confessou, não é menos verdade que o sumiço carnavalesco sepultou definitivamente a oportunidade de Marcos César passar mais seis anos no Palácio Felipe Camarão. A questão, agora, é saber para onde Formiga será mandado, no instante em que Aluísio Alves, Tarcísio e Agripino Maia «dis-

cutirem» com o novo Presidente e com os seus ministros a partilha dos cargos federais mais representativos no Rio Grande do Norte.

A pretensão inicial de Agripino, de acordo com as versões que circulam em Natal seria guindar o Prefeito para a direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Com o afastamento do infeliz viajante, o Governador nomearia um político mais a seu gosto para a Prefeitura, a quem caberia inclusive a tarefa de secundá-lo no trabalho de percorrer os bairros da Capital ocupando o espaço político que Formiga jamais conseguiu ocupar.

OS NOMES — A estratégia de ocupação alardeada por Agripino destina-se a reacender, junto à comunidade — notadamente no que se refere aos grupos sociais que são

presa fácil do assistencialismo eleitoral — o prestígio que ele julga possuir, reavivando os idos da campanha de 1982. Para coroar a sua maratona em busca dos votos prejudicados por Formiga, Agripino investirá no cacife de políticos cuja popularidade foi testada nas urnas ou fermentada por um sólido esquema de divulgação. Enquadram-se nestes casos o Deputado Estadual Rui Barbosa e a Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, Vilma Maia.

Rui Barbosa é tido como um dos raros políticos ligados ao Governador Agripino Maia aptos a encarar de frente a tendência francamente oposicionista do eleitorado natalense, algo transparecido nos últimos pleitos disputados. Não sem razão, o presidente do ABC é cortejado pelo PMDB, maior beneficiário daquela tendência nos pleitos mais recentes. O caso de Vilma Maia é diferente. As aparências apontam o seu nome como deveras simpático à população da Capital e de diversos municípios onde a STBS capricha na execução de obras sociais.

Por isso mesmo, muitos a incluem como uma espécie de ás na manga da dinastia Maia, que seria jogada

apenas no momento mais adequado. O que significa dizer «se» os demais nomes forem inviáveis e se forem aparadas todas as resistências — no interior do partido dominado pelo clã — ao sobrenome que a Secretária conseguiu com a certidão de casamento.

O rol de nomes aventados como soluções possíveis para disputar a Prefeitura de Natal com chances de vitória inclui diversos outros políticos expressivos do Estado. Entre eles, o Deputado João Faustino, já em desabalado galope na garimpagem de apoio à postulação de candidatar-se ao Governo do Estado em 1986. Cada viagem de Faustino ao RN é pontilhada de informações sobre reuniões de trabalho, almoços, jantares e discursos proferidos na ânsia de convencer líderes regionais a respaldar o seu esforço de impressionar Tarcísio, Agripino e Lavoisier, arrancando a indicação como candidato do PFL. Sozinho ou com o apoio do PDS.

O atual estado de coisas nos araiás pefelistas parece unir Faustino com a preferência desejada por ele, em que pese a omissão do pai, primo e filho no que respeita a declarações de apoio. Ao que se sabe, os

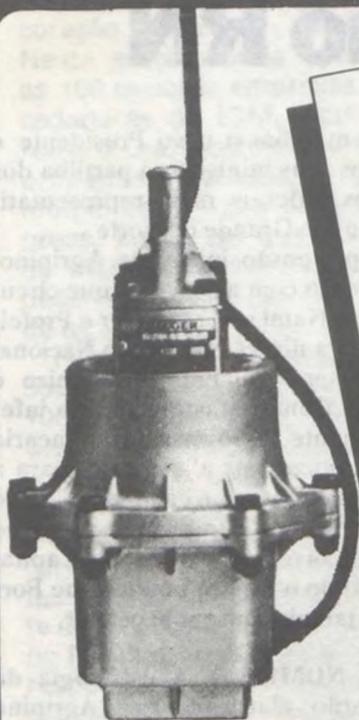
outros nomes sugeridos o foram tão somente nos noticiários especulativos, à exceção de um — o do Deputado Federal Antônio Florêncio. Se o exercício da vida política no RN fosse outro, Florêncio mereceria o quinhão de suor que os Maia vertirão para ganhar qualquer eleição importante disputada no Estado a partir de agora.

Foi ele o primeiro a seguir Tarcísio e Agripino na viagem de Tancredo Neves rumo à Presidência da República, isolando-se mesmo na então bancada federal pedessista, cuja preferência por Paulo Maluf é conhecida de todos. Cauteloso, porém, Antônio Florêncio disse-se candidato sob determinadas condições, resumidas no fato de que o seu nome encabece a lista de resultados da prévia que os Maia reputam como determinante na escolha do candidato do grupo. A tal prévia seria realizada junto às lideranças do partido tão logo seja deflagrado o processo sucessório, com a devida anuência do Governador. São bem conhecidos os mecanismos que viabilizam tais prévias. O que nos permite concluir que as consultas serão restritas a três nomes muito famosos por aqui.

CYRO CAVALCANTI

CYRO CAVALCANTI Auto-Peças
Retifica e reparos de motores
Peças para Autos e Tratores

- Bombas residenciais
- Bombas para edifícios
- Bombas submersas para poços
- Bombas vibratórias para poços rasos
- Reparos e assistência permanente
- Tubos e conexões Tigre
- Tubos e conexões galvanizados



Av. Duque de Caxias, 170 — Fones: 222-7072 — 222-2234 — Ribeira — Natal-RN

UM OBSTÁCULO — O outro pólo que determinará qual será o candidato da dinastia Maia ao Governo do Estado — e mesmo à Prefeitura de Natal — agrupa os correligionários do Senador Carlos Alberto. Amparado num expressivo cartel eleitoral montado em uma década — descontando-se, é óbvio, as circunstâncias que lhe garantiram essa ascensão — Carlos Alberto já avisou que vai jogar pesado para conseguir ser candidato ao gabinete de Agripino no Palácio Potengi.

O primeiro aviso veio permeado de venenosas revelações sobre a intimidade do então candidato José Agripino, desfiadas em agressiva entrevista publicada num dos jornais da cidade. O Senador ridicularizou ostensivamente as atitudes ensaiadas por José Agripino com vistas às **performances** de oratória que ajudaram a garantir a vitória contra Aluizio Alves, em 1982. E não vacilou nem mesmo em chamar Tarcísio, Lavoisier e Agripino de «mentirosos», adiantando que os três trairão o Deputado Federal João Faustino.

O segundo aviso não inclui tanta virulência, mas caracterizou-se também como demonstração de força do Senador. Ele ganhou do ex-Presidente João Figueiredo a concessão para exploração do único canal comercial de televisão do Estado, derrotando idênticas pretensões do grupo Maia. Carlos Alberto constituiu a TV Ponta Negra Ltda. e pretende instalá-la até o final do primeiro semestre de 1985. A pressa indica claramente que o Senador pretende cercar o seu projeto político de todas as formas de garantia, fazendo frente aos Maia também no que diz respeito aos Meios de Comunicação.

Caso se concretizem os tímidos acenos de conciliação com os Rosado e com Aluizio Alves — expressados em especulações de uma frequência que deve incomodar — então o Senador Carlos Alberto e seus companheiros de pacto teriam razões de sobra para alimentar-se de otimismo. Se as manobras do Senador respondem à intenção de chegar ao poder, Aluizio e os Rosado teriam na derrubada dos Maia o troco das humilhações políticas sofridas nos últimos anos e nas últimas eleições.

E GERALDO? — Para atrapalhar a composição gerada na usina de



Garibaldi: fora do páreo



Antônio Florêncio: merecimento

boatos instalada em todos os gabinetes, bares e restaurantes frequentados pelos políticos locais, há a situação interna do PMDB, que dispõe de candidato próprio ao Governo do Estado, lançado inclusive por Aluizio Alves. Se depender do perfil de político em moda no País, Geraldo José de Melo, tido como conciliador, liberal e moderado, pode considerar-se candidato irreversível. Em torno dele — e graças ao

MATAR A SEDE COM O SABOR DA TERRA TEM MAIS GOSTO.

Viver na terra do sol só pode dar muita sede; e para matar essa sede só com um refrigerante feito por quem entende das bocas sedentas do Estado onde mais faz sol. Para beber



saciar a sede sentindo o sabor das coisas feitas na terra só com refrigerantes DORE. A escolha é sua: DORE COLA, DORE GUARANA, DORE LARANJA, DORE LIMONADA e GRAPETTE.



SIDNEY DORE IND. DE REFRIGERANTES LTDA.
Rua Sílvio Pálico, 233 Tels.: 222-1994 — 222-3472
Fábricas: Natal-RN — João Pessoa-PB.



Iberê: muitas possibilidades

seu trabalho — o PMDB espalhou diretórios por todos os municípios do Rio Grande do Norte, montando uma estrutura que nem mesmo o carisma de Aluísio Alves pôde montar. Some-se a isto o trabalho de conciliação interna, que, ao menos nas aparências, removeu antigas questões que dividiam o partido oposicionista em dois grupos — o «autêntico» e o «moderado».

Diante de tantas evidências, parece difícil juntar no mesmo vagão as pretensões de Carlos Alberto e a inegável competência de Geraldo Melo, com um dos dois abrindo mão de candidaturas firmadas desde muito antes. Além do que, a dis-

puta da eleição para Prefeito da Capital deverá criar fatos novos que invalidarão a maioria das especulações formuladas presentemente, definindo enfim quais as tendências, os agrupamentos e as composições que farão o jogo político nos próximos anos.

Aliás, a nível de PMDB, essa eleição poderá ressuscitar antigas fissuras, colocando em risco a conciliação urdida por Geraldo Melo desde que assumiu a presidência do partido. Inicialmente, o ex-Deputado Estadual Roberto Furtado deflagrou sua própria campanha, valendo-se, para isto, da festa ocorrida no dia da vitória de Tancredo Neves

sobre Paulo Maluf. À primeira vista a candidatura não decolou, limitando-se ao rasgo festivo daquele dia e aos brados de um improvisado **staff**. Passada a euforia inicial, baixou o silêncio sobre o fato e o PMDB permanece sem candidato, embora o noticiário da imprensa vez por outra coloque o assunto em pauta.

Inicialmente, o nome mais cotado foi o do Deputado Estadual Garibaldi Filho, tido como objeto da preferência do eleitorado natalense e, para alguns, imbatível num pleito dessa natureza aqui na Capital. Depois, especulou-se sobre a possível candidatura do Deputado Federal Henrique Eduardo Alves, um político que muito deve ao fato de ser filho do mito Aluísio Alves. Os mais mal-dosos chegam a garantir que a cadeira de Henrique na Câmara Federal deveria estar sendo ocupada por Garibaldi.

PERSONALISMO — A indicação de Henrique, mesmo a nível especulativo, atenderia aos reclamos de vingança de Aluísio, que desejaria lavar-se dos 107 mil votos que o separaram de Agripino nas eleições de 1982. Seria uma vitória estritamente pessoal, segundo tais especulações. Mas a lista de candidatos a candidato inclui outros autopostulantes, como é o caso do ex-Deputado Pedro Lucena. Este, dizem os entendidos em coisas de oposição, é carta fora do baralho.

Seja qual for o candidato da oposição, em que pese a propalada inclinação do eleitor médio da Capital, terá que enfrentar uma máquina administrativa azeitada diariamente pelo farto material publicitário do Governo do Estado e da própria Prefeitura. Tão ineficiente que resultou em episódios como o da queimação do Prefeito Marcos Formiga. Para substituí-lo, caso se confirme a indicação para algum cargo do escalão secundário do novo Governo, há quem aposte no nome de Iberê Ferreira de Souza, ex-aliado de Carlos Alberto e hoje fervoroso seguidor da dinastia Maia. Iberê teria tempo e condições logísticas, então, para preparar o terreno que o levaria a disputar uma cadeira na Câmara Federal, um sonho perseguido de forma fracassada em 1982. E, numa equação simples, funcionaria como uma peça a mais da máquina movimentada para tentar eleger o Prefeito de Natal preferido pelos Maia. □

Cresceu e mudou, você precisa conhecer.



A Natal Service cresceu tanto que precisou mudar de endereço. Avenida Rio Branco, um dos melhores pontos de Natal. Nosso atendimento também cresceu, ficou melhor e mais rápido, e nesse ritmo em breve estaremos entre as 100 Maiores Empresas do Estado.

NATAL SERVICE: SEMPRE O MELHOR.



NATAL SERVICE LTDA

Avenida Rio Branco, 441
Fones: (084) 222-0951 — 222-8477 — Natal-RN



Dr. Barata serve "para calçadão"

PERFIL

O comércio da Ribeira na voz de um dos pioneiros

Há cerca de 61 anos estabelecido no comércio da Ribeira, fundador da César Comércio & Representações, Júlio César de Andrade, pernambucano, 79 anos de idade, é um dos mais antigos empresários de Natal. Por isso, pela sua participação como um dos pioneiros do comércio da cidade, ele acaba de ser escolhido para receber o título de «Cidadão Natalense» da Câmara Municipal. A entrega do título, aprovado por unanimidade, será feita na Câmara no dia nove de maio próximo. Em entrevista a **RN/ECONÔMICO**, ele relembra, lúcido e modesto, os tempos áureos do comércio da Ribeira, quando o bairro concentrava as poucas e principais lojas e empresas da cidade, a sua vida de empresário e as transformações porque o bairro passou desde então.

Quando este pernambucano — que há muito se considera natalense — começou a trabalhar no comércio, tinha 19 anos de idade. Foi comerciante de firmas de representações comerciais, chefe-de-escritório de outra antiga empresa (Oliveira & Cia.), até abrir um «escritório próprio» de representações, origem da

sua atual empresa. «Passei sete anos como comerciário. Em 1932, me estabeleci na rua Dr. Barata, onde até hoje está minha empresa». Em 1936, ele acrescentou um setor de vendas de máquinas para oficinas. Foi um dos pioneiros nesse ramo do comércio local. Hoje, na Ribeira, a maior parte das empresas ali localizadas trabalham na venda de máquinas para pequenas indústrias, agropecuária, escritório e comércio.

TRABALHO × CRISE — Apenas fisionomicamente parecido com o Presidente Tancredo Neves — inclusive já o convidaram para participar de uma gincana por causa disso, embora ele tenha se desencilhado do convite — Júlio César afirma ter uma excelente saúde. Talvez prova disso seja o fato de ele ainda estar à frente dos seus negócios, também comandado por seu filho, Carlos Roberto Melo de Andrade (este é vice-presidente da Associação Comercial). Empresário de estilo tradicional, que valoriza o trabalho e a poupança, César deixa claro que nunca foi seduzido pelas formas

UMA QUESTÃO DE BOM SENSO



O slogan "pensou em construir, pensou na Saci", já está tão difundido e acreditado no Rio Grande do Norte que são raras as pessoas que constroem ou reformam suas casas e não compram o material na Saci — Material de Construção Ltda., ou mesmo vão até a loja pedir informações sobre produtos e detalhes técnicos. É, primeiramente, uma questão de bom senso. A empresa já é uma tradição de mais de vinte anos, vendendo bons produtos ao norte-riograndense, comercializando as grandes marcas. Depois, são os bons preços e os convidativos planos de pagamento. Engenheiros, arquitetos, investidores do setor e até mesmo donas-de-casa "na hora de construir, pensam na Saci". E, se você vai construir, pense também na Saci.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626/ 3627/3628
Av. Frio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

contemporâneas de capitalismo, que às vezes chega a valorizar aventuras tipo especulação no mercado financeiro.

De qualquer modo, a empresa tem sobrevivido, e bem, às intempéris da crise e recessão econômica dos últimos anos. Também tem procurado investir, dentro dos seus modelos tradicionais de economia. O exemplo é ter aberto uma filial na área de maior desenvolvimento comercial da cidade, a Avenida Prudente de Moraes, que corta os bairros da zona sul. "Muitas empresas da Ribeira estão abrindo filiais na Prudente de Moraes, é uma coqueluche" consente ele. Mas não acredita que essa abertura de filiais possa prejudicar o comércio na Ribeira.

Chamado a comentar sobre sua atuação como empresário, a modéstia o deixa inicialmente pouco à vontade, mas depois retoma o ritmo do diálogo e confessa com simplicidade: "Estou muito satisfeito com minha ação no comércio: pelo que dei ao comércio, como pelo que o comércio me deu". Acrescenta: "Nunca encontrei dificuldades para desempenhar minha função como comerciante. Pelo contrário, cheguei por exemplo a ocupar os cargos de deputado, presidente e vice da Junta Comercial, por mais de uma vez".

A RIBEIRA ESQUECIDA — Nas duas primeiras décadas deste século, o bairro viu surgir o primeiro centro comercial da cidade, ao mesmo tempo em que acomodava as residências das famílias de classe média e rica, das quais muitas até hoje desfrutam do privilégio de serem consideradas tradicionais. Como quase tudo em Natal, o bairro sofreu grandes transformações sócio-econômico e culturais na década de 40. Durante a II Grande Guerra Mundial, a Ribeira foi um dos pontos centrais de aglomeração de americanos que passavam por Natal em direção à África. Era a época não apenas do chamado «Trampolim da Vitória» dos aliados, mas também do trampolim das principais mudanças por que o local passaria no decorrer das décadas seguintes.

Com a presença dos americanos, que para ali se dirigiam em busca do prazer, o comércio — lojas de estivas, tecidos, ferragens, mercearias, padarias, farmácias — se viu acrescentado de bares, restauran-



Júlio César, cidadão natalense

tes, cassinos e bordéis. Com o fim da Guerra, ficaram as marcas da presença americana aqui; mas a realidade seria outra, de vacas magras, o começo do fim. A decadência batia na porta. Enquanto isso, a cidade crescera e os primeiros comerciantes antes ali instalados começaram a se transferir para a Cidade Alta. Uma das primeiras grandes lojas a se transferir foi a «4.400», que funcionou onde hoje está instalada a Lobrás, na Avenida Rio Branco.

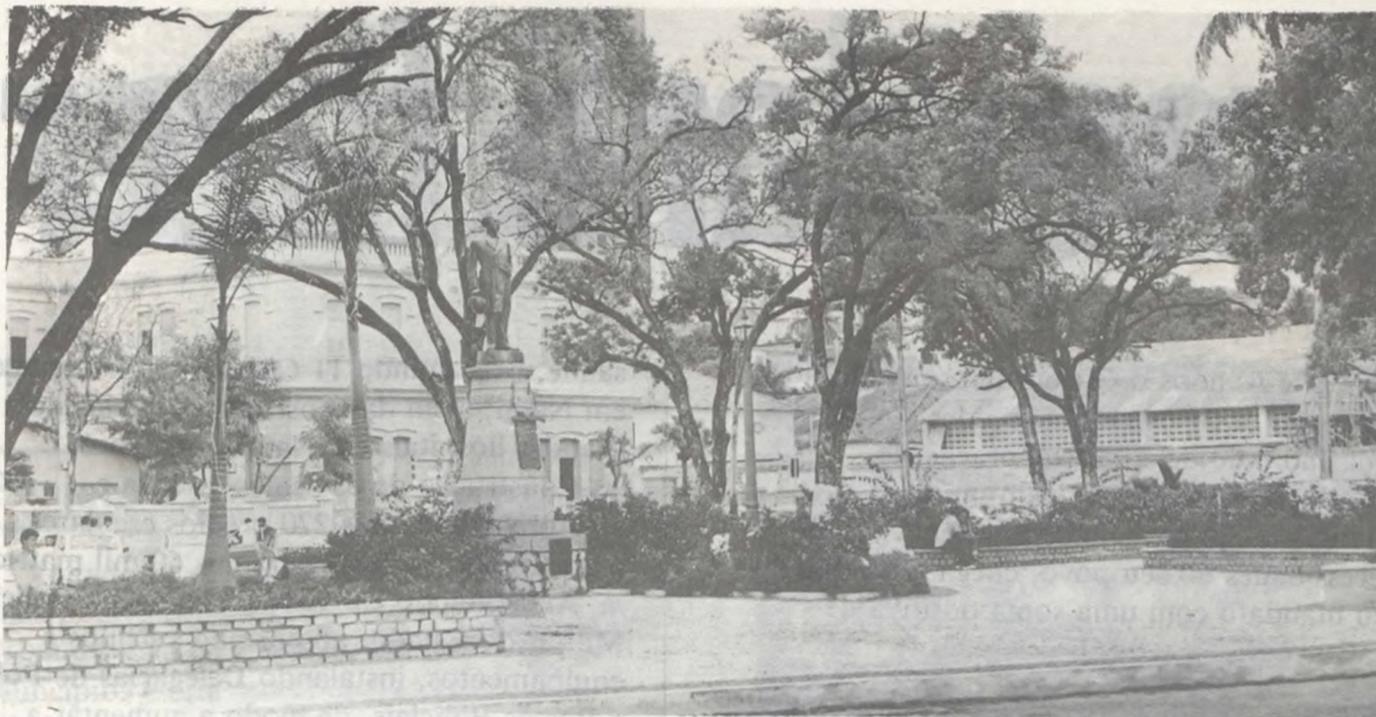
Relembrando a época de ouro do comércio daquele bairro, Júlio César de Andrade compara a antiga efervescência de consumidores da rua Dr. Barata com a rua do Ouvidor, e o que esta historicamente representa para o Rio de Janeiro. Depois da «4.400», outras lojas do comércio varejista foram se transferindo também para a Cidade Alta. Na mesma ocasião, inauguravam-se

César, uma das pioneiras

novos bares. A boemia tomava conta da noite da Ribeira, enquanto as empresas do comércio de atacado fechavam as portas. As famílias que ali moravam — especialmente da área residencial de então, a rua Câmara Cascudo — começaram a sentir as inconveniências da vida noturna e, por conseguinte, a se retirar para outras plagas. A última família a se retirar do local foi a do Dr. Odilon Garcia Filho. A residência ficava próximo ao Teatro Alberto Maranhão, na Duque de Caxias, e há cerca de dois anos foi desocupada pela viúva, Leticia Garcia, para que o imóvel cedesse lugar a um dos departamentos da Cohab, cujo escritório central está instalado nas proximidades da velha Estação Rodoviária, no mesmo bairro.

A RIBEIRA VIÁVEL — Além do «comércio de atacado», outras empresas ali instaladas são as de prestação de serviços, de pesca, bancos e órgãos públicos. Apesar do abandono a que o bairro foi relegado pelo Governo Municipal, durante muitos anos, a Ribeira tem tudo para revitalizar o seu antigo vigor e trazer o povo para fazer compras ali. Essa é a opinião otimista de César de Andrade, o que coincide com uma — hoje ainda esquecida — aspiração dos comerciantes ali instalados.

"Não me conformo nunca com essa história de que a Ribeira esteja morrendo. Pelo contrário; ela dá sinais de revitalização. A Caixa Econômica, por exemplo, está cons-



Na Praça Augusto Severo, a revitalização

truindo um grande prédio para instalar sua sede aqui no bairro”, explica César. “Temos, ainda, outros órgãos públicos como o Banco do Brasil, a Delegacia da Receita Federal, a sede do Banco do Rio Grande do Norte, Junta Comercial, Associação Comercial”. E apesar desses dados, Júlio César não acredita num grande centro administrativo.

Para ele, um dos principais fatores que permite a permanência do atual comércio é o Porto de Natal. “Toda mercadoria que vem através de navio para a cidade passa pela Ribeira”, lembra ele. “Tudo isso representa movimentação de dinheiro e mercadoria”. Coloca que os melhoramentos que as duas últimas administrações municipais têm feito — drenagem, asfaltamento, reforma da Praça Augusto Severo — podem ajudar na almejada revitalização do bairro, que há até pouco parecia condenado à decadência irreversível. Mas lamenta que a Prefeitura ainda não tenha consertado os buracos deixados nas calçadas da Tavares de Lira e adjacências após as obras de drenagem realizadas ali há mais de dois anos. Reclama também dos buracos no calçamento entre a Dr. Barata e a mesma Tavares de Lira, tormento dos motoristas que trafegam por ali.

Lembrando que a Prefeitura está dando andamento às obras do Calçadão na rua João Pessoa, no Centro da Cidade, e questionado sobre a viabilidade de um Calçadão na Ri-

beira, ele responde com uma pergunta: “E onde estacionar os automóveis que ficam aqui nas imediações?” Explica que talvez um Calçadão não seja viável já que a maior parte das ruas do bairro são muito estreitas e que as avenidas mais largas — trecho da Rio Branco, Duque de Caxias e a Cordeiro de Farias — não comportam mais fluxo de automóveis, já que atualmente estão congestionadas.

“Seria bom se tirassem o tráfego

de automóveis da Dr. Barata, possível alternativa para um Calçadão”, acaba concordando. Porque a rua transversal seguinte, a Avenida Chile, onde antes se localizava o maior centro comercial da Ribeira, hoje em dia está ocupada por empresas de pesca e oficinas, o que não justifica o Calçadão. Como a Dr. Barata fica entre a Chile e a Câmara Cascudo — e esta é ocupada por oficinas e bares — a opção é mesmo a primeira. □

As melhores marcas em material de expediente e escritório.



**WALTER PEREIRA
PAPELARIA E
LIVRARIA LTDA.**

LIVRARIAS:

- ISMAEL PEREIRA (RIBEIRA)
- UNIVERSITÁRIA (CID. ALTA)
- WALDUPE (CID. ALTA)
- MODERNA (ALECRIM)

"Governar é fazer a

Em dois anos o Governo José Agripino procurou ouvir o povo, aprender com ele e atuar ao lado dele, na elaboração de programas que caracterizam uma administração participativa. Atendendo as necessidades do seu povo, chega à metade do seu mandato com uma soma positiva de realizações:



- ★ Contratação de 789 Km de estradas (de uma meta de 1.238 Km). Estradas para facilitar o escoamento da produção.
- ★ Distribuição de 1.356 títulos de propriedade, em 16 mil hectares adquiridos, assegurando a terra a quem está habituado a nela produzir.
- ★ Eletrificação de 2.635 propriedades rurais.
- ★ Construção e ampliação de 36 barragens, perfuração de 615 poços e 500 pequenos açudes em colaboração com particulares.
- ★ Instituição do programa Médico da Família, levando a ação de saúde pública a cada lar, hierarquizando a atuação estadual no campo da

saúde, construindo 11 Centros de Saúde apenas em Natal, além da construção de mais dois grandes hospitais em Natal e Mossoró.

- ★ Construção de 834 salas de aula e restauração de mais 270 prédios escolares, aumentando a oferta em mais 60 mil matrículas
- ★ Aumentando em 50% o efetivo da Polícia Militar do Estado, adquirindo veículos e equipamentos, instalando Delegacias de Polícia e Postos Policiais, de modo a aumentar a segurança da população.
- ★ Construção de 218 Km de novas redes de abastecimento d'água em 59 municípios.
- ★ Atendimento a 68 mil crianças em novas creches instaladas e mantidas pelo Estado.



Realizações como estas atestam a eficiência nos métodos tradicionais de administrar do Governo José Agripino, que inovou na implantação de quatro projetos onde estão sintetizadas a sua filosofia de pensamento e trabalho, Projetos voltados para o Cidadão:

Projeto Terra Verde:

Objetivando diminuir o risco na atividade agrícola do semi-árido, o Projeto Terra Verde visa permitir o acesso à terra, a geração



A vontade do povo."

(José Agripino)

de água e a concessão de crédito, possibilitando a irrigação privada ao pequeno produtor rural.

Projeto Crescer:

Voltado para as populações mais pobres dos Centros Urbanos, está consolidado em 34 municípios e está sendo iniciado em outras 38 cidades. Através do Projeto Crescer, Povo e Governo juntos estão recuperando moradias, escolas e postos de saúde. Cada um com o capital que dispõe. O povo com trabalho e o Governo com técnicos e material de construção. Sem a cobrança de prestação. Além disso, ouvido pelo Governo, o povo vem tendo as suas vocações e potencialidades identificadas, apoiadas e estimuladas. Uma forma nova de gerar ocupação e renda para quem antes era desempregado.



Projeto Vilarejo:

Com o intuito de conter o fluxo migratório, o Projeto Vilarejo está levando para Distritos, Vilas e Povoados a infra-estrutura – água, energia, escola e posto de saúde – que tantas vezes levaram o homem do campo a migrar buscando os benefícios da cidade.

Projeto Capital:

É a ação coordenada de Governo e Prefeitura na Cidade do Natal, nos setores da educação, saúde, transportes, trabalho, segurança e bem-estar social, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente dos que vivem nas áreas periféricas.



Governar, procurando fazer a vontade do povo, além de alcançar uma ação administrativa eficaz, é também uma postura política coerente com os anseios populares que buscam mudanças.

Governar é fazer a vontade do povo.

Governo José Agripino
pela vontade do povo.

Mutuários do BNH ganham a causa, mas não a solução

Cerca de 500 mutuários do Banco Nacional de Habitação no Estado ganharam a causa que impetraram, junto ao Tribunal Federal de Recursos (TFR), contra os abusivos aumentos da prestação da casa própria. O mandado de segurança foi impetrado através da Comissão de Defesa dos Mutuários e beneficia apenas aos que estão engajados no movimento coordenado pela Comissão.

A Quinta Turma de magistrados do TFR reconheceu o direito destes mutuários de reclamarem na Justiça contra os aumentos de 1983 (130,42 por cento) e 1984 (191,05 por cento), e decidiu que os agentes financeiros serão obrigados a devolver todo o percentual de aumento que não estiver de acordo com os reajustes salariais desses últimos dois anos. O trâmite para a concessão dos aumentos iguais ao reajuste salarial de cada mutuário aconteceu através do Rio de Janeiro, onde a Comissão de Defesa trabalha com quatro advogados contratados especialmente para cuidar dos interesses dos mutuários do País.

LOCAL — Paralelo ao mandado de segurança, outros mutuários do BNH em Natal, incluindo o advogado Jales Costa, também tramitaram processos pela Justiça Federal do Estado, sendo que o juiz José Augusto Delgado deferiu a ação ordinária julgando diferentemente de seus colegas de Brasília e mandando que os reajustes da casa própria fossem feitos de acordo com os reajustes do salário-mínimo e não com o reajuste salarial do mutuário, que nem sempre é regido a CLT.

Segundo o presidente da Comissão de Defesa dos Mutuários, sociólogo Manuel Duarte, todos aqueles que não acompanharam o movimento e que não se somaram aos 500 mutuários que ingressaram na Justiça no Tribunal Federal de Recursos, devem agora esperar por uma decisão administrativa do novo Governo, tendo em vista que o Presidente Tancredo Neves já se pronun-

ciou favorável a um entendimento com a Comissão Nacional.

Enquanto isso, os mutuários agraciados com a decisão do TFR comemoram suas conquistas e, neste 13 de abril, uma festa de grandes proporções aconteceu, contando inclusive com a presença dos membros do comando nacional, onde outras reivindicações foram alinhavadas. A Comissão quer negociar com a Nova República uma proposta de aumento nos reajustes da casa própria de até 10 por cento para os que recebem menos de três salários-mínimos. Os outros percentuais não devem superar os 25 por cento de aumento para os mutuários com faixas mais elevadas de salários.

BNH — Apesar da vitória dos mutuários, nada de oficial foi declarado pela agência local do BNH, que, segundo o gerente Walter Gomes, prefere esperar uma comunicação do Rio de Janeiro, atrasada devido às mudanças que o Banco deve sofrer no novo Governo.

Ganhando o status de Ministério da Habitação, o BNH certamente modificará toda a sua política habitacional, tentando acertar, com os mutuários prejudicados por sucessivos aumentos da prestação da casa própria superiores aos reajustes salariais, um acordo que beneficie e satisfaça ambas as partes. □



Walter Gomes: espera

UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA



Usar laje, seja de piso ou forro, hoje, é quase uma obrigação de quem constrói. A laje é uma questão de segurança, estética e beleza. E, se utilizadas nervuras e blocos, formando a conhecida Laje Volterrana, aí, o construtor terá mais economia de tempo e dinheiro, mais simplicidade na instalação, menos peso e uma qualidade sem igual. A Laje Volterrana, pela sua praticidade, tornou-se um produto nacionalmente conhecido. No Rio Grande do Norte é fabricada pela Saci-Material de Construção Ltda. Todo calculista criterioso determina Laje Volterrana para sua obra. Os investidores da construção civil também fazem isto. A Saci, detendo exclusividade no fabrico e comercialização do produto, ensina tudo sobre Lajes Volterrana. E ainda vende pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

12 de Maio

Vamos renascer o amor
repartido por igual.

A ternura que não se esgota e
se renova ao longo de cada
existência.

A meiguice atuante, o núcleo
da força serena e tranquila
na unidade familiar. A mãe-filha,
a mãe-mulher, a mãe eterna
na capacidade de amor.



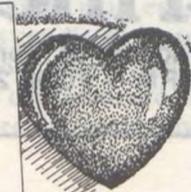
DIA DAS MÃES.

Um Amor
de
Presente

É o dia de quem sempre lhe deu carinho
e amor. Para ela — Um Amor de Presente
— que só o Nordeste tem.



Em Maio,
homenagem a
Mãe Natalense



supermercado
Nordestão
sua preferência, nossa dedicação

A mudança dos hábitos na Semana Santa do natalense

“A vivência religiosa foi modificada, tenho a impressão que, a partir da massificação dos meios de comunicação social, das migrações, da evolução dos tempos e até da imagem da Igreja junto a si mesma e junto ao povo”. A interpretação é do Coordenador da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Natal, Padre Sabino Gentile, a propósito das transformações sofridas pela cultura religiosa nos últimos tempos, numa região onde as capitais atingiram um razoável crescimento sócio-econômico em contraste com um interior oligárquico e atrasado.

Embora, no interior do Estado, as tradições se mantenham em grande parte intocadas, as transformações nos hábitos religiosos são significativas, e hoje quase ninguém comemora a Semana Santa como antigamente em capitais como Natal. Mesmo que a tendência seja seguir os padrões estabelecidos, o que vale também para a Igreja Católica. Segundo o Pe. Sabino, no passado isso ocorria com mais frequência, “até porque havia uma certa censura da comunidade sobre o indivíduo. No lugar onde, na Sexta-Feira da Paixão, fosse culturalmente proibido escutar música ou dançar, o indivíduo concordava para não ser marginalizado”. Hoje, diante das rápidas transformações sociais, “a orientação da Igreja é que cada um tente viver sua fé num mundo que muda”.

SEMANA SANTA, OU MUDANÇAS — Mais preocupados em saber qual o novo jeans, o novo corte de cabelo que o ator ou atriz tal está usando na novela das oito, também os jovens natalenses sofreram as conseqüências das transforma-

ções culturais, em detrimento daquelas tradições religiosas populares hoje pouco cultuadas durante a Semana Santa. Padre Sabino garante, todavia, que existem “muitos jovens que têm uma vivência, embora à sua maneira, da realidade da Semana Santa, que é a comemoração da Paixão e Ressurreição de Je-



Os hábitos mudaram

sus”. O Padre acha, também, que “o jovem que não é ligado, ou segue o comportamento da maioria, ou simplesmente não a celebra”.

Padre Sabino acredita que o problema não se coloca apenas para os jovens, mas também para os adultos. Para ele, os adultos que tiveram uma formação religiosa mais aprofundada na infância, participam mais. Ainda analisando as rápidas mudanças de costumes, o Padre coloca que estas “podem exigir da Igreja uma mudança de linguagem”. Exemplifica: “Se antes se

fazia a Procissão do Senhor Morto, hoje se faz uma marcha, uma grande concentração. Ou seja, o conteúdo é o mesmo, mas a linguagem é diferente”.

Após a Quaresma, que começa na Quarta-Feira de Cinzas, ou seja, quarenta dias depois, tem início a Semana Santa. Esta vai do Domingo de Ramos até o Sábado de Aleluia, como é mais conhecido, mas também chamado de Sábado Santo ou Vigília da Ressurreição. Nesse dia, ainda se conserva a mais popular tradição folclórico-religiosa: «malhar o Judas». Antes, no decorrer da Semana, os cristãos refletem de maneira extraordinária e litúrgica a Paixão, Morte e Ressurreição de

Cristo. A liturgia, este ano, se dá na primeira semana de abril.

FOLCLORE E RELIGIÃO — Católica, irmã do ex-Padre José Luís, Helena Germano guarda, emocionada até hoje, as lembranças religiosas da sua infância e juventude em São José de Campestre. Lembra-se das muitas proibições que lhe eram impingidas pela mãe, Maria da Conceição, hoje aos 99 anos e ainda bastante católica. Uma dessas proibições era a de não pentear os cabelos na Sexta-Feira da Paixão. Pen-

Intermédica

Av. Prudente de Moraes, 1495
Natal-RN — Fone: 223-3663



Assistência Médica Global à indústria,
comércio e bancos através de convênios.
Plano de Saúde Familiar/Individual.

* Consultas * Pronto Socorro *
* Laboratório * Ambulância * Dentistas

tear cabelos significa vaidade num momento muito sublime; por isso, a proibição. "A Igreja não acompanhava isso. Era coisa do pessoal antigo", afirma Helena Germano.

Outra restrição era a de que não se podia varrer as casas. "Minha mãe dizia que, no dia em que alguém querido morre, não se varre casa. Muito menos no dia da morte de Jesus", lembra ela. A preocupação era se despojar das vaidades pessoais, o que parece impraticável hoje em dia. Das tradições essencialmente místico-religiosas, ela conserva a de jejuar na Sexta-Feira Santa. Entretanto, confessa: "Sinto-me melhor sem ter que obedecer a tantas proibições religiosas. É melhor ser religiosa espontaneamente do que por obrigação", conclui. E sorri, com veneração, para as muitas imagens de santos que povoam sua residência.

Aos 63 anos de idade, Helena ainda encontra tempo para escrever sobre suas lembranças de vida católica. "Vitórias da Vontade", livro de sua autoria, e recentemente lançado, é composto de poemas e reflexões sobre fatos históricos e biográficos do Catolicismo e de católicos. Por isso, ela agradece o princípio religioso dado pela sua mãe, que lhe tem sido muito útil.

QUESTÕES ATUAIS — Filho de uma família igualmente muito católica, o estudante de Arquitetura da UFRN, Afonso Dantas Martins, 19 anos, morador da Cidade Alta, conta que deixou de frequentar a Igreja Católica há cerca de três anos. Reconhece que teve uma formação religiosa exemplar, é cristão, mas não se considera "mais membro da Igreja Católica Apostólica Romana", como faz questão de frisar. "Muitos jovens", acha ele, "cumprem suas funções religiosas talvez só para dar uma satisfação a seus pais, à sociedade". O que, no seu entender, é hipocrisia. Por isso, ele resiste ao assédio de sua família, que ainda cobra "a minha participação nas suas atividades religiosas".

Apesar de compreender a liturgia da Semana Santa, e de até conhecer também as tradições folclórico-religiosas ainda cultuadas por grande parte dos católicos adultos, Afonso concorda que o jovem, especialmente aqueles na faixa da adolescência, não conhece a fundo o porquê dessas antigas tradições religiosas. A culpa está na própria



Pe. Sabino: o mesmo conteúdo

perpetuação dessas velhas tradições inventadas pelo povo, onde segundo ele, a juventude não vê nada de novo. Ele também não. Por isso, conclui bem humorado, "só quero sa-



Helena Germano: jejum

ber do Evangelho Segundo São Mateus se for o de Pasolini", numa referência ao filme de arte deste cineasta. □

IMPrensa

ANI reúne empregadores e empregados numa sede só

Com quase 46 anos de idade, a Associação Norte-Riograndense de Imprensa — ANI — tem uma longa tradição de atuação política em defesa dos interesses dos profissionais de imprensa, empregados e patrões. Caracterizada como um poder conciliador entre as duas categorias, a entidade teve seu período áureo exatamente quando os sindicatos de classe estavam impedidos de atuarem, embora tivesse havido "uma efervescência de movimentação e participação com as disputadíssimas eleições de 1939 a 63", afirma o presidente recém-eleito para a ANI, jornalista Osair Vasconcelos. Juntamente com sua diretoria, ele continua um período de abertura timidamente iniciado em 1975.

Formada por jornalistas jovens, a atual diretoria exatamente por isso e pelo clima de mudanças políticas porque passa o Brasil atual, "também está cheia de vontade de criar, fazer coisa nova". Embora a afirmação tenha o sabor dos **slogans** de campanhas eleitorais, Osair Vasconcelos completa o raciocínio de

modo imparcial, e bem à moda do novo Governo, juntando jovens e velhos: "Se a diretoria executiva é predominantemente jovem, a associação como um todo tem em seus quadros — Conselho Deliberativo e Comissão de Sindicância — elementos maduros e experimentados que certamente vão contribuir com sua experiência".

IMPrensa E LIBERDADE

Entre os objetivos da entidade, segundo Osair, os principais são fomentar a convivência entre os jornalistas, estimular o crescimento intelectual da categoria, e preocupar-se com as questões que envolvam a Imprensa e seus profissionais. Questões essas tais como Liberdade de Imprensa, condições de trabalho, participação política, entre outras. Essas linhas de ações não colidem com o trabalho do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, que tem uma atuação mais específica de fiscalizar as condições de trabalho dos profissionais de Imprensa, batalhando pelo cumprimento das leis trabalhistas e realização de acordos salariais.

A primeira entidade que reuniu os jornalistas natalenses na defesa dos seus interesses foi o Centro de Imprensa Católica, fundado em 1924. Com o surgimento da ANI, nomes como Djalma Maranhão, Ulisses de Góis, Américo de Oliveira Costa, Eider Furtado e Agnelo Alves se alternaram na presidência da entidade. Os seus dois últimos presidentes foram Luiz Maria Alves e João Ururahy.

Mesmo naquela época, em que a entidade esteve num estado de «hibernação», no dizer de Osair, as diretorias cuidaram de criar um patrimônio físico e material para o órgão classista, cujos exemplos são a construção do prédio da sede atual, na rua Juvino Barreto, Cidade Alta, além da aquisição de móveis e equipamentos. O patrimônio é constituído, ainda, de dois terrenos em Parnamirim e Pirangi. Neste último, a atual diretoria pretende construir, ainda este ano, sua sede campestre.

Mas a primeira providência da nova diretoria foi mais modesta: editar um jornal trimestral, lançado em março. É plano, também, fazer a atualização do Estatuto, re-



João Ururahy: patrões e empregados

forma do quadro social com abertura para novos sócios, promover cursos e seminários para aprimoramento intelectual dos associados e reciclagem profissional. Para isso, trabalhará junto com o Sindicato e Cooperativa dos Jornalistas. Atualmente, a ANI conta com 140 sócios. O Sindicato, com cerca de 200.

PODER MODERADOR — Para o

jornalista e publicitário João Ururahy, ex-presidente da Associação, esta é antes de mais nada uma entidade que congrega patrões e assalariados. Analisando gestões anteriores, Ururahy vê a ANI como um poder tradicionalmente moderador que apaziguava os litígios "que porventura aparecessem, na base da negociação, do diálogo". E de forma institucional, completa ele, na medida em que os interesses profissionais e de imprensa exigissem uma determinada posição da classe". Observa, também, que isso era feito sem "nenhuma missão reivindicante". Menos ambíguo, Ururahy lembra ainda que a ANI teve uma ação subsidiária de apoio e prestígio a todos os movimentos patrocinados ou que tivessem a participação da ABI — Associação Brasileira de Imprensa.

E, além do apoio à ABI, juntamente com a OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, "teve posições de vanguarda", conta, "em todo período de obscurantismo no Brasil, nas duas últimas décadas e, em particular, de maneira bastante ativa, na fase predominante do processo de abertura democrática".

MUDA CAPEMI EM RITMO DE BRASIL NOVO.

Acompanhando a mudança do País com a chegada da Nova República, a Capemi renovou toda a sua estrutura no Rio Grande do Norte, e passou a atender desde o dia 25 de março na Av. Deodoro, 459.

Mas a mudança não pára por aí.

O crescimento da Capemi vai gerar novos empregos e, conseqüentemente, aperfeiçoar o atendimento aos seus clientes, agora em novas e amplas instalações.

Fique por dentro. Informe-se e desfrute desta mudança.



Para não deixar dúvidas quanto à gestão de qualquer presidente que a entidade já teve, João Ururahy afirma que "independente da posição do presidente, seja ele quem fosse, a entidade sempre se caracterizou por posições de vanguarda. Porque suas diretorias, sempre foram ecléticas — eclética no bom sentido", frisa ele.

O que coincide com as declarações do atual presidente, Osair Vasconcelos. Ele lembra que a ANI, em 1977, então sob a presidência do jornalista Luiz Maria Alves (de posições conservadoras), abriu suas portas para que jornalistas ali "se reencontrassem na tentativa de reativar a Associação dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Norte". Esta outra Associação, três anos depois, se transformaria em Sindicato, que por sua vez continua instalado dentro da sede da ANI. Ainda em 1977, foi fundada ali a Cooperativa dos Jornalistas, instalada atualmente em prédio próximo à Praça André de Albuquerque, Cidade Alta.

LUTA DOS JORNALISTAS — Após a criação do Sindicato, João acha que a ANI perdeu muito do seu poder de atuação. Entretanto, e considerando que pode parecer haver paralelismo de ações, Ururahy analisa que não há nenhum comprometimento entre as duas entidades, a não ser de apoio e solidariedade em movimentos de defesa dos interesses dos profissionais e da classe, ou quando as diretorias se entendem ou comungam as mesmas posturas. "Não são obrigadas a correrem atreladas, a não ser por identidade de pontos de vistas".

A atual diretoria da entidade, composta por Luciano Herbert, vice-presidente; primeiro e segundo secretários, respectivamente Aluísio Lacerda e Leônia Régia; tesoureiros, Graça Lima e Thelma Rabelo; bibliotecário, Amâncio Honorato; e procurador, Deputado Garibaldi Filho, é vista, segundo o ex-presidente da entidade, "com toda simpatia. Chapa única que contou com apreço e estima da quase totalidade dos integrantes da ANI". □

dos pela Globo, sem direito a reclamar. E a escolha do canal de televisão — nessas alturas já definido — deveu-se em parte ao questionamento feito à população, através de uma pesquisa encomendada pelo Senador Carlos Alberto, que propunha um outro canal de televisão que não fosse a Globo. O resultado da pesquisa foi previsível.

Embora ainda haja uma expectativa em relação a entrada de mais outro canal no Rio Grande do Norte, houve um certo descontentamento em fins de fevereiro para início de março, quando comentou-se a possibilidade da TV Globo sair do ar, gerando inclusive alguns mal entendidos. Alguns chegaram a acreditar que, na fase de implantação do novo canal 13, a população ficaria sem ver televisão. O fato é que, de acordo com o Código Nacional de Telecomunicação, onde há uma estação geradora, não pode haver uma repetidora, e no caso do grupo da Ponta Negra fechar com outra emissora, fatalmente a Globo sairá do ar, embora esse não seja interesse do Senador Carlos Alberto, frisou o seu Assessor, Eri Varela, acrescentando que a pretensão é proporcionar mais uma opção, "e não tirar uma opção".

Ainda de acordo com informações de Eri Varela, a TV Ponta Negra entra no ar em caráter experimental durante 60 dias, e em seguida será vista a programação, que até o momento não foi definida. Mas Eri explica que a proposta é fazer uma televisão local, com interesses voltados para o Rio Grande do Norte,

TELEVISÃO

TV Ponta Negra: em breve no ar, mas ainda sem rede

Depois de longas discussões conjuntas sobre quem ganharia a concessão de um canal de TV em Natal, disputas entre o grupo Maia (e quase certeza de sua vitória com a TV Pirangi), Luiz Maria Alves e Carlos Alberto, a capital potiguar hoje espera a instalação uma geradora de televisão — o canal 13, ou TV Ponta Negra — cujos principais acionistas são o Senador Carlos Alberto e o jornalista Luiz Maria Alves, diretor-superintendente dos Diários Associados no Rio Grande do Norte. Surpreendendo alguns que achavam que o Senador não conseguiria recursos suficientes para montar, em tempo hábil, o seu canal de televisão, "a TV de Carlos Alberto", como está ficando conhecida; está entrando no ar nesses dias, depois que ficar definida a qual das quatro redes de televisão do País — Globo, Bandeirantes, Manchete e TVS (ou SBT) — o canal pertencerá.

Na verdade, esse canal de televisão comercial está sendo esperado e

ansiado há muito tempo pelo natalense, que não tem opções e se vê obrigado a assistir, diariamente, aos programas produzidos e emiti-



Futura sede da Ponta Negra

com jornais, programas sobre cultura popular, valorização do artista da terra e debates onde os problemas da Cidade ou do Estado serão discutidos na televisão.

NOVELA — A concessão da TV Ponta Negra foi uma «novela», cujo protagonista principal foi o jogo do poder, as gestões junto ao Governo, as intervenções e a união de grupos para impedir a concessão a outros grupos. No entanto, antes de sair do Governo, o Presidente Figueiredo concedeu o canal ao grupo do Senador Carlos Alberto e, de acordo com a publicação do Decreto, deu um prazo de 180 dias para apresentação do Projeto ao Dentel. O Projeto Técnico foi apresentado ao Dentel e aprovado, desta feita com um prazo de dois anos para ir ao ar. Tudo, diz Eri Varela, foi feito em tempo record.

Eri informa ainda que o Canal 13 foi colocado pelo Dentel na classe Especial, que significa a mais potente, podendo operar até com 100 kilowatts, «a mais potente do Nordeste», frisa. Levando em consideração o equipamento e a sua potência, a Ponta Negra cobrirá os 150 municípios do Estado. Até meados de março, o Canal 13 já estava com as duas torres (uma ficará no Alto da Candelária e outra, na Serra do Cabugi) e todo equipamento adquirido, exceção feita ao equipamento de estúdio e câmeras externas, que estava sendo adquirido nos Estados Unidos.

Além da «novela» da concessão, uma outra despertou a atenção porque mexia com os interesses e hábitos da população. Com qual emissora de televisão a TV Ponta Negra fecharia negócio? Um dos comentários é de que Carlos Alberto fecharia com a TV do grupo Sílvio Santos, atendendo recomendação do ex-Presidente Figueiredo, que estava insatisfeito com o tratamento dado ao final de seu Governo pela TV Globo. Eri Varela desmente esse comentário, e afirma que na verdade estão as quatro estações brasileiras interessadas e, se a TVS ganhar, é

porque atende mais de perto aos interesses do grupo local.

De fato, diz ele, existe uma pressão da Globo em negociar o Canal 13, mas exigindo 51% das ações, «o que significa passar o controle acionário do grupo da Ponta Negra para a Globo, o que não é interessante para ninguém». Além desse controle acionário, a Globo também impõe praticamente a programação, deixando pouco espaço

para programas locais, contrariando o interesse político do Senador.

Entre «nenhum morto e nenhum ferido», a TV Ponta Negra está aí e é uma realidade, abrindo mercado de trabalho não só para os jornalistas, como para a população de uma maneira geral. O investimento, só para montagem e colocação do canal no ar, foi de Cr\$ 4 bilhões, «um investimento altíssimo», finaliza Eri Varela. □



Hortas domésticas abandonadas

AGROPECUÁRIA

Pró-Horta e Hortigranjeira, os programas do abandono

Suprir os mercados e as famílias da cidade com produtos hortigranjeiros: essa é a função de alguns programas de Governo que foram implantados em 1980, em Natal. Passados os primeiros quatro anos de atividades, é tempo de saber como estão esses programas. A Cidade Hortigranjeira vai bem, obrigado, mesmo que trabalhando com menos da metade dos hectares irrigados que estavam previstos no Projeto inicial. O Pró-Horta se arrasta — basta ver que nenhuma ên-

fase é dada ao Programa, desde que seu autor, ex-Prefeito José Agripino, largou o Município para assumir o Governo Estadual.

Não é meta do Governo dar prosseguimento aos programas de incentivo à produção hortigranjeira nesta gestão, apesar do Programa Terra Verde — gerenciado pela Secretaria de Agricultura e responsável por todas as ações na zona rural, do Governo José Agripino — começar a ser implantado em algumas regiões. É o Terra Verde que, através

Lua-de-mel no Tahiti.



Vale a pena passar uma rápida e deliciosa lua-de-mel no Tahiti. Se você ainda não passou, não sabe o que está perdendo.

Vamos, experimentalmente. Mesmo que você esteja perto de comemorar as bodas de prata.

MOTEL TAHITI®
O paraíso é aqui.

da Emater, orienta os pequenos proprietários do Vale do Pium no plantio de hortaliças e frutas da estação.

FILOSOFIA — Na realidade, a atuação do Governo do Estado e Prefeitura, quando do início da implantação do Pró-Horta e Cidade Hortigranjeira, era otimista e previa a auto-suficiência da Grande Natal em hortaliças e produtos granjeiros num período curto de, no máximo, cinco anos.

A Cidade Hortigranjeira, uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Agricultura, administra 65 hectares de terras irrigadas na Lagoa de Alcançuz, Município de Nízia Floresta, mas não consegue se auto-financiar. E o Governo do Estado ainda investe e subsidia grande parte da produção. Tomate, jerimum, alface, pimentão, quiabo, melancia e repolho são alguns dos produtos plantados ali, mas somente atendem a cerca de 10 por cento dos consumidores de Natal. O que permite a afirmação de que quase 90 por cento das hortaliças vendidas no Estado ainda chegam através de outras fronteiras, tendo em vista que não existe qualquer outra grande plantação, em grande escala, desses produtos aqui no Rio Grande do Norte.

PRÓ-HORTA — O Pró-Horta foi criado para sensibilizar as famílias de baixo poder aquisitivo no sentido de plantarem hortaliças para consumo doméstico em fundos de quintal. A Prefeitura, através da Secretaria de Serviços Urbanos, é quem gerencia este Programa, mas apesar dos 20 funcionários que ele emprega diretamente, nenhum fruto, ou melhor, verdura, tem sido colhido nos últimos três anos.

Não se tem notícias, nem a SEMSUR apresenta estatísticas, do número de famílias que estão colhendo as leguminosas para o consumo doméstico. Os conjuntos habitacionais localizados na margem esquerda do Rio Potengi, são os que mais se beneficiaram com este Programa. À época da campanha do Governador José Agripino para o Palácio Potengi, muitas eram as fotos em que ele aparecia doando sementes e fiscalizando os canteiros das hortas que estavam sendo construídas nos conjuntos Panatís, Soledade I e Santa Catarina. Porém, na atual gestão não existe nenhuma previsão de gastos para o setor. □



Euclides Melo: única no NE

INDÚSTRIA

Primeira metalúrgica do Estado funciona em maio

Até maio próximo estará funcionando, aqui em Natal, a Prometal — Produtora de Metais — a primeira metalúrgica do Estado, cuja previsão é fundir, no mínimo, de 15 a 20 toneladas de latão por mês, visando abastecer toda região nordestina e o comércio de vidro temperado, especificamente. A Produtora de Metais está com sua montagem sendo concluída, podendo funcionar ainda em abril, e mais tardar em maio, mas adiantou o seu diretor-presidente, José Euclides de Melo, que a obra física está concluída e estão sendo importadas as máquinas. Ele não quis adiantar os custos para montagem dessa metalúrgica, até porque "a gente tem que saber qual a política de importação de Tancredo, para saber em quanto vai ficar em termos de dinheiro".

MATÉRIA-PRIMA — De propriedade do grupo M. D. Melo (mesmo dono da «Temp Glass» e «Vidraceiro do Norte»), a Prometal, além das máquinas importadas do exterior, terá, em princípio, que importar mão-de-obra especializada, que virá de São Paulo (onde existe indústria similar) para treinar o pessoal selecionado para trabalhar nessa metalúrgica. A maioria da matéria-prima que será utilizada na industrialização também será im-

portada do Sul do País, mais especificamente de São Paulo. De qualquer forma — afirmou Reno Gonçalves, Diretor Industrial — "a Prometal vai procurar recuperar a sucata existente no Estado do Rio Grande do Norte" que, na sua opinião, de forma nenhuma é suficiente para atender às necessidades da indústria, mas será complementada com o que vem de fora.

Prometendo gerar em torno de 100 empregos, a Prometal deverá fabricar metais para vidro temperado, fechaduras e molas hidráulicas para pisos. Estas, disse o engenheiro Reno Gonçalves, são as principais linhas da Produtora, mas há pretensão de se produzir outras linhas, a serem divulgadas posteriormente. Reno Gonçalves informou, também, sobre a implantação de uma Galvanoplacia (acabamento de superfície), para cobreamento, níquelagem, cromação, latonagem, zincagem e fundição.

Além da oferta de empregos, José Euclides de Melo e Reno Gonçalves destacam a importância dessa metalúrgica por se tratar da primeira em toda Região Nordeste, que será beneficiada com sua produção, evitando-se assim a importação de Estados mais distantes, o que encarece o produto. □

Investimentos na área social

GARIBALDI FILHO

Discute-se, no âmbito federal, um programa de investimentos para reduzir o desemprego, a fome e a insegurança. Este programa deverá estar pronto na próxima semana, segundo anunciou o Ministro do Planejamento, João Sayad, como uma forma da Nova República de resgatar um dos maiores compromissos assumidos pelo Presidente Tancredo Neves na sua pregação à Nação Brasileira.

Tanto o Presidente, hoje imobilizado num dos leitos do Hospital do Coração em São Paulo, como os integrantes da sua equipe, sabem, porém, das dificuldades de implantação de um programa desta natureza. De como a retórica oficial apresenta-se, algumas vezes, distante da realidade social do País. Por isso, gostamos de ver a entrevista do Ministro do Planejamento, na «Folha de São Paulo», no último dia 4, quando se falou claramente do significado de um programa deste, sem procurar esconder estas dificuldades.

Dificuldades embutidas na falta de recursos para sua execução, pois a COPAG — Comissão para o Plano de Ação do Governo de Tancredo indicou 15 trilhões de cruzeiros disponíveis para esta finalidade, o que não chegou a ser confirmado pelo Ministro na sua entrevista. Dificuldades, sobretudo que se refletem naquela palavra, muito clara e franca do Ministro, quando disse que não basta encontrar o dinheiro e programar os gastos: “É preciso garantir que os recursos cheguem às populações que devem ser beneficiadas”.

Explicou, então, sr. João Sayad, com uma sensibilidade para o problema social de fazer inveja a qualquer líder político, que é mais fácil construir uma grande barragem do que um posto de saúde: “Quando planeja-se uma grande obra, envolvem-se interesses organizados que asseguram que o concreto estará sendo preparado em pouco tempo; a construção tem que ser tocada. Dá muito mais trabalho”, garantiu, fazer que um plano de construção de um posto de assistência aos pobres seja levado em frente: “Os pobres não são organizados e não fazem lobby”! E isso, completou o Ministro, não ocorre só no Brasil. Os americanos gastaram muito mais tempo no programa de combate à pobreza do que no projeto de envio de um homem à lua — e tiveram menos sucesso.

Encontrados os recursos, estes serão aplicados fundamentalmente no apoio à produção e à comercialização de alimentos, obras do BNH e aplicação em presídios.

No plano estadual, confirmam-se todas estas dificuldades para realização de verdadeiros programas de investimento social. É uma pena, entretanto, que os governantes estaduais, na maioria das vezes, não usem esta mesma linguagem franca e procurem justificar-se enumerando, nas suas mensagens, uma série de programas que não conseguem beneficiar as populações mais pobres e mais carentes.

Mas ainda falando no plano federal, não há hoje uma obra que retrate com mais fidelidade esta contradição e distorção do que a Barragem «Armando Ribeiro Gonçalves» no Vale do Açu. Ali foram empregados bilhões de cruzeiros numa obra de engenharia, realmente monumental, sem a implantação do plano de irrigação que deveria ser implantado concomitantemente para justificar a obra.

No plano estadual, como dissemos, não há uma definição de um programa de investimento social, no qual as prioridades de emprego e geração de renda sejam atendidas. Pelo contrário, citam-se constantemente obras que não guardam fidelidade a estes propósitos, quando não se descamba como ocorreu, na mensagem do Governo Estadual do ano passado, para a exaltação do que foi desenvolvido na área da Emergência durante a seca de 82, pagando-se, apenas, metade do salário-mínimo ao trabalhador rural.

Reconhecemos que os 20 anos de autoritarismo e centralização embaralharam as coisas. Ditaram-se prioridades de cima para baixo, sem que fosse dada oportunidade a cada unidade da Federação de estabelecer suas metas e programas. O Governo Estadual do Rio Grande do Norte, chegou a anunciar um programa, no seu âmbito de ação, que nunca foi executado com vistas a diminuir os efeitos da seca. Uma reforma tributária, acreditamos, agora não seria suficiente para que estes programas na área social fossem efetivamente realizados, pois como lembrou o Ministro Sayad, nem sempre o problema é apenas de encontrar o dinheiro e programar os gastos.

É reconfortante, no entanto, constatar que o novo Governo tem outra concepção destas realidades, principalmente quando chega a hora de passar da teoria à prática. O mutirão anunciado pelo vice-Presidente Sarney, no exercício da Presidência, de combate à violência, com medidas previstas na área dos Ministérios da Segurança e da Justiça, não poderiam vir acompanhadas de um programa desta natureza, conforme foi anunciado pelo Ministro do Planejamento.



Rizolete: ainda a discriminação

CONJUNTURA

O fim da década da mulher mostra que a luta continua

A evolução recente e profunda da condição feminina nas duas últimas décadas se fez sentir, no Brasil, a partir da metade da década de 70, quando as mulheres começaram a se reunir em grupos na luta pelos seus direitos. Nessa época, em 1975, a ONU instaura a Década da Mulher. E os efeitos dessa evolução não se limitam apenas às grandes capitais, reveladoras das mudanças sociais importantes. O Rio Grande do Norte — Estado berço da pioneira do feminismo no Brasil, Nízia Floresta — e, em particular Natal, apresenta um quadro definido neste final da Década da Mulher.

Do antigo Centro da Mulher Natalense, surgiram, ainda na década passada, os primeiros passos para impulsionar o feminismo aqui. Contando com ampla participação feminina, foram discutidas questões específicas de Saúde, Educação, Política de Emprego, e outros assuntos de igual interesse. Quem conta é a socióloga e vice-presidente da UMNa — União da Mulher Natalense, Rizolete Fernandes, em análise da evolução da luta feminina.

O TRABALHO DAS MULHERES

— Entre as bandeiras de luta da UMNa, destacam-se aquelas por maior penetração no mercado de

trabalho, salários iguais para trabalho igual, mais acesso das mulheres a cargos diretivos e maior participação da mulher na vida política do Estado e do País. “Isso faz parte da nossa Carta de Princípios”, conta Rizolete. Além de questionar o trabalho feminino, as feministas locais debatem também a política de planejamento familiar do Governo. “Questionamos o método de planejamento familiar imposto pelo Governo porque, segundo essa política, a mulher não tem condição de escolher se tem ou não filhos. O Governo simplesmente distribui pílu-



Mulheres ainda discriminadas

las, sem acompanhamento médico adequado”.

O trabalho feminino não constitui, em si mesmo, uma novidade: ele desempenha desde sempre um papel importante na produção agrícola, e as tarefas caseiras constituem uma atividade indispensável ao equilíbrio de um país. Mas é a partir da criação da Sudene no Nordeste, no final da década de 50, que vêm as verdadeiras mudanças, trazendo numerosas mulheres ao trabalho assalariado. E é o setor terciário — comércio e administração — que absorve presentemente o essencial do trabalho feminista.

Nesse sentido, ela pára para discernir as duas grandes linhas que norteiam o feminismo: sexista, aquela que luta mais pela descoberta do corpo; e a emancipacionista, que procura, por sua vez, não deixar de lado o que ela chama de questões específicas. Entre estas, a luta maior, e que chama maior atenção, é contra a violência à mulher. Assim, segundo ela, “na medida em que se luta pela emancipação da mulher, luta-se pela emancipação de todos oprimidos”. Explica: “Sabemos que o marido pobre que bate na mulher está transferindo uma relação de exploração que ele vive na sociedade. Nesse caso, reconhece ela, a mulher é duplamente explorada”.

A socióloga não é muito otimista com as conquistas das mulheres dentro da sociedade brasileira, e principalmente na sociedade local. “Apesar das conquistas, a discriminação ainda é grande”, desabafa. Ou seja, a ascensão de algumas mulheres a trabalhos antigamente reservados aos homens: cirurgião, motoristas de pesados, parlamentares são exceções que confirmam a regra. O que contrasta com o fato da persistência de ocupações tipicamente femininas: nos quadros superiores, há mais professoras do que médicas; nas repartições, por exemplo, há mais datilógrafas do que em cargos de chefia. “São empregadas em profissões consideradas extensões do trabalho doméstico”.

FEMINISMO: NECESSÁRIO? —

Rizolete comenta a discussão, que ela considera preconceituosa e inútil, que coloca a questão reduzida a um mero trocadilho: tem mulheres que não se consideram feministas, quando se reúnem para discutir questões sócio-econômicas de seu

interesse "mas femininas". Para Rizolet, "quase todas as batalhas são importantes". E volta a discorrer sobre a questão do trabalho feminino, especificamente quanto à desobediência, por parte dos empregadores, no cumprimento às leis trabalhistas. "Na indústria têxtil local, onde é grande o número de mulheres, ainda ocorrem injustiças do tipo despedir mulheres grávidas. Chegam ao absurdo, inclusive, de fazer exames para saber se a mulher está grávida, quando do período de admissão de novas operárias".

Uma outra importante reivindicação das mulheres, é a de creches para os filhos das mulheres que trabalham fora de casa, especialmente as assalariadas de baixa renda. Nesse sentido, lembra que a Lei Trabalhista coloca que toda empresa com mais de 30 mulheres acima de 16 anos é obrigada a manter creches. Denuncia que essa, por exemplo, é uma das leis que não são cumpridas.

CRÍTICAS FEMINISTAS — Quanto as críticas internas dentro do movimento, Kátia Ferraz, militante do grupo Mulheres em Luta, explica que a corrente sexista coloca a questão à nível de mulheres contra os homens, quando a realidade é outra. "A luta é dentro da sociedade e ao lado dos homens", afirma ela. De qualquer modo, o movimento como um todo "ainda é muito importante. Ainda está muito longe da conscientização necessária para mudanças".

O Mulheres em Luta tem bandeiras parecidas com o UMNA. Com relação à violência, ela denuncia desde aquela de menor relevância, que nem por isso podem ser deixadas de lado. Tanto o preconceito contra a mulher desacompanhada, num bar, até o caso de mulheres assassinadas pelos maridos por motivos passionais são levantados. Com relação à política de planejamento familiar, ela também clama por um projeto de saúde que envolva o esclarecimento sobre a contracepção. □

O primeiro período letivo da UFRN este ano, ao que tudo indica, vai conciliar o útil com muitas coisas agradáveis, não só para a comunidade universitária. Pelo menos se depender da disposição dos que fazem o Centro de Convivência do Campus, que está se transformando, na prática, num local de confraternização de alunos, professores, funcionários e outros em seus momentos de lazer. A volta da série «Conviver» e de promoções de arte e cultura, prometem muitos entretenimentos para a comunidade universitária já a partir deste mês.

Música, teatro, literatura, cinema, artes plásticas têm seus espaços ampliados no Centro de Convivência, especialmente nas duas sextas-feiras de cada mês, quando são realizados os encontros culturais do Projeto Conviver. Este, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária e coordenado pelo jornalista e escritor Tarcísio Gurgel, voltou às suas atividades em 29 de março último após grande sucesso conseguido no decorrer do (completo) período letivo de 1984.

A isso, vêm se acrescentar as promoções do Núcleo de Arte e Cultura — NAC — com seus cursos e outros entretenimentos. Na última semana de abril, por exemplo, o NAC promove uma «Semana de Cinema» — também dando continuidade às sessões de cinema realizadas ali há mais de um ano atrás — em grande estilo: apresentações em **video cassete** de clássicos musicais do cinema americano. Em sessões gratuitas, a comunidade poderá assistir filmes famosos como «Cantan-

do na Chuva», «Cabaret», «Hair», «Noviça Rebelde» e «Barco das Ilusões». O local — Teatro do NAC — é suficiente para uma platéia de uma centena de pessoas.

CURSOS DE ARTE — Também retornando às suas atividades, o Laboratório de Criatividade Literária. Desta vez, sob a coordenação dos escritores Tarcísio Gurgel, Luís Carlos Guimarães e Franco Jasiello — diretor do Centro de Convivência. O Laboratório oferece boas oportunidades de prática literária, especialmente aos novos talentos. Dificuldades para pôr em prática esta intenção existem, naturalmente, como ocorreu das outras vezes: professores não remunerados, falta de perspectiva de que o material do Laboratório seja impresso pela Editora Universitária, entre outras menores. De qualquer forma, a experiência é válida, como ficou provado no início do programa, há três anos atrás, com bons frutos: uma antologia de novos autores, chamada «Grande Ponto», e também **posters literários**.

O NAC promoverá ainda, durante todo o período letivo, um curso de «Dança Moderna», ou «Iniciação ao Balé Clássico e Moderno», com inscrições no NAC, Centro de Convivência. Para estudantes, grátis. Para o público em geral, Cr\$ 5 mil; e será realizado no curso de Educação Artística, nos três turnos, de segunda a sexta. Também estavam sendo feitas, agora em abril, as últimas inscrições para as aulas no **atelier** de artes plásticas. Ali, estavam sendo oferecidos cursos de pintura, cerâmica e desenho. □

**Não existe
sexo frágil.**



Você já chamou o seu marido para uma esticada no Tahiti? Se ainda não, experimente. E o tipo do convite que nenhum homem resiste.

Para o Tahiti não existe esse negócio de sexo frágil. É tudo forte, lindo e maravilhoso.

MOTEL TAHITI

O paraíso é aqui.

Somos PhD em Rio Grande do Norte.

A revista RN/Econômico tem 15 anos de circulação ininterrupta. Pra quem conhece o mercado do Rio Grande do Norte, isso já significa um certo heroísmo.

Mas a RN/Econômico não quer ser heroína.

Quer ser mais lida por pessoas com poder de análise e decisão.

Pessoas como você: empresário, intelectual, político, comerciante, industrial, advogado, enfim, pessoas que ajudam a fazer o Rio Grande do Norte.

Para satisfazer esse público exigente, a RN/Econômico procura se aperfeiçoar a cada número

Em suas páginas, você encontra cultura, lazer, turismo, esporte, política, economia e humor.

Tudo na medida certa, tratando de maneira séria e profissional assuntos

ligados ao Rio Grande do Norte.

Não é por acaso que, nesses 15 anos, a RN/Econômico tornou-se uma espécie de PhD em assuntos do Estado.

Prestigie a RN/Econômico, para que o Rio Grande do Norte continue sendo nosso tema principal.

RN/ECONÔMICO



CASCUDO

Um Perfil de Mestre, do RN para o País.

SIM, EU QUERO FAZER UMA ASSINATURA DA RN/ECONÔMICO.

Nome: _____

Endereço: _____

Assinatura anual: Cr\$ 20.000

Por favor, preencha e remeta para: RN/ECONÔMICO

Rua São Tomé, 421 — Cidade Alta — Natal-RN.

A necessidade de mudanças e de mais verbas na UFRN

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte entra no ano I da «Nova República» no mesmo estado de penúria financeira que foi, juntamente com o autoritarismo que virou marca registrada do País nas duas últimas décadas, a sua característica mais marcante. Da proposta inicial de Cr\$ 16 bilhões, o orçamento da UFRN para 1985 foi reduzido, pelo antigo Ministério da Educação e Cultura, para pouco mais de terço deste total — somando escassos Cr\$ 6,5 bilhões. O que garantirá, segundo o Reitor Genivaldo Bar-

Se os planejadores oficializados por Tancredo Neves não conseguirem domar a inflação, aquela estimativa resultará inócua e a administração da UFRN verá agravar-se o quadro financeiro em que navega atualmente. “Dentro de um padrão de economia, sem querer fazer o ótimo, a impressão que eu tenho, se a inflação apenas se mantiver estabilizada, é de que não fecharemos o ano com menos de Cr\$ 20 bilhões.”, reafirma Genivaldo Barros.

SEM PLANEJAMENTO — Mas a



Genivaldo: expectativa otimista

ros, o custeio da máquina administrativa e investimentos programados somente até o mês de maio.

“Esse total”, admite Genivaldo, “é insuficiente. Eu estou sendo otimista, se isto render até maio”. A solução é esperar que o Ministério da Educação — responsável pelos custos com o pagamento de pessoal, que não entra no orçamento geral — pratique o mesmo artifício executado pelo antigo MEC e envie a necessária suplementação que assegurará a travessia até dezembro. Para tanto, o Reitor estima que serão necessários pelo menos mais Cr\$ 14 bilhões, previsão escorada nos índices atuais de inflação.

redução orçamentária acarreta outros males para a administração da UFRN, como lamenta Genivaldo. Com as incertezas sobre o montante e a regularidade com que a suplementação será autorizada, todos os programas imaginados pela equipe de planejamento são confinados numa zona de pendência, o que praticamente inviabiliza o trabalho projetado a cada início de ano. A expectativa, com a ascensão de Tancredo Neves, é de que o caos financeiro seja apaziguado.

“É natural que todos os setores da sociedade tenham uma expectativa otimista em épocas de mudança de Governo, algo que se acentua

quando se sabe que a opinião pública aceitou de pronto essas mudanças. Embora sem acreditar em milagres, o que seria insensatez, acredito que esse otimismo existe também dentro das administrações das Universidades brasileiras”, diz o Reitor.

Uma expectativa dirigida para a eliminação de um quadro problemático que não se restringe à questão das verbas, abrangendo ainda a própria estrutura administrativa da Universidade, onde, segundo o Reitor da UFRN, a autonomia é um imperativo de primeira linha. “Todos esses elementos críticos não estão condizentes com o dinamismo e com as exigências naturais que os corpos docente e discente, além dos funcionários, cobram da administração. Então, somos nós que recebemos a sobrecarga dos problemas, e esta sobrecarga é muito grande”, acrescenta.

Ele entende que os primeiros sinais publicados por Tancredo condizem com as promessas de mudança formuladas durante a sua campanha. A escolha de Marco Maciel, por exemplo, é elogiada por Genivaldo: “É um homem que se saiu muito bem nos empreendimentos políticos que realizou, como deputado, Governador de Pernambuco e como Senador. Considerando tais antecedentes, é natural que nós esperemos um bom desempenho”.

Genivaldo acredita que a onda geral de democratização do País deve contemplar, em larga escala, a estrutura política das Universidades públicas, e prevê que reivindicações antigas de professores e alunos acabarão sendo atendidas pelo Governo da «Nova República». É o caso, por exemplo, das eleições diretas para a direção dos centros e para os cargos de reitor e vice-reitor.

INTERVENÇÃO POLÍTICA — O otimismo em relação a conquistas semelhantes é a tônica também das expectativas dos estudantes, como afirma Cláudio de Oliveira, presidente do DCE da UFRN. Ele aponta que, a nível interno, a estrutura autoritária da UFRN foi abalada por conquistas nessa área — eleições diretas para chefia de departamentos e coordenações dos cursos — e que as demais, circunscritas a ações do Governo Federal, que legisla sobre o assunto, são uma questão de tempo.

O líder estudantil observa que a

mudança de Governo, além de abrir espaço ao otimismo quanto à resolução da questão financeira, traz um novo alento para o estudante, reservando-lhe espaços de participação até então proscritos pelos Governos militares. "Hoje, já há um espaço muito grande para intervenção dos estudantes, o que facilita a sua luta", diz ele. E vislumbra a necessidade de mudanças de posturas políticas da classe, em função dos novos tempos: "Acabou a fase do protesto. É o momento de propor e cobrar. O novo regime vai levar a mudanças de postura das correntes e lideranças estudantis".

As propostas são as de sempre e remetem à pré-história do golpe militar de 1964. Os estudantes querem mais verbas para a Educação (via cumprimento integral da Emenda João Calmon); maior controle na aplicação das verbas destinadas à UFRN; reconhecimento da UNE; e reforma geral na estrutura das Universidades públicas. Reivindicações



Cláudio: propor e cobrar

que Cláudio acredita que serão cumpridas, apesar da presença de nomes identificados com o que Tancredo pretende sepultar.

"O Governo da Aliança Democrática tem uma composição de forças

muito ampla. A posição do DCE é reivindicar e cobrar compromissos públicos e apoiar medidas que não contrariem reivindicações dos estudantes", afirma Cláudio. Uma dessas medidas, acrescenta ele, será a Assembleia Nacional Constituinte, por cuja convocação os estudantes universitários de todo o País deflagrarão um movimento de apoio, coordenado pela União Nacional dos Estudantes.

PROJETO DA ANDES — No caso dos professores, a cobrança dos compromissos assumidos publicamente por Tancredo Neves integra um vasto programa de mobilização a ser encetado pela categoria. A referência para a luta será o projeto de reforma universitária elaborado pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior — Andes, e remetido ao antigo MEC há três anos atrás. As lideranças nacionais da categoria pretendem rediscutir este documento em todos os Esta-

Reforma do estatuto da UFRN mobiliza comunidade

Antes mesmo da eleição de Tancredo Neves, docentes e estudantes da UFRN já concretizavam propostas reformistas hoje debatidas em todo o País. O objeto das discussões nos dois colegiados superiores — o Consuni e o Consepe — é o Estatuto interno, considerado ultrapassado e representativo de uma situação política incompatível com os sinais de mudança emitidos pelo novo Governo.

A discussão foi interrompida tão logo foi deflagrada, no ano passado, a greve que paralisou por quase três meses todas as Universidades autárquicas do País. Cessada a greve, representantes estudantis e docentes tentaram retomar a discussão, obstruída graças a sucessivas manobras encetadas por grupos desinteressados das mudanças que começam a aflorar.

As reuniões conjuntas entre os membros do Consepe e do Consuni têm servido para examinar, um a um, todos os artigos do Estatuto. 51 deles — o total passa dos 170 — já foram discuti-

dos, com a votação das reformas propostas e aceitas, ao menos publicamente, até mesmo pelo Reitor Genivaldo Barros, aparentemente sintonizado com os novos tempos políticos.

O exame das cinco dezenas de artigos serviu para oficializar reformas que afastam resquícios do autoritarismo, oferecendo, aos que lutam por modificações na estrutura da UFRN, a chance de exercer o direito de votar, por exemplo, para escolher os chefes de departamento e os coordenadores de cursos. A eleição direta de reitor e diretores de centro depende de modificações na legislação federal baixada pelo extinto MEC nos idos de 1968.

Além disto, conseguiu-se a ampliação do colegiado que indicará a lista de seis nomes de onde o Presidente da República retirará o substituto de Genivaldo Barros. O mesmo procedimento será estendido no caso das listas para a direção dos diversos centros da UFRN. Isso tornou-se possível graças à

criação do Conselho Superior de Administração, que cuidará de executar, na área administrativa, todas as tarefas até então sob a incumbência do Consuni.

Este, a quem compete votar as listas sêxtuplas, terá o seu plenário ampliado, abrangendo agora as representações do Consad, Consepe, Condep (Conselho dos Departamentos) e do Conselho de Curadores. Com a modificação, o Consuni terá o seu trabalho limitado a julgar questões e deliberar sobre matérias que lhes serão enviadas como se para a «instância máxima» da UFRN. Burocracia, agora, é com o Consad.

A ampliação significou um acréscimo considerável no fechado clube que votava as listas, elevando para mais de 100 o número dos seus membros. A pressa de estudantes e docentes em votar as reformas — a meta é concluir o trabalho até o final do primeiro semestre letivo — tem razão de ser no fato de que no próximo ano será escolhida a lista de candidatos ao gabinete ocupado por Genivaldo Barros, com afastamento previsto para maio de 1987.

A grande esperança de todos, porém, é que, até lá, o novo Governo tenha aprovado a realização de eleições diretas para o cargo.

dos, adaptando-o ao presente das Universidades públicas e introduzindo modificações que os docentes julguem convenientes.

E a Andes tem pressa, já que é aguardada, até o final de 1985, uma decisão do Congresso Nacional — e do próprio Governo Federal — reformulando a Lei de Reforma do Ensino, datada de 1968. No novo texto, os docentes pretendem ver incluídos todas as alterações que emergirão das discussões sobre a educação brasileira, tanto na Universidade quanto nas áreas de 1.º e 2.º graus.

“As discussões serão realizadas nas próprias Universidades, sejam autarquias, fundações ou Universidades públicas, e em diversos congressos e seminários que serão realizados, a nível nacional. Para o final de abril está previsto o primeiro desses seminários, que terá a participação da Andes, da UNE, da Fasubra, do próprio Governo, das sociedades científicas e de outras



Marlíria: estranhando Maciel

instituições da sociedade civil interessadas em repensar a educação brasileira”, revela Marlíria Nóbrega, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

No seu projeto, a Andes incluirá, de acordo com Marlíria, propostas de suplementação de verbas baseadas em estudos sobre as necessidades de cada Universidade vinculada ao Governo. Serão encaminhadas, ainda, reivindicações exigindo a abertura de concursos para a contratação de novos professores e examinando a questão da dedicação exclusiva. O documento seria entregue a Tancredo Neves logo após a posse do novo Governo, em 15 de março passado.

CONQUISTAR É PRECISO —

“As mudanças obtidas, não serão dadas pelo novo Governo; elas serão resultado do esforço dos professores. Elas serão conquistadas”, afirma a presidente da Adurn. Para Marlíria, “há indícios de que, com o novo Governo, a Educação será vista de forma diferente. Afinal, o compromisso com as mudanças foi declarado publicamente pelo próprio Tancredo”.

Marlíria estranha, porém, a escolha do Senador pernambucano Marco Maciel para dirigir o Ministério da Educação, separada da Cultura por ocasião da divulgação do Ministério de Tancredo Neves. “A indicação de Marco Maciel foi uma surpresa. Pensava-se na escolha de um ministro mais ligado à área da Educação. Por isso, a escolha causou estranheza. O que se espera é que ele leve à frente as propostas de mudanças formuladas dentro da Universidade e em todos os setores da Educação”. □

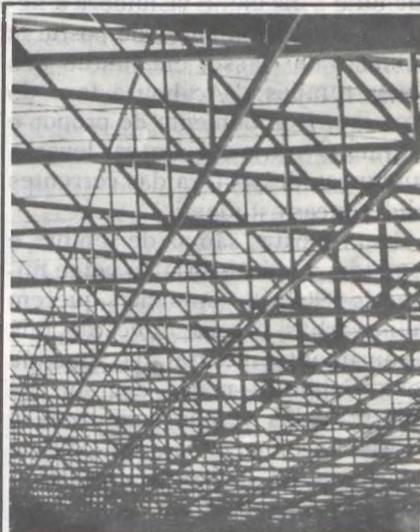
CULTURA

Na Biblioteca Pública, os problemas são inúmeros

Única Biblioteca Pública de Natal e a primeira do Estado, a Biblioteca Câmara Cascudo está com sua capacidade de armazenar livros completamente saturada por falta de espaço físico. O prédio, que foi construído durante o Governo do Monseñor Walfredo Gurgel, há 16 anos, não foi totalmente concluído. Locali-

zada num terreno de 963 metros quadrados, no privilegiado bairro de Petrópolis, a Câmara Cascudo ocupa uma área de 816 metros quadrados. Nos 147 metros restantes, falta ser construído mais um módulo do prédio, num espaço entre a sede atual e o velho prédio do Atheneu. Levando-se em conta que a popula-

Comercial José Lucena Ferro & Aço.



Uma boa construção se conhece pelos alicerces. Fortes, seguros.

A Comercial José Lucena é assim: como uma construção sólida. Há meio século, fornecemos qualidade nos nossos produtos em ferro e aço. E você pode comprovar que a aquisição dos nossos artigos — ferro para construção civil, ferro quadrado, chato, barras e cantoneiras — é uma boa empreitada. Tudo isso com um preço amigo e um prazo vantajoso, além do serviço de entrega automática. Venha até nós. Com a Comercial José Lucena, a casa nunca cai.

Melo século fornecendo qualidade



COMERCIAL JOSÉ LUCENA LTDA.

Agora também com a loja de ferro

Av. Presidente Bandeira, 882, Alecrim — Fone: 223-4820

ção local cresce a uma média de seis por cento ao ano e, também, o número de alunos de 1.º e 2.º graus — atualmente 89,9 por cento do total de leitores que a freqüenta — torna-se urgente a ampliação.

Segundo a Coordenadora da Biblioteca Pública, professora e poeta Zila Mamede, o Secretário Estadual de Educação e Cultura, Hélio Vasconcelos, prometeu obter recursos para a construção desse anexo. "Se isso não ocorrer a curto prazo, a Biblioteca não poderá crescer". O que significa que não terá condições de acompanhar o rápido crescimento populacional da cidade, além de ficar muito defasada na aquisição de novos títulos (livros na primeira edição). Quanto a isso, Zila pondera que "mais importante do que comprar novos livros, que não teriam onde ser colocados, é sobretudo a ampliação do prédio".

Num outro ângulo — e mesmo previsível — a freqüência assídua de intelectuais na Biblioteca Pública, na realidade, não ocorre. Vários são os motivos, mas o principal se deve à desatualização quanto aos novos títulos lançados e porque os livros daquele acervo geralmente já foram muito manuseados. Questionada sobre a ausência desses intelectuais, que formam uma pequena parcela dos usuários, Zila Mamede responde com uma pergunta: "Que tal perguntar aos próprios intelectuais por que não freqüentam esta



Zila Mamede: falta espaço

Biblioteca?" Depois de pensar um pouco, lembra-se de que "dos intelectuais conhecidos da cidade, os que freqüentam e pesquisam aqui são Dorian Gray Caldas, Veríssimo de Melo e Diógenes da Cunha Lima" (ver box 1).

A BIBLIOTECA DE TODOS — A Biblioteca Câmara Cascudo está ao alcance principalmente dos que moram em Petropolis, Tirol, Centro da Cidade, Alcerim, bairros e conjuntos residenciais da zona sul. Embora o número de leitores inscritos, durante os 16 anos, seja de apenas 2 mil e 504, outras 37 mil e 739 pessoas, de idade a partir dos 12

anos, freqüentaram o local no período de janeiro a dezembro último. No mesmo período, segundo os mais recentes dados computados, a Biblioteca emprestou 14 mil e 636 livros dos seus 44 mil e 523 volumes (São 28 mil e 53 títulos catalogados, mas este número se duplica porque muitos desses títulos têm vários exemplares à disposição). Isto sem contar os 312 títulos de periódicos, cujos volumes ainda não foram computados porque isto só é feito com todas as coleções completas. Zila calcula que este último número corresponda a cerca de 3 mil volumes.

A diretora acrescenta que mais 7 mil novos livros estão em fase de catalogação e, à medida que forem preparados, serão colocados para empréstimo. Possivelmente, para surpresa dos intelectuais e literatos locais, as estantes de Literatura — Brasileira e Universal — reúnem o maior número de livros: 17 mil e 156. Seguida pelas Ciências Sociais, 4 mil e 42 volumes; e obras gerais, tais como enciclopédias, dicionários, guias, mapas, com 2 mil e 44 volumes. O restante é dividido entre vários assuntos também à disposição do público leitor. Do seu total de livros, desde sua inauguração, foram dadas baixas em 2 mil e 822 exemplares, principalmente aqueles estragados por excesso de uso. No ano passado, foram dadas baixas em 107 livros.

Um local que não está na agenda dos intelectuais

Além de ser reconhecida como experiente profissional do setor aqui no Estado, Zila Mamede desfruta ainda as glórias de ser uma poeta consagrada e bem relacionada com a maioria dos intelectuais da cidade — escritores, professores, artistas. Contudo, a Biblioteca Pública ainda não conta com a participação ativa desses mesmos intelectuais e, com isso, muitas promoções litero-culturais envolvendo escritores, professores e leitores deixam de ser feitas.

Intelectuais entrevistados confessam que não vão à Biblioteca Pública, atualmente, mas que já a

freqüentaram. Lembram que completaram seus estudos escolares ali, caminho natural de quem está começando a cultivar o hábito da leitura. A maioria deixou a Biblioteca Pública de lado, tempos depois, no momento em que constatou que ela acompanhava muito lentamente o movimento editorial, pouco se atualizando com os novos lançamentos. O que se explica ainda pelo fato de que os intelectuais, de modo geral, gostam mais de ler as novidades literárias.

Para o poeta e empresário Francisco Alves, "o intelectual do RN lê pouco. Cita muito mais do que

lé", conclui ele. Além do mais "a chamada *intelligentzia potiguar* é muito dispersa, se fecha em grupinhos". Pespicaz, Chico deduz que freqüentar Biblioteca Pública, para essa chamada *intelligentzia* não é conveniente: "Não pega bem, ser visto junto aos garotos de 1.º e 2.º graus. Todo mundo quer ser intelectual consagrado, assu- mir ares de importância".

"Uma outra coisa que você não vê: os escritores do RN batalhando a venda de seus livros em escolas, a colocação de exemplares em Bibliotecas. Por outro lado, a Biblioteca deveria provocar a presença dos escritores ali. Promover debates, palestras, seminários ou mesmo leituras em grupo, levando os escritores aos estudantes. Zila tem muitas condições de fazer um negócio desses. Competência tem de sobra".



Livros defasados na Biblioteca

O TRABALHO DOS BIBLIOTECÁRIOS — Mas não é só por excesso de uso que são dadas as baixas. Naturalmente, há os livros que não são devolvidos. Pelos mais variados motivos. Esse tipo de problema é freqüente com os usuários do Carro-Biblioteca. Das 107 baixas, 95 eram dessa Biblioteca ambulante. Enquanto isso, a Biblioteca faz a co-

brança enviando cartas aos leitores em dívida. São enviadas três vezes. Não obtendo respostas, a ficha fica em vermelho e o leitor não poderá fazer novos empréstimos até pagar os livros ou as multas. É por isso que a bibliotecária pede uma conta de luz para comprovar o endereço do leitor. De resto, no ato da inscrição são pedidos identidade e uma

foto 3×4 ou 2×2. A taxa anual, ainda não reajustada, é de Cr\$ 500 para estudantes e Cr\$ 1 mil para não estudantes.

A sede, própria, é formada por térreo e primeiro andar: salão de leitura, salas de administração, salões de depósito dos livros e Galeria de Arte. Há também uma Sala/Biblioteca Infanto-Juvenil para leitores de 4 a 12 anos (ver box 2). A extensão ao leitor é feita através do Carro-Biblioteca, uma Kombi devidamente adaptada para tal, que viaja semanalmente — um dia em cada local — para cinco bairros: Nova Descoberta, Conjuntos Santa Catarina, Soledade II, Potengi, Jiquí e Pirangi. Tem o mesmo esquema de inscrição, mas sem cobrança de taxas ou multas. A preferência é pelos bairros de mais difícil acesso à Biblioteca Câmara Cascudo, e onde não exista estrutura cultural — pequenas bibliotecas, serviços comunitários ou de lazer. Uma vez desenvolvido o trabalho, que recomeçou em junho de 1984 após dois anos desativado (porque não havia carro), as atividades continuam nas mesmas comunidades por um período médio de um ano.

Uma idéia que deu certo.

Depois de muito planejamento e trabalho, nasceu o Equilibrista.

Um lugar gostoso, um ponto-de-encontro pra se bater um bom papo e curtir a bela paisagem do Atlântico. O pessoal do Equilibrista preparou o ambiente com música ao vivo, mural pra recados e um estacionamento espaçoso. Um bom atendimento com tira-gostos deliciosos, e uma cerveja de alta qualidade; a Cerma, que está sempre geladinha, no ponto.

Com tudo isso, essa idéia tinha que dar certo.



Doada pela Souza Cruz, a Kombi ano 78, que está adaptada para funcionar como Biblioteca, "ainda está em boas condições". Segundo Maria do Socorro de Matos, bibliotecária e coordenadora do Núcleo de Extensão e Apoio às Bibliotecas Municipais, está sendo negociado com o INL — Instituto Nacional do Livro — a forma de recuperar o Carro-Biblioteca anterior, de propriedade daquele Instituto e anteriormente colocado à disposição da Biblioteca e seus leitores. "É uma possibilidade remota", afirma, resignada, Zila. "Porque a reforma é tão cara que não compensa. Um carro novo, segundo dado técnico do INL, custa em torno de Cr\$ 150 milhões. Porque, além de ser um modelo especial de Kombi, gasta-se com estantes, amplificador e serviço de som, toldo, bagageiro, cadeiras, e mesas. A política do INL atualmente é não fazer novas doações de carro".

PROBLEMAS E SOLUÇÕES — Primeira bibliotecária a ter um título superior em Biblioteconomia no Estado, a professora Zila Mamede é reconhecida como uma competente e dedicada profissional. Fez bacharelado e mestrado na antiga FEFIERJ e Universidade de Brasília, respectivamente. A atual equipe conta, ainda, com outros profissionais, como a bibliotecária Maria



Sala de leitura infantil

do Socorro de Matos e Ana Maria de Góes Vasconcelos, coordenadora da Sala Infanto-Juvenil e do Núcleo de Processo Técnico. A equipe coordena o trabalho das 150 Bibliotecas Municipais do Estado, através da Biblioteca Matriz que é a Câmara Cascudo. Foi Zila também quem instalou a Biblioteca e treinou o primeiro grupo de funcionários, em 1969.

Contam-se 150 Bibliotecas, mas muitas, a rigor, não podem ser consideradas como tal. Às vezes

funcionam precariamente numa pequena sala cedida pela Prefeitura. Somem-se a isso as dificuldades financeiras das Prefeituras para mantê-las. Todavia, a Câmara Cascudo repassa doações para as 150, que são feitas por usuários, particulares e empresas, além da doação anual de mil livros feita pelo INL. O pessoal dessas Bibliotecas são treinados periodicamente, mas dificuldades existem, especialmente quanto ao aspecto financeiro.

Para se ter uma idéia: o orçamento

O hábito de leitura forma pequenos novos escritores

Sob a coordenação da jovem bibliotecária Ana Maria de Góes Vasconcelos, a Sala Infanto-Juvenil da Biblioteca Pública é, na prática, o único espaço disponível para as crianças natalenses tomarem gosto pela leitura. Funcionando no prédio da Biblioteca, a Sala Infanto-Juvenil atende, de segunda à sexta-feira de 7 às 17 horas, seus leitores de faixas etárias entre quatro e 12 anos de idade. Tem, inscritas, cerca de mil crianças leitoras, cuja inscrição para empréstimo de livro obedece às mesmas normas de inscrição da Câmara Cascudo. A frequência é conside-

rada boa. No ano passado, por exemplo, nove mil e 307 crianças leitoras frequentaram aquela sala de leitura.

Segundo Ana Maria de Góes Vasconcelos, a equipe da Sala Infanto-Juvenil vem se empenhando em realizar, junto às crianças suas usuárias, um trabalho lento e difícil de conscientização para a leitura. Apesar das dificuldades de uma educação básica de 1.º grau precária, a consequência imediata é a descoberta, pelas crianças, da leitura como chave para um mundo mágico, de fantasia.

LER E ESCREVER — Além de

despertar, junto ao público infantil, o gosto pelo hábito saudável e divertido de ler um dos frutos desse trabalho foi o de levar alguns dos talentosos e inteligentes pequenos leitores à prática da escrita. Em 17 de abril, às 18 horas na Biblioteca Pública, por exemplo, está programado o lançamento do livro «Era Uma Vez ...», reunião de pequenos contos dos escritores-mirins da Sala Infanto-Juvenil, numa edição da FJA/Nossa Editora. Resultado de dois concursos literários promovidos pelo Instituto Nacional do Livro e Biblioteca Câmara Cascudo, o livro reúne ficção infantil dos jovens autores Cibele Benevides Guedes, Luíza de Góes Andrade Costa, Ana Karenina de Figueiredo Ferreira, e Cefas de Carvalho Silva. E a intenção é, prosseguindo com os concursos (realizados em outubro), descobrir sempre mais talentos.

to da Biblioteca Pública para 1984 foi em torno de 53 milhões. Entretanto, só foi obtida a liberação de cerca de Cr\$ 4 milhões. A Fundação José Augusto é mantenedora da Biblioteca e os funcionários são todos lotados junto àquela Fundação, reconhecidamente sempre às voltas com problemas de ordem financeira. Diante dessa situação, Zila acha melhor apontar saídas: "O presidente da FJA, Valério Mesquita, está tentando obter verba de Cr\$ 20 milhões para aquisição de mais livros".

Apesar de toda boa vontade da atual diretoria, não é possível omitir as dificuldades enfrentadas ali. Questionada sobre problemas que o prédio estava sofrendo com as recentes chuvas — o que deixou sinais visíveis, tais como paredes molha-

das — Zila respondeu que não foi grave: "Nada que interfira na estrutura do prédio". Para que os serviços fossem feitos, a Biblioteca parou durante uma semana, mas não prejudicou as leituras porque foi no período de véspera e pós-Carnaval. "De qualquer modo é na segunda semana de março que aumenta o número de estudantes aqui". Nesta época, o serviço já havia sido realizado. Nenhum livro se perdeu com as chuvas, garante ela.

Zila informa, ainda, que é plano da FJA fazer uma reforma na Galeria de Arte que funciona ali e é coordenada pelo Departamento de Promoções Culturais da Fundação José Augusto, por ocasião dessa reforma, está programada também a pintura de todo o prédio. (JÓIS ALBERTO) □

INTERIOR

Enchentes voltam a atacar o sertão e economia do RN

Quando não é a seca, é inundação. O sertanejo, eternamente resignado com seus inúmeros problemas, que transcendem as meras questões ecológicas, mal teve tempo de comemorar o inverno deste início de ano que prenunciava boas

colheitas. Já em março as intensas chuvas caídas em algumas regiões do Estado faziam ruir por terra as esperanças de boas colheitas, especialmente em alguns municípios do Alto Oeste. Nos primeiros dias de abril a situação naqueles municí-

pios, em especial Mossoró, se agravava. A situação, apesar de considerada de emergência, estava sob controle das autoridades. Para a população, naturalmente, a calamidade já estava formada diante dos prejuízos incalculáveis para a economia da região e, de resto, do Estado.

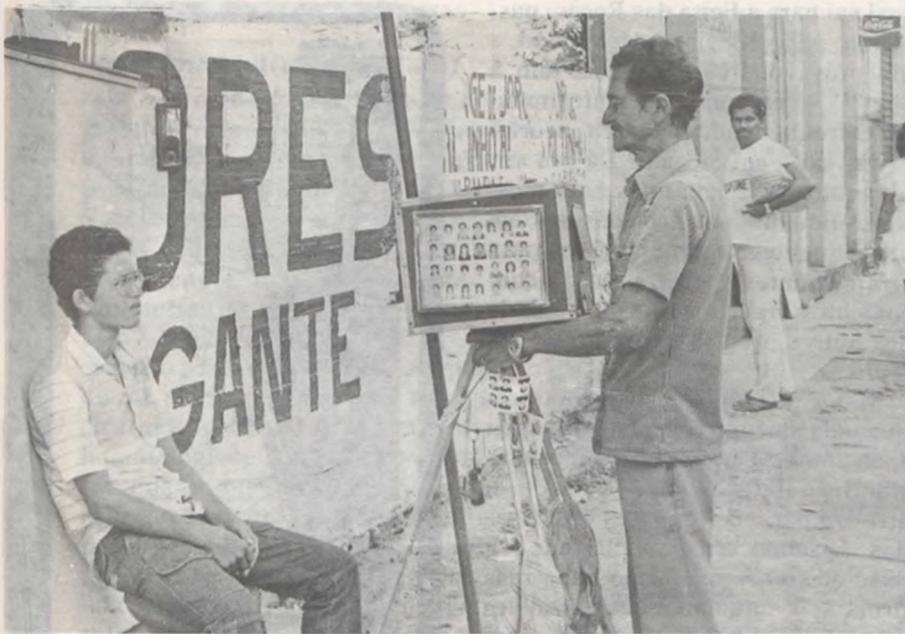
O Município de Mossoró, inclusive o centro da cidade, era o mais atingido com milhares de desabrigados. Apodi, Felipe Guerra, Dix-Sept Rosado e localidades do Vale do Açu eram os lugares mais atingidos com as inundações dos rios Mossoró e Apodi, respectivamente, incluindo seus afluentes. A situação se agravava, na primeira semana de abril, após o arrombamento de dois açudes no percurso do rio Apodi/Mossoró, aumentando para mais de 10 mil o número de desabrigados. Com as inundações em áreas circunvizinhas o número se elevava para 15 mil.

De março até aquela ocasião, a Comissão de Defesa Civil já havia enviado 52 toneladas de alimentos — gêneros de primeira necessidade — numa média de cinco quilos para cada família, semanalmente. Além disso, 200 barracas foram colocadas a disposição das famílias de baixa renda de Mossoró. Estas já estavam nas mãos do Governo do Estado, embora o Ministério do Interior, através da Sudene, já estivesse assistindo as vítimas da enchente. Apesar do agravamento da situação, para o coordenador geral da Secretaria de Interior e Justiça, Gilvan Costa de Azevedo, até àquele momento esta ainda não era de calamidade pública porque ainda estava sob controle.

Na realidade, na mesma ocasião a situação começava a fugir do controle das autoridades diante dos problemas que se multiplicavam com a mesma rapidez com que as águas aumentavam de volume. O número de barracas para abrigar as famílias, que a esta altura já perdera tudo, era insuficiente. Açudes, incluindo naturalmente aqueles construídos quando do programa de bolsões da seca, ameaçavam arrombar. Contudo, além das autoridades do Governo, os desabrigados contavam com a ajuda da Marinha e Exército, que envidavam esforços para manter máximo controle. O quadro geral, todavia, indicava que as enchentes poderiam repetir a situação dramática de 1981, quando as águas destruíram safras e sonhos. □



Enchentes voltam a preocupar



Estúdios improvisados e poucos fregueses para o lambe-lambe

ATIVIDADE

Os lambe-lambes são hoje profissionais em extinção

Uma profissão respeitada na década de 50, quando a fotografia popularizava seus primeiros sinais e imagens em terras natalenses, os fotógrafos ambulantes e suas singelas armações mágicas, que imprimiam no papel a imagem recém-captada, vêm-se hoje na exótica condição de «museus ao relento», distribuídos em locais estratégicos da cidade que julgam capazes, ainda, de exercer atração para uma cada vez mais escasseada freguesia do retratinho três por quatro, em preto-e-branco, para documentos. São os **lambe-lambes**, como passaram a ser conhecidos esses profissionais formados na escola da vida, onde a sobrevivência importa mais que qualquer formação técnica, e qualquer tipo de sofisticação constitui antes um empecilho ao desempenho do descomplicado fotógrafo.

A atividade agoniza, embora se incorpore à paisagem urbanística da cidade, monumento vivo de uma época em que a fotografia era, principalmente, um ato precário e original. Em Natal, hoje existem apenas cinco desses profissionais em ação no Centro da Cidade e na Ribeira, todos com idade bastante avançada e dando prosseguimento a uma tra-

dição normalmente aprendida na adolescência, atualmente sem mais seguidores. Sem os substitutos hereditários, eles sentem o fim próximo, resignados diante da concorrência desleal, do ponto de vista téc-



Técnica empírica

nico, dos modernos laboratórios fotográficos.

UM DIA PELO OUTRO — “Isso tá muito fraco”, constata, na prática, Luiz Florêncio de Andrade, 68 anos, há 22 exercendo a atividade. Antigamente, relembra, quando o Ministério do Trabalho funcionava no mesmo prédio do Ipase, existiam no local dez fotógrafos ambulantes em franca atividade. E, estranhando a quantidade de colegas seus em cidades como Recife e João Pessoa, ele diz que “só aqui tem poucos”. Conta que, há cinco anos, tentaram acabar definitivamente com os **lambe-lambes**, retirando-os das ruas. A iniciativa, segundo ele, dos donos de estúdios fotográficos, só não se concretizou pela intervenção do fotógrafo Jorge Mário.

Luiz Florêncio acredita que ainda é possível sobreviver nessa atividade em virtude da rapidez com que são feitas as fotos — 15 a 20 minutos, sem contar a completa ausência de burocracia. O preço também constitui um atrativo: enquanto os laboratórios chegam a cobrar Cr\$ 6 mil por meia dúzia de retratos, um **lambe-lambe** ainda está cobrando Cr\$ 3 mil.

Luiz Florêncio, aposentado pelo INPS e há 22 anos fotografando nas ruas, acredita que os meses mais rentáveis são janeiro e fevereiro, devido às matrículas escolares. Nesse período, o «bico» chega a lhe render Cr\$ 80 mil mensais. As ocasiões surgem, por vezes, inesperadamente, como no caso da carteira dos idosos necessárias para o não pagamento da passagem de ônibus. Os **lambe-lambes** são unânimes em elogiar essa época, fértil em fregueses devido à pressa de todos em adquirir o indispensável retratinho.

TÉCNICA INTUITIVA — Tanto Luiz Florêncio como Luís Batista da Silva, outro **lambe-lambe** com mais de 20 anos de profissão, revelam que a técnica de fotografar nas ruas tem muito de intuição. O material utilizado consta de uma folha postal, com capacidade para seis retratos, «pó sulfúlico» que, adicionado à água faz o fixador, além do revelador, que é comprado em pacotes. Sem citar um estratégico depósito de mercúrio, “para passar no retrato quando sai com mancha”, ensina Luiz Florêncio.

Dispostos nas calçadas, os estúdios improvisados dos **lambe-lam-**

bes têm sempre um espelhinho colocado contra um muro ou parede, um pente suficientemente usado e um banco forrado para a pose final, estática. Conta Luís Batista que a foto se faz introduzindo os dedos numa luva preta, atrás da máquina fotográfica, e movendo-se uma alavanca manual que vai projetar a imagem no papel, fixo no quadro interno. Aí, não é preciso observar critérios rigorosos quanto ao tempo de exposição do papel: "É cálculo", explica. A seqüência final exige uma dose suplementar de experiência, quando, através da luva e empregando apenas o tato e o «cálculo», o papel da foto é revelado e fixado, lavado numa bacia ou balde externo e rapidamente enxugado num papel apropriado.

CONTRA-PROPAGANDA — Manuel Mendes, 48 anos, admite que "lambe-lambe" é um serviço que, praticamente, vai chegando ao fim". Não desanima, porém, e afirma que hoje, 37 anos após ter aprendido a profissão, seu melhor dia é a segunda-feira, quando o pes-

soal vai para a Feira das Rocas, passando pela Ribeira. Atendendo a um provável freguês — "é foto a óleo?" — responde afirmativamente. O freguês indaga, ainda incerto: "Mas sai legal mesmo? Dá pra ver uma foto aí?", sem fotos para mostrar, enquanto seus colegas exibem um painel com inúmeras fotos para atrair clientes, perde para os concorrentes, reclamando da vaidade dos outros, que só expõem as boas fotos.

Mas é exatamente a contra-propaganda de um colega — o «seu» João Lambe-Lambe», como é conhecido João Batista Sena, 64 anos — o atrativo para os fregueses desavisados. Dizendo ser a publicidade "a base do comércio", João Sena reafirma seu singular e conhecido lema: "Aqui, o bonito sai feio e o feio já sai fedendo". Por incrível que pareça, tem dado certo. Tanto que o «seu» João reconhece: "A meu modo, vivo bem", mesmo que, de vez em quando, tenha que "botar uma bodega" para compensar os meses de refluxo da maré. □

SAÚDE

As poucas opções do RN em assistência à infância

Quando adoecem e precisam ser internadas, as crianças de Natal têm poucas opções em termos de hospitais infantis. Particulares, têm o PAPI e o IMEP, ambos no Tirol. Os dois também atendem beneficiários dos segurados da Previdência Social. Esta, apesar de uma política até agora desastrosa, constitui um dos grandes pilares da receita orçamentária desses mesmos hospitais. E principalmente do Hospital Infantil Varela Santiago que, apesar do seu atendimento voltado para o público de baixa renda, não é um hospital do Estado — há dois anos, o Governo não contribui com nada — e sim vinculado a uma entidade filantrópica que o administra: o Instituto de Proteção e Assistência à Infância. O Hospital ainda se mantém com muitas dificuldades, vendendo serviços a entidades diversas.

Sempre às voltas com dificuldades de ordem financeira, o Hospital Infantil Varela Santiago, por isso

mesmo, quase esteve com suas portas fechadas para os segurados do Instituto de Previdência do Estado — IPE, em fevereiro e março. O Instituto e a Associação dos Hospitais, quase três meses após a reivindicação para o aumento no preço das diárias pagas pela Previdência, chegaram finalmente a um acordo. O novo preço é de Cr\$ 24 mil, o suficiente para garantir o atendimento dos segurados do IPE.

O Varela Santiago só estava atendendo, enquanto não se chegava a um acordo, os beneficiários do IPE que estivessem acometidos de doenças infecto-contagiosas. No caso de chegarem ali, as crianças portadoras desse tipo de doenças — sarampo, difteria, meningite, etc. — são enviadas para o Hospital Evandro Chagas, no Alecrim, que atende a todas as faixas etárias. Isso também porque o PAPI — Plano de Assistência Permanente à Infância, e o IMEP — Instituto de Medicina Pediátrica — não internam crianças



A Casa do Volks já é um ponto de referência no comércio de peças e acessórios para Volkswagen e Fiat, em Natal. Agora, uma boa notícia para sua clientela: a Casa do Volks é distribuidora da caçamba reboque Ribotta, fabricada em São Paulo. Os modelos das caçambas Ribotta são especiais para praia e campo, usadas também em várias utilidades, como depósito para gelo, converte em armário, espaço para pneu de suporte. Capacidade para 300 quilos de carga. Facilmente adaptável a todos os tipos de carros.

PEÇAS PARA VOLKSWAGEN E FIAT

CASA DO VOLKS

Av. Prudente de Moraes, 1804
Tel.: 223-2488

com doenças infecto-contagiosas.

SAÚDE X PROBLEMAS — O Varela Santiago e o PAPI são os dois maiores hospitais infantis de Natal, e também os mais conhecidos da população. Ainda assim, o maior é o Varela Santiago, que conta com 120 leitos permanentemente lotados, para atender à clientela de Natal e do interior do Estado. Por ali, passam mensalmente de 400 a 500 crianças, atendidas por uma equipe de 21 médicos, dos quais três são cirurgiões, um neurologista e uma hematologista. Assim como o PAPI, faz quase todas as cirurgias, com exceção de cirurgias do coração, feitas no Hospital das Clínicas e da Polícia Militar. O percentual de mortalidade infantil registrado ali, mensalmente, é de cinco por cento com relação ao número de internamentos. No PAPI, o índice gira em torno dos 3,5 por cento.

Apesar das fraudes e outros problemas enfrentados pela Previdência Social, o Inamps está com suas contas em dia nesses dois hospitais. Em ambos, as causas da mortalidade infantil são principalmente por infecção intestinal, desidratação, pneumonias. As duas primeiras, ti-



Marconi: remando devagar

picamente doenças que ocorrem com mais frequência no verão, o que significa quase que durante o ano inteiro aqui em Natal. Atingem principalmente crianças de baixa renda pela desnutrição, falta de higiene, de melhor orientação familiar, de melhores condições de vida. No período de muitas chuvas, como atualmente, as doenças mais fre-

qüentes são pneumonias, meningites e septicemias.

Segundo o diretor administrativo do Hospital Varela Santiago, Marconi Furtado, há cerca de dois anos que o Governo do Estado não contribui com nada para a manutenção daquele estabelecimento. "Por quê? Só perguntando ao Governador", sugere Marconi. Entretanto, lembra que o Governador José Agripino, pouco depois de assumir, autorizou o pagamento das contas de água e luz do Hospital, que estavam atrasadas. Outros governadores fizeram o mesmo. Hoje, o Hospital não mais está com as contas de água e luz atrasadas.

"Apenas os salários dos médicos estão atrasados", reconhece Marconi. "De qualquer modo, eles compreendem a situação", garante, ressaltando até que "já se acostumaram". Assegura, ainda que as contas que estão por saldar são as de praxe, respeitados tanto quanto possível os prazos do crédito. Referindo-se a denúncias sobre a falta de soros e antibióticos ali, Marconi explica que o Hospital, apesar das dificuldades, está sempre suprido. Por isso, afirma ele, a situação pode ser considerada regular. O que,

CODIF TEM.

As melhores marcas em ferramentas, material elétrico e motores elétricos. Equipamentos para piscinas e produtos químicos para tratamento d'água. Banheiras com sistema de hidroterapia, bombas hidráulicas, tintas e ferragens. Instrumentos de medição, máquinas de solda e abrasivos.



CIA. DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS

NATAL — RUA DR. BARATA, 190 — TELS.: 222-3571/8033/8210 — TELEX: 2252.
RECIFE — SÃO LUIZ — SÃO PAULO — FORTALEZA — MACEIÓ — ARAPIRACA
PALMEIRA DOS ÍNDIOS.

diante das muitas adversidades enfrentadas, "para a gente é muito bom".

ESPERANDO A MUDANÇA

Com relação às campanhas feitas pela população em favor do Hospital, Marconi concorda com estas "desde que sejam feitas por instituições sérias". Para ele, as campanhas devem ser bem organizadas, visando a arrecadar uma boa renda. "As pequenas campanhas, apesar de toda boa vontade, desgastam muito a imagem do Hospital", conclui ele. Há campanhas espontâneas e bem intencionadas, como a que estava sendo feita no decorrer de março por locutores da FM Reis Magos, buscando obter roupas e gêneros para as crianças. Porém, Marconi desconhecia este fato.

Há 13 anos na direção daquele estabelecimento hospitalar, Marconi Furtado relembra que a primeira grande crise que o Hospital Infantil enfrentou foi exatamente em 1972, quando esteve à beira de fechar suas portas. Outra grande crise, no decorrer de sua administração, foi a de 1978/79. Foram feitas campanhas junto à população e se conseguiu superar a crise. "De lá para cá,



No PAPI, muitos apartamentos

o Hospital vem remando devagarinho" insiste.

Graças à filantropia de destacadas personalidades da sociedade local — ele evita citar nomes para não pecar por omissão — foram feitas várias melhorias, entre as quais a criação de uma Sala de Recreação, compra de gerador de luz, perfuração de poço tubular, azulejamento

das enfermarias, reformas na cozinha, mudanças na instalação elétrica e de parte da instalação hidráulica. Lembra também que, colocando alternativas em prática, foram criados os bancos de sangue e leite materno, e também laboratórios de análises clínicas e arquivo médico.

"Acredito", afirma esperançoso Marconi, quanto às mudanças

VENÇA A CRISE VESTINDO BEM

Pensar em crise, não dá roupa a ninguém. O Grupo Herbus, por exemplo, não pensa nessas coisas. Com a evolução de suas quatro empresas, e tendo pago Cr\$ 489.337.929 de ICM, o Grupo comprova seu bom desempenho. O Grupo Herbus pensa, sim, na sua clientela. Confeção é uma arte e o Grupo Herbus faz a arte moderna de todas as suas criações. Herbus é uma marca que persegue o futuro e assim trabalha em conjunto com: Hela Moda Feminina, Unilojas Confeções, Reembolso Heru's. Herbus — uma marca nordestina, gerando novos empregos, ajudando a vestir o Brasil.

HERBUS
CONFEÇÕES LTDA

Av. Bernardo Vieira, 986 — Tel.: 223-4439



anunciadas pelo Governo da Nova República. Acredita em mudanças na política previdenciária do Inamps, na medida em que esta melhore o pagamento dos tratamentos à criança e, otimista, vislumbra até um possível bom futuro se essas mudanças derem certo, pois está disposto a procurar entendimentos com os responsáveis pela política de saúde do Governo para ampliação e modernização do Hospital, requisitos naturais para oferecer um melhor trabalho.

PEDIATRIA PARTICULAR — O PAPI, sistema privado de medicina pediátrica, tem cerca de 2 mil sócios. Estes pagam uma mensalidade segundo os seguintes critérios: assistência para uma criança, Cr\$ 20 mil; duas, Cr\$ 25 mil; de três até seis, Cr\$ 30 mil. Estas mensalidades estão para ser reajustadas, mas ainda não estão fixados os novos preços. A diária particular é de



Hospital «Varela Santiago»

Cr\$ 70 mil; para sócio, 40 mil. A mensalidade dá direito a consultas médicas na hora marcada ou atendimento de urgência, com 40 por cento de abatimento sobre o preço de qualquer serviço complementar.

Para o diretor-presidente do PAPI, Eduardo Coelho Maia, é difícil a situação dos beneficiários do Inamps internados ali, já que a diária paga pelo Instituto é de Cr\$ 12 mil. Embora considere, naturalmente, boa a situação geral do Hospital devido ao sistema de sócios e clientela particular, que representam 50 por cento do faturamento. A estrutura física do Hospital é um sinal disso: ocupando uma área de quatro mil metros quadrados, o prédio do PAPI — na Avenida Afonso Pena, é composto de térreo, 1.º, 2.º e 3.º andares. Tem 100 leitos — menos que o Varela Santiago, mas um grande número de apartamentos: 20. Tem 60 funcionários e 14 pediatras. □



Pintores sofrem com poucas galerias

ARTE

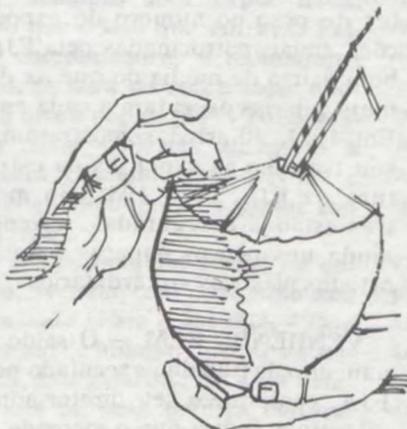
A difícil arte de expor com escassez de galerias

Quem viu o filme «Bar Esperança», deve ter fixado sua atenção na seqüência em que o pintor «Salvador Daqui» realiza no banheiro do bar o **vernissage** de uma exposição em que havia de tudo, menos artes. Quadros completamente brancos — ou povoados com simples sinais gráficos — eram admirados pela fauna que fazia do aplauso a

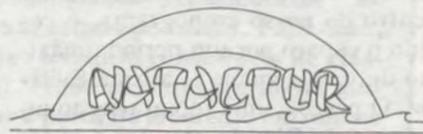
performances ocas uma razão de vida nos anos 60. Performáticos à parte, a seqüência de cenas poderia ilustrar com rigor de detalhes a dureza que é, para os artistas plásticos locais, conseguir algo semelhante a uma galeria onde expor sua pintura, seu desenho, sua gravura.

A rigor, somente alguns poucos espaços destinados às artes plásti-

Turismo entre Amigos.



Quando chegar à Natal, procure a nossa amizade. Desfrute as belezas da região e curta os melhores pontos da cidade em nossa companhia. Juventude e dinamismo à sua disposição.



PASSAGENS E TURISMO LTDA.

Praça Pres. Roosevelt, 146 — Fones: 272-2119 e 272-2389 - Telex: NTPT 0852705
EMBRATUR 03011-00-41-1 — Eduardo Gomes-RN



Na Galeria Walter Pereira, os novos

cas podem ser chamados de galerias, sem que o enunciante corra o risco de ser massacrado por algum gramático de pincenê e gravata. Duas delas — a da Biblioteca Pública e do Centro Cultural — mantidas por instituições culturais que garantem a presença do Estado no mercado artístico, apadrinhando os numerosos artistas de fato ou de conveniências. As outras — tipo Conviv'art, Graphite e Walter Pereira — surgiram graças ao empenho de empresários com um faro artístico ao menos compatível com o senso comercial.

Há mais ou menos dez anos, a Galeria de Arte Câmara Cascudo, mantida pela Fundação José Augusto na Biblioteca homônima, garante aos artistas locais mais ou menos próximos dos gabinetes daquela instituição o espaço onde são pendurados suas telas. O acesso à Galeria Câmara Cascudo — garante Evilásio Leão, diretor-administrativo da FJA — é coisa simples, não discriminando linguagens, nomes ou idades artísticas, daqui e de outros paragens.

SEM ONUS — “Basta que o artista venha à fundação, tenha um acervo cultural apresentável, e, dentro do nosso cronograma, é cedido o espaço por um período máximo de uma semana”, afirma Evilásio. O prazo é limitado graças ao interesse da FJA de atender a todos os pedidos de espaço formulados pelos artistas potiguares e por profissionais de outros quadrantes. Além da Câmara Cascudo, a FJA

oferece, como alternativa de espaço, a galeria do Centro de Cultura, instalado no antigo quartel-general do Exército, na Praça André de Albuquerque.

A condição de organismo estatal permite à Fundação José Augusto oferecer aos expositores uma estrutura razoável de promoção e divulgação das exposições, sem que isso acrescente ônus para os artistas. Uma prática complementada com a dispensa da cobrança de porcentagem sobre as obras vendidas, prática inédita no âmbito das galerias tradicionais. “Nós não cobramos absolutamente nada do artista. Damos os convites, normalmente oferecemos os catálogos e fazemos a divulgação nos diversos veículos de imprensa”, complementa Evilásio.

Tais condições francamente privilegiadas são, em suma, determinantes de peso no número de exposições anuais patrocinadas pela FJA, bem acima da média do que as demais galerias executam a cada ano. Em 1984, 40 artistas mostraram o seu trabalho às expensas da estrutura da FJA. Para 1985, 36 mostras estão já asseguradas, havendo ainda uns poucos espaços para os artistas plásticos «retardatários».

VENDENDO BEM — O saldo financeiro do trabalho executado pela FJA, conforme o seu diretor-administrativo, indica que o mercado de arte em Natal é algo considerável, premiando com boas vendas o que Evilásio Leão define como “os artistas que têm profundidade em sua

CONSTRUÇÃO COM MANIA DE PERFEIÇÃO



Pecol

End.: Av. Sen. Salgado Filho, 1782
Tirol — Fone: (084) 221-3219
Cx. Postal 1020 — Natal-RN.

obra. O movimento no mercado local está dentro de um contexto normal de um Estado nordestino. A qualidade da produção é boa e a comercialização é bem razoável”.

Os números também têm sorriso para os artistas plásticos locais que acreditaram na Galeria Conviv'art, inaugurada no Centro de Convivência do Campus da UFRN em outubro do ano passado, no âmbito da «Série Conviver», implantada pela Pró-Reitoria para Assuntos de Extensão Universitária. A Conviv'art funciona com exposições permanentes — individuais e coletivas — de segunda a sexta-feira, das 7 às 13 horas, garantindo a apreciadores de artes plásticas e aos eternos curiosos de plantão uma média de 85 trabalhos prontos para serem levados para casa.

Como no caso da FJA, a Conviv'art expõe indiscriminadamente telas — ou quaisquer outros trabalhos em cerâmica, vitrais e demais objetos “de valor artístico” — de autores consagrados e iniciantes, privilegiando linhas, cores e curvas produzidas por mãos domésticas. A taxa cobrada dos expositores — 20% sobre o valor da obra vendida — destina-se ao pagamento do pessoal que cuida de garantir o funcionamento da galeria, sem que a



Antônio Marques: permanente

UFRN recolha aos seus cofres nenhum dos centavos transacionados.

“Os vinte por cento são para o pessoal que comercializa, e que não tem nenhum vínculo de trabalho com a Universidade. A Universidade entra apenas com o trabalho de divulgação e apoio. No caso do próprio artista estar presente à galeria e fazer, ele próprio, a venda, nem mesmo aquela taxa é cobrada”, assegura Antônio Marques, coordenador da Galeria Conviv'art e professor do mestrado em

Ciências Sociais. Ele considera que já há um mercado de artes plásticas definido na cidade, acreditando mesmo que a população “tem um gosto já bastante apurado”.

CARÊNCIA — Antônio aponta, porém, a carência de galerias, identificando nesta questão as raízes do trabalho pioneiro desenvolvido pela Conviv'art com a manutenção de exposições permanentes. “A Conviv'art é o único espaço de artes plásticas que mantém exposições permanentes”, observa, “multiplicando as opções de compra e respondendo a essa carência. Eu acho que é isso que explica o sucesso da galeria, desde a sua implantação”.

Os números desse sucesso, revela, indicam a venda, em média, de 80 quadros por mês. As exposições coletivas são renovadas a cada 15 dias — intervalo entre uma e outra série do programa Conviver — e já abrangeram, até agora, nomes consagrados, como Tomé, Assis Marinho e Newton Navarro, que se mesclam aos jovens interessados nas facilidades oportunizadas pela galeria. Além das coletivas, a Conviv'art garante também o espaço para exposições individuais, como a realizada há algumas semanas atrás pelo pintor chileno Luiz Troncoso.

Artistas fazem restrições à política das galerias

Entre os pintores e os críticos — duas categorias de sujeitos do processo artístico cujas opiniões são indispensáveis quando se trata de medir os ritmos do mercado, em termos de produção e comercialização — as galerias natalenses foram total ou parcialmente reprovadas. Aparentemente contradizendo isso, o pintor Túlio Fernandes Filho, veterano no manejo dos pincéis e dos próprios mecanismos de acesso às galerias, considera que o número de espaços disponíveis preenche as necessidades de pintores e demais membros do seletor clá dos artistas plásticos natalenses.

Mas o problema, diz ele, é a movimentação: “Acho que falta movimentação dos próprios artis-

tas, além do pessoal das galerias. Veja que a galeria da Fundação José Augusto chega a passar algumas semanas sem expor nada. Acho que é isso que entrava. Faltam coordenadores e animadores culturais para sacudir a coisa e levar a arte à população”. Túlio destaca como «galerias atuantes» a Câmara Cascudo, a Conviv'art e o atelier montado pelo pintor Dorian Gray.

O crítico Franklin Jorge, no entanto, recheia com sarcasmo sua apreciação sobre o assunto. “Que galerias?”, indaga. “Aqui há espaços, não galerias. Na área estatal, não há uma política cultural definida e eficiente. As da iniciativa privada pecam pelo amadorismo”. Mesmo sem revelar o nome

da galeria, Franklin assinala que há quem cobre até 70% de taxas sobre cada obra vendida, desrespeitando legislação federal — aceita inclusive pela Bolsa de Arte do Rio de Janeiro — que estipula em 33% o percentual máximo a ser cobrado do artista.

Na área pública, continua Franklin, o assunto é ainda mais complexo. “As galerias oficiais”, observa, “são a síntese da ausência de uma política cultural justa e eficiente. Por isso, não cumprem seu papel”. E aguilhoa: “As próprias instituições não estão a serviço dos artistas e intelectuais. São eles que estão a serviço delas”.

Além dessa inversão, Franklin anota que cabe aos artistas responsabilidade considerável no atual estado de coisas. Falta-lhes, aduz o crítico, consciência de classe: “Todo esse quadro só vai mudar a partir do momento em que os artistas se conscientizarem dos seus direitos e deixarem o individualismo de lado”.



Evilásio Leão: prazo limitado

Para o início do segundo semestre, Antônio promete a realização de uma mostra destinada exclusivamente aos novos pintores. Enquanto julho não vem, a Conviv'art oferece aos compradores interessados uma exposição permanente de imagens sacras, vidrarias e outros objetos artísticos. "Quem tiver em casa alguma peça artística que não lhe interesse mais, pode trazer aqui que nós vendemos", assevera o coordenador da Conviv'art.

HOMENAGEM À ARTE — O trabalho de aparência filantrópica implemetado pela Conviv'art obe-



Quadros e peças na Conviv'art

dece às mesmas características da Galeria de Arte Walter Pereira, engravada nas dependências da Livraria Universitária e criada para homenagear o seu patrono, o livreiro Walter Pereira. A idéia saiu da cabeça de Nadir Wanderley Carvalho — gerente comercial da empresa e coordenador da galeria — e a aprovação dos filhos de Walter Pereira.

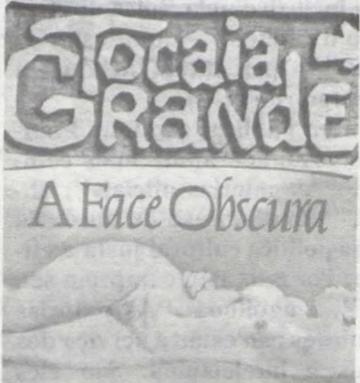
Inaugurada em 6 de dezembro passado, com uma coletiva reunindo obras de Túlio Fernandes, Newton Navarro e Leopoldo Nelson, a galeria abriga atualmente os quadros de Raphael Joshuá e Lavoisier Cunha

dois pintores ainda desconhecidos para grande parte dos **habitués** do mercado de artes plásticas. "A galeria foi criada para dar oportunidades aos novos, que encontram dificuldades de espaço, já que o comportamento mais comum das galerias locais é investir somente nos medalhões", justifica Nadir Wanderley.

Para expor, o artista tem somente que procurar o coordenador da galeria e preencher uma ficha de inscrição, que lhe assegura o direito de esperar a sua vez. Atualmente, 19 artistas aguardam sua chance, num esquema que lhes reserva, para cada um, 30 dias para mostrar o que pinta, desenha, esculpe ou faz com mãos criativas. "Qualquer artista que nos procure, inclusive artesãos que trabalham com cerâmica e vidro, receberá sua chance. Não há taxa de inscrição e nós cobramos 25% sobre o valor dos trabalhos vendidos, para custear energia e pagar o funcionário que trabalha na galeria. Fica por nossa conta também o trabalho de divulgação", afirma Nadir.

A interferência da coordenação da galeria, diz ele, limita-se a sugerir que os artistas façam exposições coletivas, de modo a facilitar a divulgação e a promoção das mostras junto ao público e à imprensa. "Os resultados obtidos até agora", finaliza ele, "são excelentes. Pintores experientes têm elogiado os trabalhos de alguns pintores novos, e os próprios expositores também elogiam a estrutura da galeria". □

OLGA DE MATTOS



Opção por «Mulheres» e «Crônicas de Um Amor Louco», por exemplo. Opção pela «Antologia Poética de Vinicius de Moraes». Opção por «Diário da Crise». Opção por «Feliz Ano Velho». Opção por «Alma Beat». Opção pela «Musa do Verão». Estes são títulos de alguns dos livros mais vendidos no mês, escritos por autores de sucesso e talento como Bukowski, Fernando Gabeira, Marcelo Rubem Paiva, Ginsberg, Burroughs, Nei Leandro de Castro. A Livraria Opção optou pelo que há de melhor em tudo. Em todos os artigos de papelaria, material escolar e de escritório. Tem preço e atendimento. Livraria Opção — J. Pereira & Cia. Ltda. distribuidores exclusivos, no Rio Grande do Norte, da linha de fitas Burroughs.

**QUALQUER OPÇÃO
SEDUZ**



LIVRARIA OPÇÃO

Matriz: Rua Ulisses Caldas, 120, Cidade Alta. Filiais: Galeria do Edifício Barão do Rio Branco, lojas 17/19 e no Hiper Center, loja 5, Lagoa Nova. Fones: (084) 222-2277, 222-6118 e 231-7033.

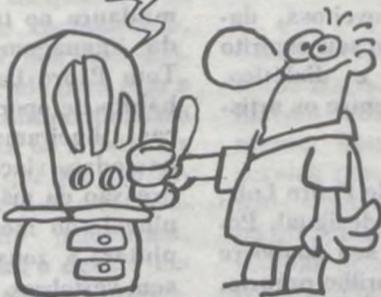
o fã do
CLIC



SUSPENSA A
CASSAÇÃO DOS LÍDERES
SINDICAIS!



ANUNCIADO O
FIM DAS
MORDOMIAS!



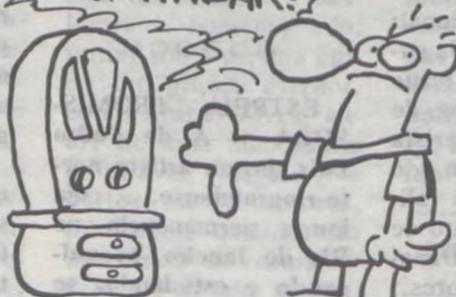
A UNE É
RECONHECIDA
LEGALMENTE!



NÃO HAVERÁ
MAIS CENSURA
POLÍTICA!



POLÍTICA
MONETARISTA
PODE
CONTINUAR!

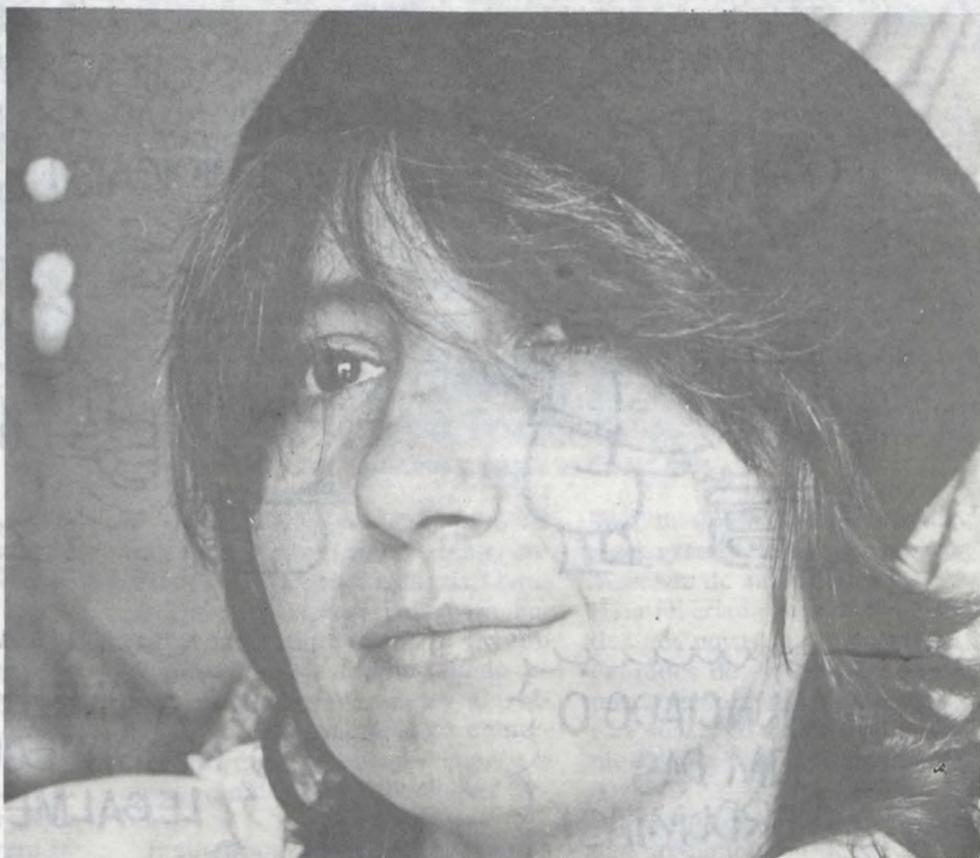


Socorro Trindad acrescenta novo título a sua fortuna bibliográfica. **Eu Não Tenho Palavras ...**, de subtítulo «O diário da democratização pessoal», editado pela Codecri, constitui menos literatura e mais performance dessa escritora norte-riograndense que tem se mantido sempre, desde o seu aparecimento, em '73, em livro, por dentro das ondas.

Suas heranças literárias mais evidentes, representadas às vezes pelo tratamento da linguagem mais em geral, ou exclusivamente, do pensamento abstrato em relação a circunstâncias históricas cruciais, cobrem um percurso de criação que vai de Kafka a Gabeira, passando por Clarice Lispector, Nérida Piñon e García Márquez.

Socorro transforma o real em imaginário, e vice-versa. Gira dentro de um círculo abalado por «estranhamentos» e **insights** psicológicos, de variável densidade. Seu **Documenta**, tentativa de autobiografia precoce, que li nos originais, atesta esse joyceano fluxo da consciência, que serve de vértebra ao relato.

Eu Não Tenho Palavras, como ficou subentendido acima, constitui uma espécie de «interferência» no circuito de uma faixa emocional que parece caracterizar a própria feição nacional: o debate em torno da supressão, ainda que tarde e por meios espúrios, de um regime militarista que serviu também, de última hora, para alimentar o surgimento de heróis de repente transformados em escritores.



Socorro Trindad

Não se trata de uma idéia original. Há dez anos saía por uma prestigiosa editora de Nova Iorque um livro semelhante, de autoria de Gore Vidal, o **Livro Branco**, curiosa sátira ao famoso **Livro Vermelho dos Pensamentos de Mao**.

O espírito hedonista desses «livros em branco», seja de Gore Vidal ou de Socorro Trindad, propicia ao leitor — mesmo como brincadeira — a emoção de transformar-se, também, em autor.

○ ○ ○ ○ ○ ○

ESTRÉIA PROMISSORA — A de Pedro Luiz, jovem artista norte-riograndense, cuja longa permanência no Rio de Janeiro, pesquisando e estudando, se

revelou proveitosa, dando talvez ao seu espírito indagador e dialético, coisa rara entre os artistas daqui.

A obra de Pedro Luiz, contudo, é desigual. Porém, até o seu medíocre tem certo brilho próprio. Penso que não é necessário que sejamos especialistas para nos apercebermos das inegáveis plasticidades da pintura de Pedro Luiz.

Preso demasiadamente, às vezes, aos códigos estéticos dum abstracionismo, no seu caso, temporário, se extrapola em alguns momentos. E cria arte digna, de criador genuíno em processo.

Sua pincelada é fluida, nervosa, intensa nas suas nervuras. Mas estas pinceladas são subitamente mutiladas pela

mudança no tratamento da linguagem plástica. Tem Pedro Luiz o mau hábito de opor zonas ricas, ligeiramente empastadas, vincadas pela pressão da mão sobre o pincel, no momento de pintar, a zonas lisas e sem vértebras, magras.

Acontece que Pedro Luiz, pintor, tem alma expressionista. Sua abstração cria formas definidas embora, na verdade, deformadas pelo desenhista. Imaginemos um artista expressionista, apaixonado, incapaz de controlar-se em face do milagre da criação, superposto a um artista gráfico, remanescente ou superalimentado pelo espírito da gráfica alemã do pós-guerra. Tudo isto, é claro, dissimulado ou inconsciente, tomando forma em silêncio.

Arte energética, presa aos mistérios da terra. E, sob muitos aspectos, ecológica — inclusive no apetite sexual pela vida, que se revela num esplendor de cores quentes aplacadas na sua ânsia pelas cores frias. É curiosa a sensação de atmosfera cálida que se projeta dos seus quadros. Fálca. Atmosfera que incita e excita os sentidos visuais e táteis do amator da pintura realizada com alguma competência.

Pedro Luiz realiza-se melhor nos quadros menores. Nas grandes superfícies, ou médias, na maioria dos casos, seu ímpeto pictórico se enfraquece, hesita, rui, cai por terra.

É pena que a sua exposição não tenha merecido, por parte da imprensa local, um tratamento adequado. Os meios de comunicação, em geral, têm uma dívida tremenda para com a difusão cultural do nosso intelectual ou artista. Os espaços que lhe são reservados não esclarecem, não polemizam, não geram o debate em torno de idéias e propostas estéticas.

Sem catálogos, sem release e sem divulgação, perde a cidade a oportunidade de participar do nascimento de um pintor que tem, certamente, uma carreira auspiciosa pela frente.

DISTORÇÕES — Para que serve realmente o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte se não para preservar o óbvio? Faça-me esta pergunta, em especial, no momento



Pedro Luiz

exato em que sou informado dos nomes que tomaram posse recentemente. Bem localizado, servido por funcionários não especializados (não há bibliotecário nem museólogo prestando serviços ali), o nosso já vetusto Instituto não participa da vida da cidade, não chama a atenção da comunidade para o acervo e as preciosidades que constituem boa base para o estudo da nossa história verdadeira. É mais um elefante branco perdido e enalhado no Centro da Cidade, sem serventia, a não ser de distribuidor de comendas e títulos honoríficos.

Não se pode negar, todavia, o inestimável serviço que prestou, em certa época, já sob a presidência do inamovível

do cargo, dr. Enélio Petrovich, publicando as **Atas Diurnas**, de Luís da Câmara Cascudo. Poucas vezes se publicou aqui coisas tão raras. Cascudo, não resta dúvida, é o **grand-seigneur** da criação literária local. E o Instituto, ao publicá-lo, emprestou ao Estado.

Mas, por outro lado, peca o Instituto com frequência, ao legitimar fraudes das capelas e igrejinhas provincianas. Não faz sentido, e deslustra o homenageado, juntar sob a mesma égide um grande escritor, como Aluizio Alves, autor de uma monografia admirável, **Angicos**, e outros, escrevinhadores, diluidores, quando não invenções da complacência e da falta de sen-

so de muitos. Historiadores no nome, apenas.

Seria realmente proveitoso, para todos nós, se o Instituto Histórico e Geográfico começasse a despojar-se de suas pompas mundanas, assumindo seu verdadeiro papel na vida cultural do Estado.

○ ○ ○ ○ ○

UMA REVISTA NOVA — Jommard Muniz de Brito, afinal, faz algo fecundo em relação à difusão de idéias singulares e heterogêneas, editando a revista **Marca de Fantasia**. Mais que uma revista a mais, um laboratório de criação e polêmica.

De aspecto gráfico ousado, nada convencional em termos de proposta visual. As poucas falhas por acaso existentes no corpo da revista incidem sempre na qualidade do texto, numa desigualdade que ressalta. Mas no todo, o resultado é apetitoso.

Pena que a distribuição dessa revista, em Natal, seja tão deficitária. Pois é inegável a contribuição, ao injetar idéias novas ou seminovas, no pensamento estético de povos culturalmente ilhados, em face da desigualdade dos nossos recursos humanos e materiais.

Claro, o lado extremamente subjetivo de algumas linguagens utilizadas com largueza, prejudicam a objetividade jornalística, que não deveria faltar numa circunstância dessa natureza.

FRANKLIN JORGE

Agricultura: nossa única salvação

ALUISIO LACERDA

Mais um ano de bom inverno. Como em outras ocasiões, os protestos são os mesmos, legítimos: falta de crédito, corte nos subsídios, juros altos e elevação dos custos de combustíveis, máquinas, veículos, equipamentos, fertilizantes, defensivos e sementes. O dado não é definitivo, mas calcula-se que 70 por cento das propostas de custeio agrícola deixarão de ser atendidas por absoluta falta de verba. No ano passado não foi tão diferente. Hoje, o problema é mais grave: o inverno chegou mais cedo e os recursos — se surgirem — chegarão muito tarde. Em algumas agências do interior, o Banco do Brasil só opera com os clientes tradicionais — os de sempre.

Sempre foi assim. É do presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, Glauco Olinger, a seguinte declaração: "O crédito rural no Brasil é difícil, escasso, chega sempre tarde e não é fiscalizado devidamente, o que dá margem aos desvios e a má aplicação". Pelos cálculos da Embrater, 35 por cento dos pequenos agricultores no País têm acesso ao crédito rural, e a maioria dos que são beneficiados não aplica bem os recursos recebidos. Daí, portanto, a necessidade de conferir o correto emprego do crédito rural. Um gerente nos confidenciou que o juro agrícola só baixará quando houver uma rigorosa fiscalização na aplicação dos recursos.

No setor primário, o clima é de expectativa. O novo Governo promete subsídios ao crédito e uma política de preços justos. Esses subsídios creditícios seriam financiados pelo Orçamento Fiscal, para não alimentar a inflação. Resta saber se esse Orçamento terá condições de assegurar os recursos necessários ao desenvolvimento da agricultura. Como os produtos agrícolas têm forte peso na inflação — o inimigo público número um — tudo indica que são verdadeiras as intenções do novo Governo com relação ao campo, o que aumentará a oferta de alimentos nos supermercados e feiras livres, derrubando a especulação de preços. Atenção: isso somente acontecerá a partir do próximo ano, pois 1985 é um caso perdido. Os empréstimos do Governo Federal (EGF), operações mais utilizadas pe-

los agricultores, deverão ser alocados nos bancos privados, a juros elevados. Produtos como milho, feijão, trigo e carne são insuficientes nos dias de hoje. Por pressão do Fundo Monetário Internacional, foram reduzidos os estoques reguladores, destruindo o verdadeiro instrumento que regula os preços no período da entressafra.

Completamente desestruturada, a nossa agricultura carece de subsídios. Mas essas aplicações devem contemplar investimentos bem dirigidos, voltados para culturas essenciais, e que viabilizem o pequeno e médio produtor. Resta saber como será dada essa sustentação financeira à agricultura. De uma coisa, fique todos avisados: se depender do FMI, não avançaremos um milímetro. A agricultura norte-americana atravessa grave crise. Seus produtores devem 200 bilhões de dólares. O crédito também está sendo restringido. Como o Brasil precisa aumentar suas exportações agrícolas — e há reservas infinitas de novas áreas — os norte-americanos estão assombrados (somos o segundo produtor mundial de soja). É fácil concluir que os Estados Unidos não desejam ver a nossa agricultura crescer. E não é só isso que vem tirando o sono dos produtores norte-americanos. A disposição do Presidente Tancredo Neves de aplicar (pra valer) o Estatuto da Terra, detonando uma verdadeira Reforma Agrária, vem provocando muitos arrepios. Aqui e lá fora.

Explico: não foi o Governador Jader Barbalho quem indicou o Ministro Nelson Figueiredo Ribeiro para ocupar a Pasta de Assuntos Fundiários. Não. Outras forças, inclusive nordestinas, determinaram o deslocamento do poder de fogo desse Ministério, cujo alvo não poderá ultrapassar as fronteiras da Amazônia, com suas extensas áreas sem utilização econômica. Mas o PMDB não pensa assim. Quer a titulação definitiva de terras agricultáveis aos pequenos produtores, acompanhada de apoio técnico e creditício. A idéia (que provoca arrepios) é limitar a área máxima de uma propriedade rural em 500 hectares.

AGENDA DO EMPRESÁRIO

INDICES

INFLAÇÃO

Mensal	10,2%
No ano	24,08%
Em 12 meses	225,9%

ORTN

Março	Cr\$ 30.316,57
-------------	----------------

UPC

Trimestral	36,74%
------------------	--------

INPC

Fevereiro	9,87%
No ano	25,19%
Em 12 meses	217,54%

REAJUSTE SALARIAL SEMESTRAL

Abril	85,7%
-------------	-------

ICC (ÍNDICE DE CUSTO DE CONSTRUÇÃO)

Fevereiro	3,1%
No ano	21,6%
Em 12 meses	195,6%

ALUGUEL

Residencial-anual (abril)	174%
Semestral (abril)	68,56%
Comerciais (igual à Corr. Mon. em 12 meses) (março)	225,82%

CORREÇÃO CAMBIAL

	Janeiro	Fevereiro	Março
12,595%	10,2%	10,659%	15,91%
No ano: 12,595%	24,08%	37,311%	
Em 12 meses: 231,814%	225,08%	233,589%	

CADERNETA DE POUPANÇA (RENDIMENTOS)

Março	10,75%
-------------	--------

MVR (Maior Valor de Referência)	Cr\$ 87.997,20
---------------------------------------	----------------

SALÁRIO MÍNIMO	Cr\$ 166.560
----------------------	--------------

IPC (NATAL)

— Fonte: IDEC

Fevereiro	Varição percentual
Índice de Preços	11,68%
Alimentação	15,91%
Habitação	4,56%
Despesas pessoais	11,08%
Bens duráveis	6,78%
Transportes	11,85%
Vestuário	16,68%
Educação	1,08%
Saúde	0,99%
Varição Percentual Acumulada (Jan/Fev)	33,89%

INDICATIVOS AGROPECUÁRIOS

— Fonte: Sertel S/C Ltda. Dados válidos para o RN

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO — V. B. C.

Feljão	Cr\$ 317.000
Algodão Herbáceo	Cr\$ 347.000
Algodão Arbóreo (2.º ano em diante)	Cr\$ 127.000
Mandioca (dois ciclos)	Cr\$ 625.000
Milho	Cr\$ 221.000
Sorgo	Cr\$ 221.000

PREÇO DA TONELADA DA CANA (REGIÃO NORDESTE)

Posta na esteira	Cr\$ 57.597,60
Preço líquido	Cr\$ 42.899,16

PREÇOS DIVERSOS PARA O PRODUTOR

Litro de Leite (CLAN) — Bruto	Cr\$ 800
Litro de Leite (CLAN) — Líquido	Cr\$ 780
Arroba do gado bovino (Boi em pé)	Cr\$ 77.500
Quilo de Suíno	Cr\$ 6.000
Quilo de Ovino e Caprino	Cr\$ 7.000
Custo médio da diária no campo	Cr\$ 6.000



AGENDA

PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PARA ABRIL/85

• PIS D. R. C.

Apresentar o Documento de Solicitação e Resumo de Cadastramento (DRC), solicitando DCPIS à agência bancária.

• PIS + DCPIS-DRC

Entregar até o dia 20, já preenchidos, à agência bancária o DCPIS e DRC.

• PREVIDÊNCIA SOCIAL E FUNRURAL (IAPAS)

Recolhimento das Contribuições

• FGTS

Efetuar os depósitos relativos às remunerações pagas no mês anterior.

• PASEP

Compete às entidades vinculadas ao PASEP providenciar o cadastramento dos servidores desde que ainda não cadastrados no PIS ou no próprio PASEP.

• CADASTRO DE EMPREGADOS

Entregar à repartição do Ministério do Trabalho a relação das admissões e demissões ocorridas em março/85.

• REAJUSTE SALARIAL

Serão reajustados, a partir deste mês, os salários dos empregados com datas-base em abril/84 e outubro/84.

• PIS-FINSOCIAL

Recolhimento mensal.

• DIRF — DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

As pessoas jurídicas que efetuam créditos ou pagamentos a terceiros, com retenção de Imposto de Renda na Fonte, apresentam a DIRF mensal e anualmente.

• IMPOSTO DE RENDA

Recolher o Imposto descontado na Fonte dos assalariados e das comissões, honorários, fretes e carretos, etc, pagos ou creditados no mês anterior.

Atualmente os prazos de recolhimento do Imposto de Renda na Fonte estão disciplinados nas Portarias do MF número 136 e 309, ambas de 1983. Acompanhe as atualizações posteriores nos Boletins IOB.

• CIPA — COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

A CIPA entrega o Anexo I devidamente preenchido à direção da empresa, e, se houver, ao Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de que, até o dia 30, esse formulário seja entregue nas Delegacias Regionais do Trabalho.

• CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS EMPREGADOS

Em abril são recolhidas as contribuições descontadas dos empregados em março.



As onças e o festival de tolíces

OLGA DE MATTOS

Há uma antiga frase reinante por aqui — de autoria disputada por Esmeraldo Siqueira e Luís da Câmara Cascudo — sentenciando que Natal é uma cidade que não consagra e nem desconsagra ninguém. É verdade. Esta é uma província das mais mediócras, onde a medianidade é regra em todas as áreas profissionais. Disto resultam os muitos zeros na conta bancária dos que submetem a conciliábulos e negociatas a barganha da sua força de trabalho com os donos de todas as coisas. Esses, sem dúvida, se consagram ...

Mas o assunto deste artigo foge um pouco — só um pouquinho ... — aos lances praticados pelos mandarins locais. Trata-se, aqui, de cutucar com vara curtíssima as onças responsáveis pelas páginas e programas esportivos dos jornais e rádios que ainda mantêm um tipo de programação nos quais proliferam fórmulas desgastadas, banindo qualquer sopro de criatividade e condenando leitores mais exigentes à insatisfação no seu apetite de informações.

O problema é antigo, como antigas são as onças. E nem mesmo a modernização da estrutura do futebol — os clubes são cada vez mais encarados como empresas, algo bastante saudável — serviu como alento para a introdução de novas fórmulas e formas lingüísticas e jornalísticas que sacudam o marasmo atual. É um porre dos mais desastrosos perder tempo lendo e ouvindo o que escrevem e gritam alguns dos chamados «cronistas» esportivos ...

A aberração, aliás, começa pela impropriedade daquele rótulo. Onde a fluência dos bons cronistas, que se esmeram na simplicidade da linguagem e conduzem o leitor por entre frases e parágrafos bem construídos? Onde o brilhantismo das pausas marcadas com precisão, do estilo elegante que obriga o leitor a prosseguir na leitura, sem o risco de ser atropelado por barbarismos, atentados semânticos e outros crimes contra a linguagem cometidos impunemente pelos que se põem atrás do microfone ou da máquina de escrever, em nome da «paixão nacional»?

Isso, apenas nos jornais, onde não há espaço para a crítica inteligente, para entrevistas saborosas e reportagens que levem ao leitor algo mais que a «fé em Deus», o «se Deus quiser», o «na próxima, a gente consegue». Nem mesmo a incapacidade da média dos

futebolistas brasileiros de juntar sujeito, predicado e verbo sem suar mais que suaria durante 90 minutos de uma partida de futebol justifica a omissão dos «cronistas» no trato de assuntos e questões interessantes, relevando outros aspectos do circo futebolístico.

O caso, caríssimos, não é de cobrar estilos preciosistas, mesmo porque a beleza do texto subjaz até à falta de estilo, desde que haja vida inteligente manejando as teclas da máquina. O que se pede, em síntese, é uma trégua, ainda que semanal. Por que não aproveitar o espaço mais amplo das edições dominicais para escapar à massacrante rotina das outras edições e levar ao leitor assuntos que, segundo as «regras» (as regras ...) do bom jornalismo (o bom jornalismo ...) cabem somente nos domingos?

Nas rádios, então, o festival de tolíces atinge paroxismos semelhantes aos provocados pela leitura de certas colunas sociais. Às vezes, se a falta do que fazer assim determinar, torna-se interessante ouvir e comprar os disparates, o humor grosseiro e desengraçado e a sucessão enervante de conversas à toa que os idolatrados radialistas despejam nos ouvidos dos caríssimos ouvintes. As narrações, então, dependem de bordões popularizados por narradores de rádios do Rio e São Paulo, evidenciando a quota de originalidade que as onças domésticas conseguem produzir.

Alguém mais afoito dirá que a culpa é do ouvinte/leitor, que compra e gosta da mercadoria vendida nas rádios e nos jornais desta esquentadíssima cidade de ninguém. Uma história velha demais para ser engolida. Querer imputar a quem compra — por absoluta falta de opção — os produtos disponíveis no mercado, ou é canalhice ou falta de imaginação. Diversifiquem, senhores felinos, diversifiquem. Até pelo vício que garante a vossa sobrevivência, os medianos permanecerão ligados. E os demais certamente entrarão na onda.

E que ninguém se mostre ressentido com estas críticas. Seja em nome dos brios feridos, da «falta de coleguismo» ou de qualquer outra coisa. Acontece que a crítica só pode ser exercida por quem dispõe de espaço. E, ao que me consta, onças não costumam dar vez a bichos de outra família que não a sua.

OS NOVOS GOL 85 ESTÃO NA FRENTE.



VENHA FICAR FRENTE A FRENTE COM ELES.



MUDOU A CARA: OS GOL 85 TÊM NOVA FRENTE, HARMONIOSA, AERODINÂMICA.

E MUDOU O CORAÇÃO: ELES TÊM NOVO MOTOR 1.6 MD-270 COM MAIOR POTÊNCIA, MAIS ACELERAÇÃO, AGILIDADE, ELASTICIDADE, E MUITA ECONOMIA.

ALÉM DISSO, OS NOVOS GOL 85 TÊM INTERIOR COMPLETAMENTE NOVO. BANCOS ANATÔMICOS, QUE DÃO MAIS CONFORTO AO MOTORISTA, E MAIS

ESPAÇO PARA QUEM SENTA ATRÁS.

ACABAMENTO INTERNO MONOCROMÁTICO COM NOVOS PADRÕES E CORES. CINTOS DE 3 PONTOS AUTOMÁTICOS, DE SÉRIE. ILUMINAÇÃO CENTRAL. CONSOLE, MARCADOR DE TEMPERATURA, E NOVOS DETALHES QUE OS ATUALIZAM AINDA MAIS.

NOS NOVOS GOL 85 SÓ O MELHOR CONTINUA COMO ANTES: A EXTRAOR-



DINÁRIA ESTABILIDADE. A DIREÇÃO LEVE E PRECISA, OS FREIOS

EXCELENTES E PRECISOS.

OS NOVOS GOL 85 JUNTAM A MELHOR TECNOLOGIA A TUDO DE BOM QUE O GOL JÁ TINHA.

AGORA SOME TUDO ISSO COM NOSSOS PLANOS DE FINANCIAMENTO COM TODAS AS FACILIDADES, E UMA AVALIAÇÃO INCRÍVEL DO SEU CARRO USADO, QUE VOCÊ VIRÁ HOJE MESMO CONHECER OS NOVOS GOL S/LS 85.

OS CARROS QUE ESTÃO NA FRENTE.



GOL S/LS

CONCESSIONÁRIOS AUTORIZADOS

MARPAS S.A.

TAVARES DE LIRA, 159 - PTE. SARMENTO, 592



DIST. SERIDÓ S.A.

AV. NASCIMENTO DE CASTRO, 1597

As melhores impressões vão passar por aqui.

O RN/Econômico não é apenas o mais bem equipado parque gráfico do Estado

É também o mais veloz. Se você duvida, faça um teste: ligue para 222-4722 e diga qual é o seu problema.

A partir daí, toda uma equipe fica à disposição de sua empresa. Para serviços de off-set, policromia, tipografia, fotocomposição, fotolito, plastificação, composição de livros, jornais e revistas, impressão de notas fiscais, duplicatas, faturas e promissórias.

Vamos, telefone. Sua empresa vai ter uma excelente impressão do nosso parque gráfico.



RN/ECONÔMICO
Serviços gráficos de qualidade

222·4722